



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**“O PATRIARCADO DESTRÓI, O CAPITALISMO FAZ A GUERRA, O SANGUE  
LGBT TAMBÉM É SANGUE SEM TERRA!”: UMA ANÁLISE DO PROCESSO  
DE (DES)CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES A PARTIR DO COLETIVO  
LGBTI+ SEM TERRA**

**JOSÉ CLAUDIVAM DA SILVA**

**LGBT  
SEM TERRA**

**RIO DE JANEIRO/RJ**

**2024**

Figura 1 – LGBT Sem Terra (arte)  
Fonte: (MARIANO; PAZ, 2021, p. 111)



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**“O PATRIARCADO DESTRÓI, O CAPITALISMO FAZ A GUERRA, O SANGUE  
LGBT TAMBÉM É SANGUE SEM TERRA!”: UMA ANÁLISE DO PROCESSO  
DE (DES)CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES A PARTIR DO COLETIVO**

**LGBTI+ SEM TERRA**

**JOSÉ CLAUDIVAM DA SILVA**

Sob a orientação da Professora  
**Elisa Guaraná de Castro**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau  
de **Mestre em Ciências Sociais**, no curso de Pós-Graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.  
Área de concentração: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**RIO DE JANEIRO/RJ  
2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p

Silva, José Claudivam da, 1994-  
O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra,  
o sangue LGBTI+ também é sangue Sem Terra!: uma  
análise do processo de (des)construção das  
masculinidades a partir do Coletivo LGBTI+ Sem Terra  
/ José Claudivam da Silva. - Rio de Janeiro/RJ (Sede  
do CPDA), 2024.  
128 f.: il.

Orientadora: Elisa Guaraná de Castro.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade, 2024.

1. Coletivo LGBTI+ Sem Terra. 2. Corpos  
Dissidentes. 3. Masculinidades Camponesas. 4. MST. 5.  
Processos Identitários. I. Castro, Elisa Guaraná de,  
1968-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências  
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal  
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**JOSÉ CLAUDIVAM DA SILVA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 09 de fevereiro de 2024.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Guaraná de Castro (CPDA/UFRRJ)  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabrina Pontes Furtado (CPDA/UFRRJ)  
(Interna ao Programa)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Fátima Schwendler (UFPR)  
(Externa ao Programa)



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 3364/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 27/02/2024 19:40 )*

ELISA GUARANA DE CASTRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matricula: ###238#5

*(Assinado digitalmente em 27/02/2024 11:45 )*

FABRINA PONTES FURTADO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)  
Matricula: ###251#2

*Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 3364, ano: 2024, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 27/02/2024 e o código de verificação: 5e913259db*



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 5666/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 08/04/2024 14:09 )*

SONIA FATIMA SCHWENDLER  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: ####.###.660-##

*Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 5666, ano: 2024, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 08/04/2024 e o código de verificação: 976c04d011*

**Quanto vale se arriscar a vida inteira e ser consumido pelo sentimento de não ser capaz das lutas que travou, dos desafios que enfrentou e das conquistas que fez?**

Nada é ao acaso, mas muitas vezes o fato de não fazer nada é a escolha ou até mesmo a opção mais coerente para não assumir uma frustração, que acaba não sendo só sua.

Quando decidimos ganhar o mundo a liberdade das experiências é o que nos move ou nos paralisa. Ambos os casos vão ser processos construtivos concomitantes ou não, mas que estarão atravessados nas nossas vivências.

Os últimos meses foram disso e sobre isso. Talvez eu não seja (ou esteja) forte o suficiente para tantas coisas, novos vínculos, novos espaços, nova cidade... Tenho desmoronado um pouquinho todos os dias, alguns mais que outros, e tentando me reerguer.

São as tentativas que mais têm consumido meus dias e tempo. Junto disso vem a cobrança e a expectativa que crio e a que os outros têm sobre mim em processos de solidão e afastamento de certas coisas para preservar, ou tentar, um pouco do que ainda me resta de forças para esbravejar estar bem.

E por mais que isso não seja uma constante, existem dias que isso acontece; talvez eles estejam cada vez mais escassos, mas existem.

É difícil pensar demais em tudo, isso cria mais problemas e as soluções podem nem existir e com isso mais desgaste, gatilhos sobre tudo e qualquer coisa e a ansiedade mostrando que sou apenas um grão de absolutamente nada na infinidade de tantas outras coisas que todo mundo têm todos os dias. Apesar de entender que o meu processo é só meu, mas que pedir socorro carrega uma energia para além disso.

As pessoas têm seus tempos, suas obrigações e suas vidas para se preocuparem, isso sempre foi uma questão muito forte para mim. Meus problemas não podem ser os problemas dos outros e pedir ajuda sempre ocupou um lugar cinzento (não é um lugar de conforto, estar incomodando é algo ruim e incomodar para falar das mesmas coisas é pior ainda).

É um ciclo cansativo que se retroalimenta.

Desistir não é uma opção, mas continuar está sendo doloroso, em vários aspectos. Isso não é uma despedida, mas sim um desabafo.

Manhã de inverno,  
11 de agosto de 2022,  
Seropédica/Rio de Janeiro.

Dedico essa Dissertação à/ao-aos:

**Dona Terezinha.**

Terezinha Farias da Silva, minha mãe, pela força e sensibilidade de me entregar para o mundo. Sendo a mulher mais incrível do mundo e que garantiu que nossa formação fosse a sua principal prioridade, uma mulher que aprendeu a escrever seu nome com mais de 50 anos de idade e hoje tem dois dos seus 5 filhos e filhas se tornando Doutores.

Para ela dedico cada conquista da minha vida.

**Robson.**

José Robson da Silva, meu irmão, pela ajuda e apoio nesse processo de sabores e angústias da vida acadêmicas e pela possibilidade de poder compartilhar os atravessamentos de ser um ponto de ruptura nessa infinidade de mundo.

**Eduardo.**

José Eduardo Montenegro Cavalcanti de Oliveira, meu amigo/irmão, pela ajuda e confiança de estar comigo nos momentos mais conturbados e dificeis nessa mudança de trajetória e na celebração das conquistas possibilitadas por essas mudanças.

**Corpos dissidentes LGBTQIAPN+ (do campo e da cidade).**

Pelas lutas anteriormente travadas e pelos caminhos alicerçados, pelos passos continuados na luta por direitos e reconhecimento e pelo fortalecimento das pautas de diversidade sexual e de gênero para os debates futuro.

## Agradecimentos

Agradeço ao universo e a confluências de energias para seguir nessa caminhada.

Agradeço a mim, parafraseando a Anitta, por buscar forças – muitas vezes não sei de onde – para dar os próximos passos e comemorar as conquistas nesse turbilhão de coisas que seguem acontecendo.

Agradeço às minhas irmãs Claudinha e Cláudia e minhas sobrinhas Stefanny e Maria Vitória que mesmo distantes estiveram perto desse processo.

Agradeço imensamente à Elisa Guaraná de Castro pela confiança e pelas trocas tão ricas para a elaboração desta dissertação dentro e fora da sala de aula, na construção dos passos iniciais da minha carreira docente e pelas conversas e conselhos entre idas e vindas de Seropédica.

Agradeço ao CPDA, que se tornou um lugar de acolhimento, possibilidades, (re)encontros e ressignificações.

Agradeço ao Corpo Docente, Técnico-administrativo e Terceirizados do CPDA por toda dedicação e empenho na construção e manutenção do Programa.

Agradeço às professoras Fabrina Furtado, Cláudia Schmitt, Regina Bruno, Antonádia Borges, Maria José Carneiro e Débora Lerrer e ao professor Marcelo Rosa pelas discussões trazidas em sala de aula e pelas possibilidades de diálogo e ampliação do meu olhar de pesquisador nas disciplinas que fizemos juntos.

Agradeço a Turma do Mestrado de 2022 que segue na luta e nos processos de construção individual e coletiva nessa loucura que é fazer pós-graduação. À Caroline Boletta, Diego Marcos, Marcelo Lopes, Marcos Bloise, Marina Lobo, Thalita Viana e Yeison Ramirez agradeço por fazer essa caminhada ser um pouco mais leve, engracada e afetuosa.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz no CPDA nessa caminhada, as discussões dentro e fora da sala de aula foram muito importantes para seguir firme e tensionar o espaço da Universidade na construção e fortalecimento de temas essenciais e emergentes.

Agradeço à Laeticia Jalil por possibilitar atravessamentos e conquistas de mundo nesse fazer acadêmico teórico e prático, pelos conselhos e conversas sobre e para a vida além da universidade e pela construção dessa rede de afetos que acolhe e nos fortalece.

Agradeço ao Núcleo JUREMA pela construção coletiva e de muita potência junto de mulheres incríveis.

Agradeço à Sarah Luiza Moreira e Karine Pereira por estarmos juntas na imensidão dessa cidade de intensidades e sendo acolhida e afeto nos momentos de incerteza e correria, assim como nos momentos de diversão e descontração.

Agradeço a Iury Severo pelo apoio e acolhida nesse processo, enfrentando o frio de São Paulo ao lado do Cat e compartilhando as aventuras dessas cidades loucas.

Agradeço à Carolina Ramos por estar e fazer parte da minha vida, pelo último abraço apertado e cheio de saudade (já) no meio do aeroporto antes de embarcar nessa jornada para terras cariocas, pelo acolhimento, confiança e torcida de sempre.

Agradeço à banca pela disponibilidade e leitura atenta desde a qualificação e pelas trocas e sugestões tão importantes para a construção desta dissertação.

Agradeço aos meus interlocutores pela confiança em ouvir suas histórias e preocupações sobre e para os seus corpos dissidentes e de luta e debruçar nessas páginas diálogos para as gerações de antes, de agora e futuras.

Agradeço aos amigos e as amigas que fizeram parte dessa caminhada, mesmo de longe, torcendo e vibrando em todos os momentos e ainda mais quando a saudade apertava o peito.

À essa trajetória, até aqui, os meus mais sinceros sentimentos de dever cumprido.

Dona Terezinha, seu filho caçula agora é Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA.

## RESUMO

SILVA, José Claudivam da. “**O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBTI+ também é sangue Sem Terra!**”: uma análise do processo de (des)construção das masculinidades a partir do Coletivo LGBTI+ Sem Terra. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho visa analisar os processos identitários das masculinidades dissidentes de origem camponesa a partir dos papéis atribuídos aos homens que compõem o Coletivo LGBTI+ Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de analisar como a (des)construção dos processos identitários das masculinidades no e do rural, a partir das vivências e experiências destes corpos dissidentes, pode contribuir para o rompimento de uma compreensão restritiva e excludente de afastamento de identidades plurais por meio da manutenção da (re)produção de indivíduos cisheteronormativos única e exclusivamente quando não são levadas em consideração as diversidades corpóreas e de identidades desses indivíduos. Deste modo, a partir do viés do binarismo de gênero, onde a aproximação com traços de feminilidade implica na desvalorização da identidade masculina para os homens e reverbera processos de deslegitimização, invisibilidade e marginalização desses corpos dissidentes de origem camponesa. A construção e manutenção de um ideal de identidade masculina e/ou de ser homem assume contornos, muitas vezes, atravessados por vieses de violências, dispositivos de regulação, como o *armário* e processos de resistências que (re)cortam suas vivências cotidianamente. Nessa perspectiva, a estratégia de reforço e ruptura a um padrão de masculinidade hegemônica preestabelecida e condicionante que espelha esse homem camponês enquanto atrasado e não moderno e alimenta o imaginário social deste enquanto bruto e/ou brutalizado possibilita outras e novas leituras sobre o rural e as ruralidades. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e a análise dos documentos institucionais do MST sobre e a partir das questões de gênero e sexualidade, onde buscamos compreender como os homens que se percebem de identidades diversas do padrão de gênero preestabelecido se inserem nesses processos de (re)produção de masculinidades em espaços histórica e contextualmente dicotômicos, machistas e patriarcais, bem como processos de reconhecimento e visibilidade dessas masculinidades plurais enquanto garantia de (sobre)vivências. Deste modo, os estudos de gênero, feminismos e diversidade sexual nos possibilitam discorrer acerca das masculinidades e pluralidades de ser homem e pensar sobre como as violências de gênero e suas condições para marginalização, subalternidade e exclusão são evidenciadas pelo afastamento do padrão de gênero predeterminado, onde ser feminino e/ou afeminado está associado, ao longo da história, à passividade, docilidade, submissão e não ser *homem de verdade*, denotando um caráter de negação da identidade viril masculina e de afastamento ao ideal de ser homem devido a predominância de traços e padrões cisheteronormativos presentes no meio social.

**Palavras-chave:** Coletivo LGBTI+ Sem Terra, Corpos Dissidentes, Masculinidades Camponesas, MST, Processos Identitários.

## ABSTRACT

SILVA, José Cláudivam da. **“Patriarchy destroys, capitalism makes war, LGBTI+ blood is also Landless blood!”**: an analysis of the process of deconstruction of masculinities based on the LGBTI+ Sem Terra Collective. Postgraduate Program in Social Sciences in Development, Agriculture and Society. Institute of Human and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, 2024.

This work aims to analyze the identity processes of dissident masculinities of peasant origin based on the roles attributed to the men who make up the Landless LGBTI+ Collective of the Landless Workers Movement (MST), with the aim of analyzing how the deconstruction of identity processes of rural and rural masculinities, based on the experiences of these dissident bodies, can contribute to breaking a restrictive and exclusionary understanding of distancing plural identities through maintaining the (re)production of cisgender normative individuals solely and exclusively when the bodily diversity and identities of these individuals are not taken into account. In this way, from the perspective of gender binarism, where approaching femininity traits implies the devaluation of masculine identity for men and reverberates processes of delegitimization, invisibility and marginalization of these dissident bodies of peasant origin. The construction and maintenance of an ideal of masculine identity and/or being a man takes on contours, often crossed by biases of violence, regulatory devices, such as the closet and resistance processes that outline their daily experiences. From this perspective, the strategy of reinforcing and breaking a pre-established and conditioning pattern of hegemonic masculinity that mirrors this peasant man as backward and non-modern and feeds his social imaginary as brute and/or brutalized enables other and new readings about the rural and ruralities. To this end, semi-structured interviews were carried out and the MST's institutional documents were analyzed on and based on issues of gender and sexuality, where we sought to understand how men who perceive themselves as having identities different from the pre-established gender standard are included in these processes of reproduction of masculinities in historically and contextually dichotomous, sexist and patriarchal spaces, as well as processes of recognition and visibility of these plural masculinities as a guarantee of survival. In this way, studies of gender, feminism and sexual diversity enable us to discuss the masculinities and pluralities of being a man and think about how gender violence and its conditions for marginalization, subalternity and exclusion are evidenced by the departure from the predetermined gender standard, where being feminine and/or effeminate is associated, throughout history, with passivity, docility, submission and not being a real man, denoting a character of denial of the masculine virile identity and distancing from the ideal of being a man due to the predominance of traits and cisgender normative standards present in the social environment.

**Keywords:** LGBTI+ Landless Collective, Dissident Bodies, Peasant Masculinities, MST, Identity Processes.

## **LISTAS DE TABELAS E FIGURAS**

Tabela 1 – Lista de entrevistados/as .....	30
Tabela 2 – Levantamento bibliográfico .....	32
Figura 1 – LGBT Sem Terra (arte) .....	1
Figura 2 – A Família Silva nas roças de fumo .....	14
Figura 3 – Cartaz da Campanha Justiça por Lindolfo .....	26
Figura 4 – Cartaz do 1º Congresso Nacional do MST (1985).....	46
Figura 5 – Bandeira do MST .....	47
Figura 6 – Bandeira LGBT e bandeira do MST aparecem juntas no VI Congresso Nacional do MST. ....	50
Figura 7 – Cartaz do Seminário O MST e a Diversidade Sexual .....	52
Figura 8 – Cartaz produzido para a campanha LGBT Sem Terra. ....	55
Figura 9 – LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade (Jornal Sem Terra Edição Especial). ....	59
Figura 10 – Cartaz da Campanha Permanente Contra a LGTBI+fobia no campo .....	61
Figura 11 – Marcha no Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira contra uma ordem de despejo .....	78
Figura 12 – Cartaz LGBT Sem Terra (2015) (grifos nossos) .....	88
Figura 13 – Elementos de luta, resistência e reconhecimento .....	94

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
<b>AMAS</b>	Associação LGBT da Mata Sul de Pernambuco
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>CONSEA</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>DCE</b>	Diretório Central de Estudantes
<b>DECISO</b>	Departamento de Ciências Sociais
<b>EDD</b>	Estado Democrático de Direito
<b>ENFF</b>	Escola Nacional Florestan Fernandes
<b>GGB</b>	Grupo Gay da Bahia
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LeCAMPO</b>	Licenciatura em Educação do Campo
<b>LGBTQIAPN+</b>	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, <i>queer</i> , intersexual, assexual, pansexual, não-binaries e demais possibilidades de percepção das identidades de gênero e orientações sexuais
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MMC</b>	Movimento de Mulheres Camponeras
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos e das Pequenas Agricultoras
<b>MST</b>	Movimentos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra
<b>PDS</b>	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
<b>PE</b>	Pernambuco
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Santa Maria
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFRPE</b>	Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1. OCUPAÇÃO INTRODUTÓRIA.</b> Entre lembranças e memórias: da criança-viada ao corpo dissidente-ativista-pesquisador – notas sobre as trajetórias de um processo de (des)construção .....	14
1.1 Quando as estatísticas dilaceram: sobre a subalternidade e o apagamento das identidades dissidentes no Brasil.....	18
1.2 “Rompendo cercas e tecendo a liberdade”: compreendendo os caminhos de análise – procedimentos metodológicos .....	28
1.3 Sobre as invisibilidades (não somente acadêmicas): apontamentos sobre o (quase) não produzido .....	32
<b>2. PRIMEIRA OCUPAÇÃO.</b> Quando escancarar as portas do “armário” se faz necessário: entre ruralidades, masculinidades, marginalização e reconhecimento – Da invisibilidade ao Coletivo LGBT Sem Terra.....	35
2.1 Do surgimento à luta por reconhecimento: os caminhos de construção de um campo de pluralidades e diversidade sexual no campo a partir do MST .....	38
<b>3. SEGUNDA OCUPAÇÃO.</b> Libertem nossa terra, libertem nossos corpos: MST e Diversidade Sexual – Das questões de gênero ao Coletivo LGBTI+ Sem Terra. “A Revolução nos absolverá?”.....	45
<b>4. TERCEIRA OCUPAÇÃO.</b> “Meu Deus, parece que agora só tem viado no MST”: entre vivências, experiências e trajetórias do e no Coletivo LGBTI+ Sem Terra – a autoafirmação dos corpos dissidentes por meio de uma “pedagogia viada” .....	63
4.1 A construção de identidades dissidentes a partir da militância: o Coletivo LGBTI+ Sem Terra e as reverberações de ser uma <i>bicha</i> no e do campo.....	73
4.2 Não preciso deixar de ser <i>viado</i> para ser homem: dos homens de verdade às masculinidades campesinas .....	81
<b>5. (In)Conclusões ou sobre as histórias (não) contadas desses corpos dissidentes camponeses.....</b>	89
Referências Bibliográficas .....	95
<b>ANEXO I – Roteiro de entrevista.....</b>	99
<b>ANEXO II – Transcrição da entrevista com Silvano Leite.....</b>	100
<b>ANEXO III – Transcrição da entrevista com Mateus Meneses Quevedo .....</b>	113
<b>ANEXO IV – Transcrição da Entrevista com Regivaldo Silva. ....</b>	123

## **1. OCUPAÇÃO<sup>1</sup> INTRODUTÓRIA.** Entre lembranças e memórias: da criança-viada ao corpo dissidente-ativista-pesquisador – notas sobre as trajetórias de um processo de (des)construção

Os atravessamentos sobre entender a perspectiva acerca de estudar os temas sobre o rural e as ruralidades permearam e permeiam a minha vivência e a vivência da minha família durante, praticamente, toda a nossa vida. Os assuntos, experiências e relatos remontam as roças de fumo no município de Arapiraca na Região Metropolitana do Agreste de Alagoas e mais especificamente no povoado de Lagoa do Rancho, situado na zona rural e onde, até hoje, alguns familiares ainda residem – muitos deles seguem com os trabalhos na roça, ainda que estes não sejam necessariamente o do plantio de fumo.

Um dos registros de uma das muitas idas da minha família à roça (figura 1) é importante nesse processo de entendimento do meu próprio corpo enquanto de origem camponesa. De pé ao lado do cavalo e vestido de branco e chapéu está meu avô, ao seu lado estão mais 3 trabalhadores/as (são conhecidos da família), em cima da carroça de camisa branca está o meu irmão mais velho e com ele estão mais 2 conhecidos da família que faziam parte dos trabalhos na roça.

Figura 2 – A Família Silva nas roças de fumo



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

---

<sup>1</sup> A escolha pelo uso do termo “ocupação” é em alusão ao processo de resistência de luta pela terra e a partir dos sujeitos que a compõem. “Nesse sentido, a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sociopolítico dos trabalhadores e trabalhadoras na construção da consciência da resistência no processo de exclusão (FERNANDES, 2001, p.10) (grifos nossos)”.

Meu ponto de partida é realizar uma discussão sobre os corpos dissidentes no e do rural, as masculinidades e os processos da (des)construção identitária que permeiam a atravessam os corpos que compõem o rural e suas respectivas de ruralidades. Assim, para Eliézer Reis Vicente a construção dos corpos dissidentes se estabelece a partir do distanciamento de uma perspectiva de “matriz heterossexual”, enquanto um processo excludente sobre corpos anormais, abjetos.

Corpos dissidentes correspondem a todos aqueles corpos que rompem com a ““matriz heterossexual” conforme conceituada por Judith Butler: uma matriz excludente que visa tornar “abjetos” todos os corpos que não se encaixariam na suposta naturalidade da correspondência entre corpo biológico, sexo e orientação sexual, correspondência essa que seria uma “ficação” da qual os corpos não encaixados se tornam dissidentes” (VICENTE, 2022, p. 129).

Nesse sentido, corpos que não se enquadram no padrão normativo e dicotômico de gênero preestabelecidos são entendidos enquanto dissidentes, como aqueles que divergem.

Deste modo, para a historiadora norte-americana Joan Scott (1990) gênero é entendido a partir da dicotomia homem/mulher que estabelece relações de poder e dominação por meio deste binarismo e das diferenças sobre ser masculino e/ou feminino. Assim, reverberações sobre como as discussões de gênero permeiam e se estabelecem a partir desse processo dicotômico, sendo importante repensar esse aspecto na construção de identidades plurais.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1990, p. 18).

Nesse sentido, os tensionamentos acerca das discussões de gênero e sexualidade foram e são importantes no meu processo de formação pessoal e acadêmica. A virada para entender como esses debates me atravessavam vem da minha aproximação com os estudos rurais por ser e me entender enquanto um corpo de origem camponesa e passar a incorporar isso na minha trajetória de pesquisador.

Deste modo, a pergunta da professora Maria José Carneiro: por que estudar o recorte acerca dos estudos rurais?, sobre o tema da minha pesquisa de dissertação, em uma das primeiras aulas da disciplina Rural e Ruralidades na Sociedade Contemporânea, fez com que

eu pudesse repensar meu lugar de autoafirmação sobre as aproximações, distanciamentos e aprofundamentos acerca da discussão que será proposta nesta dissertação.

Tudo começou em Alagoas, na terra do fumo, e mesmo tendo vivido uma breve parte da infância na região que compreende o povoado de Lagoa do Rancho, as lembranças estão presentes, em virtude de alguns retornos para lá e em razão das histórias escutadas até os dias de hoje.

Ter vivido no interior pernambucano, na cidade de São José do Belmonte, a Terra da Pedra do Reino – município que se encontra na tipologia de rural adjacente<sup>2</sup> pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – durante toda minha infância e adolescência e, posteriormente, ter saído para a capital do Estado, Recife, para vivenciar outras experiências, inclusive acadêmicas, foi o que me possibilitou compreender essa identificação com os estudos rurais.

Assim como, de me entender enquanto uma pessoa que teve o rural e as ruralidades como definidores dos processos com os quais me identificaria e me aproximaria mais assiduamente. Passei a entender a importância das histórias que foram contadas sob o viés das resistências, existências e experiências de se perceber enquanto um corpo também dissidente.

Um corpo de origens rurais e de aproximações que remontam ao tempo de ser visto com olhares atravessados em um ambiente hostil e cercado por incertezas sobre a minha própria (des)construção identitária e sobre a autoafirmação desta.

Ademais, uma tentativa de resposta ao questionamento feito pela professora Maria José Carneiro é de que o rural conta minha história, por ser onde pude entender a força política do meu corpo hoje.

O rural é o “lugar” onde foram escritas e inscritas as histórias que me fizeram compreender que, por diversas razões, os temas relacionados ao rural me causavam e causam tamanho apreço. É esse território, inclusive político, que me fez perceber que meu corpo constrói uma história diferente, mas que não se afasta das vivências de tantos outros corpos dissidentes.

Esses corpos dissidentes que compõem o contexto rural quebram, ou tentam quebrar, essa formação dicotômica preestabelecida, quando reafirmam suas vivências e experiências nesses espaços demarcando, assim, narrativas de subversão.

---

<sup>2</sup> Compreendem as unidades populacionais que têm entre 3000 e 10000 mil habitantes nas áreas que concentram densidade com grau de urbanismo inferior a 75%; de modo que a maioria dos municípios brasileiros estão inseridos nessa tipologia (IBGE).

Nesse sentido, o sujeito rural que busco compreender parte da minha percepção e pertencimento a esse lugar onde se inicia a história da minha família e a minha história. E foi/é nesse lugar de uma família de agricultoras/es do agreste alagoano inseridos nas estatísticas do êxodo rural, partindo num caminhão pau de arara do Povoado da Lagoa do Rancho em Arapiraca para o município de São José do Belmonte em Pernambuco, que possibilitou a construção de outros olhares, perspectivas e narrativas insurgentes – dentro e fora de casa.

Aquele indivíduo das roças de fumo da cidade de Arapiraca, que está representado na imensa maioria das pessoas que compõem a minha família, não é o mesmo que ajudava na criação de galinhas no quintal de casa em São José do Belmonte. Em virtude de tantos outros atravessamentos de vivência e leitura de mundo sobre os novos e/ou outros sujeitos rurais. Mas, que são, de igual modo, pertencidos ao rural diante de novas ruralidades que compõem outras dinâmicas de ser e se perceber enquanto rural e isso contribuiu e contribui para outros processos formativos e de reconhecimento de identidades diversas, dissidentes e contextualmente rurais.

Nesse sentido, o deslocamento da vivência em um espaço rural para a região metropolitana a partir da entrada no curso de Direito, na Faculdade Damas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), me aproximou de discussões acerca dos Direitos Humanos e dos processos de reconhecimento das identidades no Estado Democrático de Direito. Lá participei do Grupo de Estudo “O Cogito e o Impensado: Estudos de Direito, biopolítica e subjetividades”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Celeste, desenvolvendo pesquisas sobre processos identitários e Direitos Humanos a partir das identidades dissidentes, abordando discussões de temas como Direito, Gênero e Processos Identitários, tais discussões foram essenciais na construção e fortalecimento dos meus estudos nessa perspectiva.

Ainda no Curso de Direito me aproximei dos movimentos sociais LGBTs, como o Movimento LGBT Leões do Norte<sup>3</sup> em Recife, onde pude participar de algumas reuniões e processos formativos. Pude ver de perto como esses processos de ativismos e militâncias que são importantes para compreender a emergência de pautas negligenciadas e subalternizadas quando a reivindicação é, principalmente, por direitos básicos. Também desenvolvi atividades junto ao Movimento Diverso, coletivo LGBTQIAPN<sup>4</sup>, na cidade de Serra Talhada, no Sertão

---

<sup>3</sup> É uma organização não governamental que atua em defesa da livre orientação afetivo-sexual e busca a promoção dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

<sup>4</sup> Corresponde, atualmente, a sigla mais utilizada para referência dos indivíduos que se percebem enquanto identidades dissidentes: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não-bináries); ademais, o símbolo de “+” se refere as demais possibilidades de percepimento das identidades de gênero e orientações sexuais, bem como a fluidez que a diversidade de gênero e sexualidade apresentam.

do Pajeú pernambucano, atuando no enfrentamento às violências de gênero com ações e formações para o público da cidade.

Posteriormente, com o ingresso no Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco (DECISO/UFRPE), passei a direcionar meus estudos para um recorte no movimento agroecológico. Com a participação, enquanto pesquisador do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laeticia Jali pude pensar articulações com os temas de gênero, meio ambiente e construção de identidades e sujeitos políticos, desenvolvendo trabalhos acerca das discussões teórico-metodológicas sobre questões de gênero, feminismos e ruralidades no processo de formação das identidades de homens gays no e do rural.

Assim, as minhas memórias que atravessam as plantações de fumo e constroem e reconstroem a trajetória da minha família, me fizeram romper com muitos rótulos preestabelecidos diante de todo esse percurso de vivências e experiências: poderia um homem, que se afastou da sua masculinidade viver *sua verdade* enquanto um corpo dissidente? E logo na zona rural, onde há um processo de naturalização de identidades dicotônicas homem-mulher, em que tal perspectiva era e é um lugar de disputas que tolhe, na maioria das vezes, sob esses corpos-rurais-dissidentes é legitimado?

E é a partir dessa construção de um corpo dissidente-ativista-pesquisador, que meu trabalho de dissertação está sendo direcionado. Proponho trabalhar os processos de masculinidades no contexto rural, a partir das contribuições dos estudos de gênero, sexualidade, masculinidade e diversidade sexual sobre as (novas) ruralidades, para compreender as formações das identidades no e do rural a partir dos seus corpos, corpos dissidentes inseridos e atravessados pelo MST na construção de processos formativos individuais e coletivos.

As perspectivas da diversidade sexual e de gênero tangencia debates e discussões importantes dentro e fora da produção acadêmica, para compreendermos como esses corpos políticos de autoafirmação identitária se reconstroem para romper com as dinâmicas de serem marcados por uma hegemonia dicotônica e binária de preestabelecimento cismotivo que não nos cabe mais.

## **1.1 Quando as estatísticas dilaceram: sobre a subalternidade e o apagamento das identidades dissidentes no Brasil**

As discussões sobre processos de identidade são marcadas pelas resistências de um Brasil que mata e marginaliza os corpos dissidentes. No ano de 2022, segundo o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2022) ocorreram 273 mortes de LGBTs de forma violenta no país. E, talvez, os números não digam toda a verdade sobre isso, mas o pouco que eles falam determinam um recorte cruel. Ser um corpo para além das fronteiras binárias e cisheteronormativas de ser homem ou mulher é, de certa forma, perigoso.

Para romper com os territórios normatizados do corpo, as grandes plantações de fumo, dominadas pelos homens *de verdade*, foram as primeiras linhas da minha história, onde foi preciso ser homem, para se libertar, não da feminilidade, muito menos dos trejeitos, mas da imposição dos olhares de marginalização e de negação dos outros.

Sendo este debate ainda pouco explorado no campo das análises sobre construção de processos identitários de identidades dissidentes as contribuições dos movimentos sociais reforçam esse lugar de emergência da pauta, principalmente dentro do MST e pela sua trajetória de lutas, pelas terras e pelos sujeitos que o compuseram, compõem e o comporão. A diversidade das questões de gênero é anterior a sua constituição e acompanha a história do MST, razão pela qual reconhecer sujeitos diversos e plurais em contextos rurais é tão importante e fundamental.

Nesse sentido, dialogar com o Coletivo LGBT Sem Terra para compreender um rural diverso e com sujeitos plurais que não é de hoje, mas, muito mais agora, permite-nos conhecer e compreender as lutas internas, externas e constantes. Assim, pode o sujeito rural, de identidade dissidente romper com os rótulos que lhe são impostos, sem deixar de pertencer ou ser reconhecido como tal?

São inúmeras as reflexões que nos (re)cortam e emergem de diversas maneiras na imensidão do país, que é um berço de masculinidades, feminilidades e sujeitos plurais multifacetados. Sujeitos que lutam e ecoam suas existências, para que os enfrentamentos por reconhecimento traçados sejam contínuos no propósito do fortalecimento das lutas individuais/coletivas e da visibilidade das pautas da diversidade.

Sendo assim, diante de corpos que são potencialidades e territórios de autoafirmação, pretendo compreender como a relação dos processos de masculinidades contribui para o entendimento sobre as novas construções de ser do e no rural, a partir das rupturas com a masculinidade hegemônica. Deste modo, promover diálogos sobre a construção dos processos identitários para além de ser um corpo lido exclusivamente como homem ou como mulher e que, necessariamente, precisa se portar e manter uma performance masculina e/ou feminina

(BUTLER, 2018) para ser compreendida/o e aceita/o é um ponto chave na análise de outros modos de ser e se perceber nesse processo de questionar esse recorte dicotômico.

A construção de um ideal de masculinidade permeia a formação individual de todos os indivíduos. É comum, por exemplo, o reforço dos estereótipos que condicionam para que o masculino seja quase que exclusivamente representado pela figura do músculo, viril e masculinizado, de modo a negar ou afastar tudo que possa remeter ao feminino.

Assim, pensar sobre a vivência de ser um corpo dissidente no meio rural demarca discussões fundamentais acerca de pautas emergentes e de indivíduos que fazem e representam seus lugares identitários de reivindicação, bem como, das suas autoafirmações, que rompem com o performar o padrão preestabelecido de ser homem ou mulher.

Como são vividas as experiências de ser um homem gay ou uma mulher masculinizada do e no rural? Como as discussões sobre seus corpos são lidas de forma pública e/ou privada? Existe uma liberdade velada ou uma exclusão potencial? A própria negação de sua identidade e seu percepimento<sup>5</sup> torna-se uma estratégia de/para sobrevivência em meio às violências, sejam elas simbólicas ou não, que permeiam a trajetória da maioria dos corpos que se percebem dissidentes.

A utilização do “armário” (SEDGWICK, 2007) como mecanismo de defesa e/ou invisibilidade, é uma das estratégias mais recorrentes. Contudo, o “armário” é, também, regulador das suas experiências e vivências, seja no espaço público ou privado e está imbricada na construção identitária desses corpos dissidentes, uma vez que estabelece quem, como e quando a liberdade de gênero e sexualidade pode ser plenamente executada e/ou vivida.

Nos papéis e sentidos atribuídos aos homens e suas masculinidades no e do rural, existe, ainda, uma prevalência dicotônica mais fortemente demarcada, em que a construção da identidade do homem camponês performa o trabalho duro, de sustento, reprodução e de reforço do que se entende enquanto “homem ideal” ou homens “de verdade” como trata Paulo Rogers da Silva Ferreira (2006).

Ele, o homem do campo, nesta glosa analítica, tem como missão crescer e multiplicar para (re)produzir em conformidade, pois seu destino é ganhar o pão pelo suor do próprio rosto. Mantenedor de uma sexualidade instituída, escamoteada [...]. Em tese, produz-se um Corpo-assim, ou seja, um corpo camponês já dado, definido, discursivamente, em sua sexualidade, espécie de mais-valia em prol de valores-guias (FERREIRA, 2006, p. 31).

---

<sup>5</sup> O uso do termo *percepimento* se faz pelas aproximações com a perspectiva de que ser LGBT corresponde a uma condição inata aos indivíduos, afastando-se da ideia de que é uma opção ou escolha. *Se perceber* é tomar consciência do seu corpo dissidente e se compreender enquanto corpo diverso e plural, que rompe com construção dicotônica cisheteronormativa.

Nesse sentido, ao homem do campo e às masculinidades campesinas reverberam a intersecção de questões como: gênero, sexualidade, sexo e relações afetivo-sexuais, por exemplo; ainda que algumas destas questões sejam vividas por todos os homens, em contextos rurais ou urbanos, os processos de lidar ou ter que lidar com elas é contextualmente diverso.

De modo que, o ideal de masculino e de masculinidade é definidor das performances aceitas e validadas socialmente e que são estabelecidas para a construção dos processos de identidade de todas as pessoas que se entendem enquanto homens, em maior grau (homens hipermasculizados e/ou masculinos) ou menor grau (homens não masculinos e/ou afeminados).

Isso implica perceber o percurso de construção de uma perspectiva da cisheteronormatividade<sup>6</sup> do indivíduo em suas performances de gênero masculinas, mas que envolve também, possíveis rompimentos com as estruturas dominantes e aberturas para outras formas de masculinidade(s) que sejam reconhecidas e/ou validadas por seus membros e/ou sociedade civil.

Nesse sentido, a construção e reforço da heteronormatividade estabelece um padrão a ser seguido, idealizado e preestabelecido binário de sexo e gênero (REIS; TEIXEIRA; MENDES, 2007).

A heteronormatividade é uma padronização de sexualidade e regula o modo como a sociedade contemporânea está organizada, segundo um padrão de normalidade heterossexual, prescrevendo como os sujeitos devem viver seus desejos e expressar suas sexualidades, e além de tudo, como devem habitar seus corpos. Costa (2012) explica que, o termo heteronormatividade foi instituído na década de 1990 pelo teórico social Michael Warner, para determinar o sistema de ideias que constitui a heteronormatividade como padrão. O termo parte de definições dicotônicas dos sexos biológicos (vagina/pênis) para determinar representações de gênero (feminino/masculino) e em subsequência, as orientações sexuais (heterossexual/homossexual) (REIS; TEIXEIRA; MENDES, 2017, p. 2).

É importante refletir sobre a reprodução e a resistência no modelo hegemônico de masculinidade nas vivências dos corpos dissidentes do e no rural, onde é fortemente disseminado a ideia do *homem macho*, forte e *viril*, o que nega e invisibiliza as masculinidades diversas desenvolvidas ao longo do processo de formação da sociedade.

---

<sup>6</sup> A inclusão do prefixo “cis” faz referência ao termo “cigênero”, ou seja, refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer.

Como afirma a socióloga Heleith Saffioti (1987) quando discute sobre ideal de macho e os distanciamentos com o feminino e as feminilidades.

Ao macho estão sempre associados valores tais como força, razão, coragem. Logo, os raquíticos, os afetivos, os tímidos são solicitados impositivamente a se comportarem de forma contrária às suas inclinações. São, pois, obrigados a castrarem certas qualidades por serem estas consideradas femininas, por conseguinte, negativas para um homem. Para não correr o risco de não encarnar adequadamente o papel do macho o homem deve inibir sua sensibilidade (SAFFIOTI, 1987, p. 25).

No entanto, ainda que de forma incipiente, tem-se desenvolvido um debate acerca da produção de outras masculinidades do e no rural, para questionar esse lugar da invisibilidade retroalimentada e mantida ao longo do tempo, em que não havia espaço para pensar a questão de outros corpos que não performam o recorte da masculinidade ideal – do músculo, por exemplo – que constroem, de igual modo, vivências e experiências e estão inseridas nessa perspectiva plural das identidades dissidentes.

Nessa perspectiva, o “armário”, enquanto lugar de não demonstração da sua própria identidade, atua como esse formador/regulador porque existe uma rede de pessoas que estão mais preocupadas em “espionar” e sempre “violar a intimidade alheia”, uma vez que “mesmo um gay assumido acaba por conviver diariamente com interlocutores sem a certeza de estes o reconhecerem” (SEDGWICK, 2007, p. 8).

Deste modo, a referência a afeminofobia<sup>7</sup>, termo cunhado pela autora Eve Sedgwick (1993), é utilizada de forma pejorativa como demonstrativo de que existe uma rede de preconceitos, inclusive na própria comunidade LGBTQIAPN+, sendo responsáveis por reproduzir tais discursos e, portanto, disseminar o preconceito contra homens gays afeminados ou mulheres masculinizadas.

Os indivíduos que adotam comportamentos de cunho afeminofóbicos utilizam do “armário” como artifício discursivo e mecanismo de regulação de sua identidade, uma vez que “o armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays; mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social (SEDGWICK, 2007, p. 8).

---

<sup>7</sup> O termo efeminofobia foi criado e utilizado pela autora e pesquisadora norte-americana Eve Sedgwick na década de 90. O termo é utilizado de forma pejorativa como demonstrativo de que existe uma rede de preconceitos dentro da própria comunidade LGBT, na qual são estes os membros responsáveis por reproduzirem tal discurso e disseminar o preconceito contra homens afeminados ou mulheres masculinizadas. A tradução do termo ou conceito afeminofobia é efeminofobia, que deriva de pessoas efeminadas.

Não ser afeminado é um ponto central na construção da identidade masculina do homem gay no e do rural, assim como não ser uma mulher masculinizada. As questões relativas à afeminação e masculinização demarcam um lugar de (in)certezas, principalmente quando se tem a projeção do que seria ser homem e/ou ser mulher “de verdade” e performar uma masculinidade e/ou feminilidade adequada e apropriada.

“Na zona rural as tensões em torno da masculinidade são intensificadas, de modo que a pluralidade de expressões de masculinidades é combatida” (SANTOS e PRATA, 2019, p. 5) como estratégia de reforço a um padrão hegemônico preestabelecido e condicionante que espelha o homem camponês enquanto atrasado e não moderno e alimenta o imaginário social do homem camponês bruto e/ou brutalizado.

Para Amanda Oliveira Simões (2023), sobre os sujeitos LGBTI+ camponeses há um atravessamento de julgamentos sobre os seus corpos que vão do campo à cidade apenas por se apresentarem de modo diverso do padrão tipicamente ideal de se portar.

O sujeito LGBTI+ camponês possui suas especificidades de existência. Por estar no movimento social rural há preconceitos tipicamente urbanos em relação ao seu modo de viver e há preconceito das pessoas do meio rural pela diferença apresentada no seu modo de se portar (SIMÕES, 2023, p. 73).

Nesse sentido, a afeminofobia impulsiona discursos que cerceiam características de masculinidades que possuam traços e/ou compreendam alguma ligação com o feminino, aqui também entendido como o afastamento do que seria o ideal de ser homem.

Logo, a compreensão sobre as dinâmicas de masculinidades a partir das representações de um modelo heterossexual estruturante dos comportamentos dos homens e o afastamento de vivências de homens do que não é viril são primordiais para a compreensão dos processos corpóreos de masculinidade(s) e da produção de pertencimentos e perspectivas de um homem no e do rural.

Assim, cabe salientar que, as desigualdades de gênero e sexualidade ainda estão largamente presentes e, muitas vezes, imperceptíveis e/ou invisibilizadas tanto em contextos rurais quanto em contextos urbanos, o que inclui a reprodução das formas hegemônicas de masculinidade(s) e de sexualidades. Mesmo aqueles que buscam compreender as relações sociais de gênero e as desigualdades delas decorrentes, centram suas análises nas relações homens/mulheres, “naturalmente” tratadas como orientadas por uma heterossexualidade normativa e compulsória (FERREIRA, 2006; GONTIJO & COSTA, 2013; BUTLER, 2018).

Essa perspectiva nos possibilita entender a construção dos processos identitários e vivências nos contextos rurais e refletir sobre questões relacionadas aos papéis e significados sociais atribuídos aos homens e as mulheres e que estas condicionam a produção de masculinidades que segue uma concepção que privilegia uma norma cisheteronormativa e binária de gênero, por meio de uma masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Ademais, determina os espaços de representação divididos entre o masculino, associado ao viril, e o feminino, associado ao frágil onde se tem a demarcação desses significados de gênero entendidos enquanto padrões a serem seguidos.

Deste modo, a figura projetada do homem como indivíduo detentor de virilidade e poder, bem como de performar o papel do macho másculo afastado dos papéis femininos sustenta uma perspectiva de fechamento ou de não visualização de outras formas de ser ou tornar-se homem.

O ideal-regulatório do masculino garantiu e garante aos homens lugar de privilégio. Contudo, é preciso problematizar as seguintes questões de pesquisa: O que acontece quando, no meio rural, o lugar do masculino e/ou da masculinidade é performado por um corpo dissidente que rompe com o padrão cisnORMATIVO e binário de gênero hegemônico? O que acontece quando esse lugar é ocupado por pessoas que performam processos identitários, sob um viés das masculinidades, sendo estes corpos dissidentes que não se rendem ao binarismo para definição das suas vivências e experiências? E quando essas pessoas são do meio rural onde predomina a ideia de que o homem não-heterossexual não é considerado *homem de verdade*?

A masculinidade assim entendida se apresenta de forma a reforçar o padrão hegemônico de reiteração de estereótipos e de afastamento da identidade masculina de tudo que não seja performado a partir desse viés do músculo, uma vez que homens tendem a reproduzir esse lugar da virilidade como autoafirmação do seu espaço de poder e lugar de *macho*. Do mesmo modo, homens gays o fazem por meio de uma estratégia de garantia da identidade masculina em detrimento das formas de feminilidades.

Nesse sentido, o corpo do homem do meio rural é normatizado e domesticado (FERREIRA, 2006), por meio do imaginário social que comprehende que a função natural dele seria a (re)produção de padrões preestabelecidos, onde ser homem e performar um padrão de masculinidade segue um viés restritivo e excludente do percebimento de identidades masculinas diversas inseridas no contexto social.

Importante salientar que essa marginalização dos corpos dissidentes faz do Brasil um país extremamente violento quando adentramos na seara da diversidade sexual e de gênero,

uma vez que é o país que lidera o ranking de mortes de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo (ANTRA; ABGLT; ACONTECE, 2022), motivo pelo qual a luta por reconhecimento identitário dilacera e marca a vivência dessas pessoas que não se encaixam nesse padrão cisheteronormativo.

No que se refere à questão estatística, os números são reflexos de uma sociedade que ainda nega, marginaliza, exclui e apaga vivências tidas como não aceitáveis ou corretas. Romper com um modelo dicotômico é negar ser homem ou mulher “de verdade”, por exemplo. Essa discriminação se traduz nos altos índices de violência, já que, só em 2021, segundo levantamento do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, por meio do relatório “Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021” cerca de 316 pessoas perderam suas vidas única e exclusivamente por se perceberem LGBTs; dos quais, 145 eram gays, 141 travestis e mulheres trans, 12 lésbicas, 8 homens trans e pessoas transmasculinas, 3 bissexuais e 7 se enquadraram em outras formas de percepção identitária.

Dentre as mortes evidenciadas no Dossiê 2021 merecem destaque os casos de pessoas que eram militantes da luta pela terra e pela reforma agrária e integrantes do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vítimas de LGBTfobia.

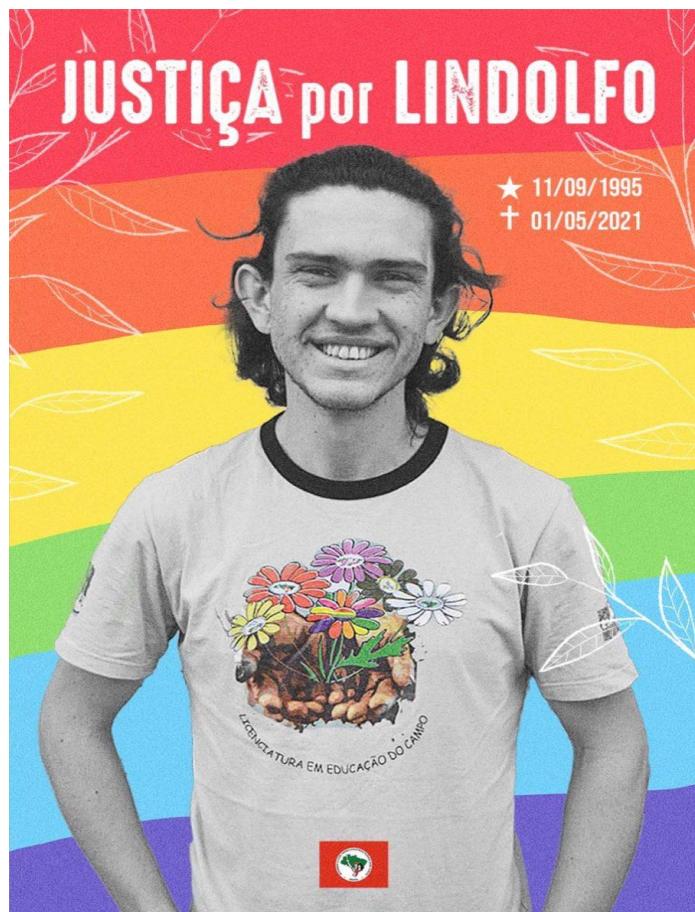
Os assassinatos no campo têm sido registrados por organizações como o Coletivo LGBT Sem Terra, segundo o qual, entre 2019 e o início de 2022, cinco militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) assumidamente LGBTI+ morreram vítimas da LGBTIfobia. A primeira foi a militante transexual **Aline da Silva**, assassinada brutalmente no dia 19 de agosto de 2019, no município de Arcos, Pernambuco, que teve seu pescoço degolado num ponto de ônibus. Em 2021, ocorreram outras três mortes: de **Fernando dos Santos Araújo**, gay sem-terra que foi executado a tiros em 26 de janeiro de 2021, no município de Pau D’Arco, no Pará; de **Lindolfo Kosmaski**, que teve seu corpo carbonizado no dia primeiro de maio de 2021, no município de São João do Triunfo, no Paraná; e de **Pedro Felipe de Oliveira**, do Acampamento Marielle Vive, município de Valinhos, São Paulo, que cometeu suicídio. O quinto assassinato, de **Nanny Araújo dos Santos**, que estava em processo de afirmação de sua identidade trans e vivia no acampamento Ondina Dias em Nova Venécia, Espírito Santo, foi registrado em janeiro de 2022. Ela teve seu corpo encontrado boiando no Rio Cricaré com sinais de violência (ANTRA; ABGLT; ACONTECE, 2022, p. 34) (grifos nossos).

Os números e a crueldade com que a vida dessas pessoas foi tirada reforça uma narrativa de medos e inseguranças quanto ao exercício pleno das suas liberdades e da liberdade sobre os seus corpos, uma vez que orientação sexual e identidade de gênero são expostas e anunciadas como o motivo para tal cometimento dos crimes, ratificando a tese de crimes com cunho LGBTIfóbicos e denunciando a necessidade uma mais vigilância sobre as questões de gênero no campo.

Os mais variados tipos de violência são empregados, bem como também são ocultadas, seja pela mídia e/ou pelos governos municipais, estaduais e federal, que negligenciam os corpos e desrespeitam suas vivências quando não reconhecem suas identidades mesmo após a morte.

Como o caso de Lindolfo Kosmaski (figura 2) que foi assassinado com dois tiros e teve seu corpo carbonizado em maio de 2021 no Paraná. Lindolfo era uma liderança jovem, educador popular e ativista LGBT. Cursou a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná *Campus Litoral* (Lecampo/UFPR Litoral), cursava mestrado no Programa de Educação em Ciências e em Matemática também na UFPR e era professor da rede estadual no Paraná. Ele também foi candidato a vereador em 2020 pelo município de São João do Triunfo (PR) pelo Partido dos Trabalhadores (PT) onde lutava pelas reivindicações das lutas camponesas.

Figura 3 – Cartaz da Campanha Justiça por Lindolfo



Fonte: MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/justica-por-rodolfo-2021/>.

As implicações e reverberações de ser um corpo dissidente de origem camponesa e que carrega estereótipos do que é ser homem ou de ser portar como homem é a chave para pensarmos estratégias de fuga e rotas alternativas de análise. No MST e no Coletivo esse viés se faz a partir da entrada da pauta e sua fixação no rol de prioridades de discussão, uma vez que estes sujeitos são personagens importantes nas trincheiras de luta que são travadas pelo próprio Movimento desde a sua concepção. Deste modo, a leitura simplista da sociedade sobre diversidade sexual e de gênero assume um outro patamar e passa a ser um lugar de questionamentos e autoafirmações desses sujeitos.

A luta pela terra é uma luta também de corpos não-heterossexuais e de performances não masculinas que fazem a ruptura numa estrutura que marca não só suas vidas atravessadas por violências, mas seus corpos os tolhendo e invisibilizando.

Deste modo, os avanços em pesquisas e estudos que contribuem para que o acesso a esses dados seja mais amplo é essencial e compreende um tema sensível que muitas vezes não entra em pautas de maior relevância. É comum os dados sobre pessoas LGBTQIAPN+ se perderem nas estatísticas oficiais em virtude do ocultamento das circunstâncias que geraram as violências, bem como as mortes dessas/es sujeitos. A dificuldade na e para a coleta de dados se destaca como um dos fatores primordiais para a invisibilização das vítimas, letais ou não, favorecendo para o apagamento desses corpos dissidentes cotidianamente.

O objetivo desta pesquisa é analisar como a (des)construção dos processos identitários das masculinidades no e do rural, a partir das vivências e experiências de corpos dissidentes no Coletivo LGBT do MST, pode contribuir para o rompimento de uma compreensão restritiva e excludente de afastamento de identidades plurais por meio da manutenção da (re)produção de indivíduos cisheteronormativos única e exclusivamente.

De forma mais específica, os objetivos que direcionarão esta pesquisa são:

- a) compreender o processo de formação do Coletivo LGBT Sem Terra e sua trajetória junto ao MST, a partir dos avanços e desafios para sua autoafirmação e reconhecimento;
- b) analisar, a partir das perspectivas dos processos dicotômicos de gênero e das perspectivas de masculinidades, como os corpos dissidentes no e do rural, estejam estes inseridos no Coletivo LGBT Sem Terra ou não, se autoafirmam e/ou reivindicam suas identidades enquanto lugar de resistência e visibilidade;
- c) demonstrar, a partir de mapeamento dos dados e verificação de incidência, como as violências de gênero, favorecem a reprodução, bem como marginalização de corpos dissidentes, principalmente em territórios rurais em que o lugar da masculinidade é fator determinante na construção dos papéis demarcados e atribuídos aos homens e mulheres e

d) verificar como a diversidade sexual e o atravessamento das questões geracionais buscam romper com essa visão que privilegia, ainda, o binarismo; bem como compreender os processos corpóreos das masculinidades e da produção de pertencimentos e perspectivas de ser um corpo dissidente no e do rural.

## **1.2 “Rompendo cercas e tecendo a liberdade”: compreendendo os caminhos de análise – procedimentos metodológicos**

Os corpos dissidentes compreendem uma vasta possibilidade de análise nos mais diversos aspectos da construção de procedimentos metodológicos de pesquisa e por isso o delineamento desta pesquisa se faz a partir da estruturação de um “campo de corpos” (BUTLER, 1992; CERQUEIRA & SOUZA, 2015) para explicar as práticas de processos identitários de cunho hegemônico e não hegemônicos através de representações sobre e dos corpos, como os recortes das construções identitárias da(s) masculinidade(s) e o debate sobre diversidade sexual e de gênero no MST.

Para tanto, a pesquisa contemplará, a análise de documentos, vídeos e demais materiais relacionados ao Coletivo LGBT Sem Terra e a pauta da diversidade, bem como serão realizadas de entrevistas semiestruturadas, com os/as representantes do Coletivo e integrantes que o compõem. Para a realização das entrevistas a escolha dos/as interlocutores/as foram feitas de forma direcionada e por indicação, ou seja, conversarmos com membros do Coletivo LGBTI+ Sem Terra.

O diálogo assim estabelecido visa construir a devida relação de confiança com os/as interlocutores/as, uma vez que a discussão de temas relacionados à questão de gênero e sexualidade é uma pauta sensível porque acessa temas conflituosos e tensionados cotidianamente na trajetória desses corpos dissidentes dentro e fora do Coletivo e evidencia desafios, mas também potencialidades, de autoafirmação identitária.

As identidades LGBTs contam as suas histórias de vida e de sobrevivência quando a elas é possibilitada a vivência das suas verdades, longe dos “armários” e fora dos rótulos preestabelecidos. É nesse sentido que as entrevistas estão direcionadas. Entender o porquê a trajetória de corpos dissidentes no Coletivo LGBT Sem Terra é fundamental para pensarmos sobre a ruptura da norma cisnormativa de gênero que exclui, negligencia e silencia suas histórias.

Me entender enquanto um corpo dissidente-pesquisador-ativista me fez questionar diversos aspectos das construções das representações sobre nossos corpos e nossos lugares de

ruptura frente à dinâmica de rotulação que nos deslegitima e me perceber enquanto um homem gay foi essencial. Entendendo que as tensões de ser um corpo preterido me aproxima das vivências de tantos outros/as LGBTs que tiveram e tem suas verdades silenciadas é o principal desafio para contarmos sobre nós, por nós e para nós aos outros/as.

Conforme pontua a antropóloga Rodica Weitzman (2016), quando destaca o foco das análises para a relação direta das interlocutoras da sua pesquisa e como esse direcionamento possibilita entender as leituras analíticas mais diversas sobre aqueles corpos, naqueles territórios e sobre os atravessamentos a partir do emprego das categorias vai se reorganizando para dar conta do que se quer analisar, bem como estar inserido de algum modo nas interlocuções proposta pela pesquisa é um diferenciador para pensar estrategicamente alternativas de compreender as dinâmicas, no caso desta pesquisa de dissertação, de ser um corpo dissidente no e do rural.

Ressalto aqui também que este “essencialismo estratégico” é aguçado a partir de uma interlocução igualmente estratégica. [...] minha presença como alguém que partilha de suas inquietações e que se alinha a seus posicionamentos políticos faz com que determinadas categorias identitárias sejam postas em destaque. Neste sentido, o espaço narrativo torna-se um processo dialógico que possibilita a afirmação de determinadas ideias as quais ratificam seu lugar no mundo enquanto sujeitos políticos (WEITZMAN, 2016, p. 27)

Proponho me deter sobre ‘as presenças’ (e ‘agências’) que se exprimem mediante os trânsitos efetivados por estes sujeitos dentro de territórios demarcados (lavoura, quintal, casa, mercado). Nesta leitura dos espaços, tento não trazer categorias classificatórias como ‘público/ privado’ a priori, mas busco captar os significados que minhas interlocutoras atribuem a tais lugares sociais, que se tornam bastante mutáveis e porosos a partir dos seus trânsitos (WEITZMAN, 2016, p. 29-30).

“E foi um grito, dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero, que fez surgir no interior do MST, as LGBT Sem Terra” (MST, 2021). A subversão do binarismo fez ecoar as diversas performances e performatividades dos corpos que compõem o Coletivo. Assim, como destaca Butler (2018), a reiteração, repetição e nomeação daquilo que somos ou entendemos ser são importantes estratégias para reivindicarmos negociações de poder sobre como e o que nossos corpos dizem ou podem dizer. Logo,

Para entender que os nomes pelos quais somos chamados são tão importantes para a performatividade quanto os nomes pelos quais nós chamamos, temos que identificar as convenções que operam em um amplo conjunto de estratégias de designação de gênero. [...] a corporificação implicada pelo gênero e pela performance é dependente das estruturas institucionais e dos mundos sociais mais amplos. Não podemos falar

sobre um corpo sem saber o que sustenta esse corpo, e qual pode ser a sua relação com esse apoio – ou falta de apoio (BUTLER, 2018, p. 45).

Sendo assim, a partir dos processos identitários de corpos dissidentes que se percebem e assim se declaram e que performam aspectos de masculinidades que reiteram discursos excludentes e de negação do feminino enquanto hierarquicamente tendo o macho viril como superior é que a análise será viabilizada, pela análise de diários de campo e entrevistas, que Maria Cecília de Souza Minayo atribui ser “uma conversa com finalidade” (MINAYO, 2015).

Para tanto, a seleção de entrevistados/as foi feita a partir da relação direta com o Coletivo LGBTI+ Sem Terra, observando-se a objetivo central desta pesquisa acerca da (des)construção dos processos de masculinidades. Salientamos que os contatos foram feitos e obtivemos 3 respostas e realizamos as entrevistas com essas 3 pessoas. Algumas respostas negativas foram justificadas pela falta de segurança de falar sobre o tema e por não se sentir à vontade para ter esse tipo de conversa neste momento. Outros casos sequer tivemos retorno, o que não comprometeu o andamento da pesquisa.

Sendo estas pessoas importantes na construção do movimento e na luta por reconhecimento e autoafirmações dos seus corpos dentro do MST e por meio do Coletivo. Algumas delas já fizeram parte das campanhas pela diversidade sexual e participaram de vídeos e materiais produzidos pelo MST (tabela 1).

Tabela 1 – Lista de entrevistados/as

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Organização</b>
Mateus Quevedo	27 anos	MPA/RS e Coletivo LGBTI+ Sem Terra
Regivaldo Silva	40 anos	Dirigente Estadual do Coletivo LGBT Sem Terra de Pernambuco
Silvano Leite	37 anos	Ex-Dirigente Estadual do Coletivo LGBT Sem Terra do Rio de Janeiro

Fonte: Autor (2023).

Ademais, a entrevista que, segundo FERREIRA (2014) “é uma das técnicas em pesquisa qualitativa mais mobilizada no campo de estudo das ciências sociais, em diferentes formatos e mídias”, por meio de um roteiro semiestruturado, possibilitaria uma maior dinâmica acerca da análise do objeto estudado e direcionaria o conteúdo da análise a partir do tratamento das entrevistas.

Visando, desta forma, entender sobre as dinâmicas de masculinidades a partir das representações de um modelo hétero-estruturante do comportamento dos homens,

principalmente no que se refere ao afastamento do que não é viril, sendo primordial para a análise dos processos corpóreos de masculinidades desses indivíduos enquanto produção de machos e perspectivas de ser um corpo dissidente no e do rural.

Ressalta-se que o está em análise é o modo como as diversas formatações de masculinidade se constituem e negociam a legitimidade de sua existência dentro de um espaço político: formatações visualizadas a partir da existência de masculinidades hegemônicas e subalternas e masculinidades entendidas como práticas performáticas e produtora do gênero masculino por meio de um sentido dicotômico binário e cisgender normativo que necessita ser rompido.

A proposta da dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e da conclusão.

O primeiro capítulo aborda questões sobre as masculinidades e processos de manutenção de uma masculinidade preestabelecida e hegemônica. Buscaremos entender como a formação das identidades, que perpassa uma construção de homens *de verdade*, é fundamental para compreender o porquê de a masculinidade estar no centro do debate sobre autoafirmação, reconhecimento, marginalização e violências de gênero que atravessam as vivências e experiências desses corpos dissidentes que compõem, ou não, o Coletivo LBGT Sem Terra.

O segundo capítulo trata a contextualização histórica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a entrada das pautas de gênero e a criação do Coletivo LGBT Sem Terra. O Coletivo reivindicou/reivindica demandas e questões essenciais na discussão acerca dos temas de gênero e da ruptura com a norma binária de marginalização de corpos que não eram, e muitas vezes não são reconhecidos e/ou legitimados, por se afastarem das performances normatizadas da construção social de homens e mulheres (BUTLER, 2018).

No terceiro capítulo, analisa as experiências de homens e mulheres do Coletivo LGBT Sem Terra que se percebem *dissidentes* no próprio MST. São militantes que performam identidades divergentes do padrão preestabelecido. Pretendo contribuir para um maior entendimento de como os processos de construção das masculinidades, que não está restrita a vivência de homens, pode definir expectativas de ser homem e ser mulher. Assim como essas definições podem demarcar processos hierárquicos e dicotômicos, acerca das perspectivas de gênero e sexualidade de corpos plurais e diversos e masculinidades camponesas para além de um padrão hierárquico e hegemônico.

### **1.3 Sobre as invisibilidades (não somente acadêmicas): apontamentos sobre o (quase) não produzido**

Como ponto de partida pode-se observar a baixa produção no campo acadêmico sobre discussões que tenham um aprofundamento centrado nas relações entre homens e masculinidades e sobre masculinidades que versem sobre vieses dos corpos dissidentes camponeses.

Os recortes de pesquisas, quando apresentados, se situam em termos guarda-chuva para explicar, referenciar ou compreender os processos de gênero e sexualidade mais amplamente.

O levantamento bibliográfico acerca das produções específicas sobre o tema e campo de discussão foi fundamental para a análise e mapeamento do recorte proposto; assim como, ampliar a visibilidade e o direito desses corpos dissidentes de (des)construírem suas histórias dentro e fora dos espaços acadêmicos e no seu cotidiano.

Neste sentido, foram levantados trabalhos produzidos sobre o tema proposto, tendo como base para a busca as seguintes palavras-chave: “MST”, “Coletivo LGBT”, “masculinidade”, “gênero”, “LGBT”, “diversidade sexual” e “sexualidade”, em portais de periódicos, anais de congressos e plataformas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Tal busca resultou em 20 trabalhos que fazem menção, discussão ou referência direta às palavras-chave. Os descritores formam cruzados entre si para que houvesse uma amplitude maior de análise nas bases de dados e posteriormente à busca aqueles trabalhos que exploravam o tema mais detalhadamente forma considerados para este levantamento.

Desse total, 10 trabalhos (tabela 2) aprofundam o debate sobre diversidade sexual e de gênero no MST e quase todos trazem o Coletivo LGBTI+ Sem Terra como recorte importante nesse processo de construção das demandas acerca de gênero e sexualidade dentro do MST, onde o debate se estabelece. Dos 10 trabalhos, 5 são dissertações de mestrado, 4 são artigos científicos publicados em anais de congressos ou revistas e um deles é um trabalho de conclusão de curso.

Tabela 2 – Levantamento bibliográfico

Autoria	Título	Tipo	Ano
Wilmar Roberto Gaião	“Negócio de acampar pra pegar terra é pra cabra macho” - A construção social do lugar de militância política no MST: uma discussão de gênero	Dissertação	2001
Bruno Monteiro Duarte Sheila Maria Doula	Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST	Artigo	2019

Douglas Mansur da Silva			
Agnaldo Cordeiro	A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Dissertação	2019
Vinicius Nunes Fileto	Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro	Dissertação	2020
Neidson César Freitas Nobre	Lições e experiências do público LGBTQIA+ no ambiente do MST	Artigo	2020
Bruno Monteiro Duarte	(Sobre)Vivências: projetos de vida, sexualidades e emoções entre LGBT Sem Terra de Minas Gerais	Dissertação	2021
Paula Junqueira Fontanha Erika Vanessa Moreira Santos	Coletivo LGBT Sem Terra: territorialidade dos sujeitos LGBT no MST	Artigo	2021
Sônia Fátima Schwendler Else Ribeiro Pires Vieira	Diversidade de gênero e educação nas áreas rurais do Brasil	Artigo	2021
Thaísson Rodrigues de Campos	LGBT Sem Terra: um estudo a partir do Coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Trabalho de Conclusão Curso (TCC)	2022
Amanda Oliveira Simões	Construindo com sabedoria: as dimensões de (re)existência dos LGBTI+ Sem Terra no Brasil	Dissertação	2023

Fonte: Autor, 2023.

A análise do tema ganha força a partir da possibilidade de se ter uma maior abertura sobre a discussão das questões de gênero, dentro e fora dos contextos rurais, uma vez que, outras performances de identidade e de percepção identitário sempre estiveram presentes nesses espaços e passam a reivindicar seus lugares pessoais, sociais e políticos de reconhecimento e autoafirmação dos seus corpos.

As masculinidades estabelecem condições de ser, estar e permanecer de todos/as, uma vez que o menino/homem afeminado é ensinado a ser homem desde cedo – logo quando seus trejeitos denunciam um afastamento do masculino – ainda que este não seja um homem *gay*, bissexual ou se perceba enquanto uma pessoa trans. Para as meninas/mulheres não é diferente, mas apenas para aquelas que são lidas como lésbicas masculinizadas, que se afastam do feminino ou não assumem uma performance entendida como correta para ser e se identificar como mulher.

O recorte de violência sobre seus corpos é, muitas vezes, sutil; mas nem sempre a expulsão, tentativas de conversão e todas as formas de fazê-los tornar-se homem ou mulher é mais importante do que, até mesmo, sua integridade; seja ela física e/ou psicológica. É fácil ouvir os gritos ecoarem: “seu viado, parece uma mulherzinha!”, “sapatão, cria jeito de mulher!”.

Ser um corpo fora do padrão hegemônico causa desconforto. Identidades dissidentes são marcadas dentro e fora dos espaços, do rural ao urbano, das classes mais baixas às mais altas e suas vivências precisam estar sendo escritas, descritas e transcritas dentro e fora dos espaços acadêmicos.

O que está em jogo é um controle sobre como as pessoas expressam suas liberdades corpóreas num estabelecimento de corpos livres e multifacetados, de disputas internas e externas, sejam elas individuais e/ou coletivas, que se (des)constroem cotidianamente para (sobre)viver nas trincheiras de luta pela vida.

## **2. PRIMEIRA OCUPAÇÃO. Quando escancarar as portas do “armário” se faz necessário: entre ruralidades, masculinidades, marginalização e reconhecimento – Da invisibilidade ao Coletivo LGBT Sem Terra**

A discussão sobre questões acerca da LGBTQIAPN+fobia nos espaços rurais acaba não tomando um lugar de destaque mais assiduamente, na maioria das vezes, e isso se percebe diante do menosprezo e descrédito dados aos indivíduos que não performam o ideal de homem ou de mulher que, em tese, deveria expressar. Assim, expressões como: *viado, sapatão, poc, boiola, bicha, fancha, caminhoneira, machona, frango, fresco, baitola, mulher-macho...* dentre outras, compõem o cotidiano da vida dessas pessoas. Para Pedro Henrique Azevedo da Silva Paiva (2015) é a violência e a exclusão que reforçam assumir uma identidade aceitável socialmente e que condicione para uma invisibilidade desse corpo dissidente,

Desta forma é impossível conhecer alguém que se afirme como gay, sabendo a quem excludente e opressora é a realidade heteronormativa que se vive, então o mais viável se torna assumir uma identidade aceita e invisível. É intrigante pensar em um discurso de repressão tão forte ao mesmo tempo de uma prática que o opõe tão viva, aqui se aplica a dicotomia do público e do privado, onde a identidade é performatizada de acordo com o ambiente (PAIVA, 2015, p.82).

Observa-se, ainda, um processo de marginalização bastante acentuado quando se aborda a vivência de pessoas LGBTQIAP+, de modo geral e de forma pormenorizada; seja nos espaços públicos ou privados, em áreas urbanas ou rurais ou sobre o reconhecimento das suas identidades e dos seus direitos perante o Estado Democrático de Direito (EDD).

Isso se dá pelo viés da experiência de liberdade da diversidade sexual de cada indivíduo, uma vez que aos ambientes rurais ainda é comum a associação de que essa liberdade de expressões de gênero não pode ou não deveria ser experienciada e experimentada plenamente.

Contudo, ainda que as vivências no campo e na cidade sejam, em certa medida, diferentes para os mais diversos corpos dissidentes existem aproximações quanto ao controle social estabelecido pelos processos binários e patriarciais que regem essas construções identitárias, conforme destaca Jean Claude de Souza Gomes *et al.* (2017) quando discute a relação rural-urbano e pontuam os processos de exclusão serem mais acentuados nos espaços rurais em virtude de um processo social e histórico de controle sobre corpos dissidentes que assumam performances não ideais de ser homem e de ser mulher.

[...] o espaço rural aprisiona aqueles que lutam pela sua busca da sua identidade de gênero ou orientação sexual, já que no campo as relações sociais são mais intensas entre todas as pessoas da comunidade. O que gera nesses ambientes um controle social que como consequência reprime e exclui qualquer pessoa que viva fora dos padrões conservadores do local (GOMES *et al.*, 2017, p. 6).

Nesse sentido, a discussão aqui se estabelece enquanto uma crítica ao engessamento do rural enquanto um lugar atrasado e que não acessa discussões como diversidade sexual e identidades diversas com profundidade. A leitura que se faz é que a cidade avança e o campo não alcança esse recorte, contudo é importante ressaltar que as identidades dissidentes sempre estiveram nesses espaços em maior ou menor grau, visibilidade e reconhecimento. Visando quebrar estereótipos e o reforço dicotômico que afasta campo e cidade em afastamento aos resquícios coloniais de dominação que seguem favorecendo uma estrutura hegemônica de objetificação e marginalização de corpos não hegemônicos.

Desse modo, “colonialidade” (...) é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. Entendo a lógica da “estrutura axiforme”, no uso que Quijano faz dela, como expressão de uma interrelação: todo elemento que serve como um eixo se move constituindo e sendo constituído por todas as formas assumidas pelas relações de poder, referentes ao controle sobre domínios particulares da vida humana (LUGONES, 2020, p. 9).

Essa perspectiva reflete o que socióloga Maria Lugones (2020) chama de sistema moderno/colonial que é constituída a partir do “dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais” que se funda e retroalimenta o controle sobre os corpos e ainda mais sobre os corpos dissidentes por figurarem num rol de anormais (FOUCAULT, 1975; 2001).

Por meio de mecanismos de dominação do sistema moderno/colonial, pessoas são objetificadas, assujeitadas e desumanizadas. De acordo com valores culturais hegemônicos e concepções prescritivas de gênero predominantes na cultura ocidental, a heterossexualidade é concebida como padrão normativo de comportamento. Assim, gays, lésbicas, transexuais, travestis e pessoas que adotam modos de identificação e expressão da sexualidade diferentes da heterossexualidade situam-se fora dos padrões de comportamento da cultura dominante, sendo classificados como “anormais” ou “não humanos”. Nas práticas cotidianas, essas pessoas são vítimas de violência, sofrimentos psicológicos e opressões múltiplas, as

quais relacionam-se com o entrecruzamento interseccional das categorizações conceituais de sexualidade, raça, gênero, classe, geração, território e nação. Como padrão de poder mais duradouro do que a colonização, a colonialidade nega, silencia e oculta as ontologias, as cosmologias e os modos de viver no mundo que se diferenciam dos padrões hegemônicos estabelecidos pelo capitalismo global por meio de estruturas epistêmicas e simbólicas do sistema moderno/colonial. Contudo, há formas de resistência às relações de poder e modos de coalizão (CARVALHO, 2023, p. 2).

Acerca disso, é importante destacar que esse sistema colonial e de reforço patriarcal se perfaz a partir da construção de um lugar moral, um lugar de vergonha e desonra, no sentido de estabelecer condições prévias para que os indivíduos se enquadrem e garantam certos níveis de “respeitabilidade” diante dos outros e dentro das suas comunidades ou nos lugares que fazem parte, em maior ou menor grau, por se perceberem enquanto corpos dissidentes, anormais. Como destaca John Comerford (2014) quando discute sobre o espaço de vigilância e acesso a todas as coisas e todos os sujeitos que circulam em determinada comunidade.

Há um registro próprio embutido em quase qualquer conversa pelo qual se atualizam, com grande agilidade, informações sobre os outros e sobre os próprios conversantes, ao mesmo tempo em que se julgam moralmente as ações alheias e próprias. Essas conversas pressupõem, portanto, outras duas dimensões cruciais: estar atento ao que fazem os outros, e ter algo como um fundo de ações próprias (suas individualmente e/ou de um “nós” socialmente significativo e reconhecido) que possam ser contadas com orgulho (COMERFORD, 2014, pp. 8-9).

Há uma perspectiva geracional muito presente onde as gerações anteriores, de certo modo, reivindicam esse lugar de respeito e muitas vezes os temas sobre sexualidade sequer são trazidos e levantados dentro das suas casas. Tal perspectiva abre a possibilidade de discutir também questões relativas à diversidade sexual, entrelaçamentos e estabelecimento de vínculos dentro de uma perspectiva da casa enquanto lugar das identidades demarcadas e preestabelecidas, nela mesma e pelos sujeitos que a compõem, bem como das expressões de gênero presentes nos contextos rurais, dando visibilidade a identidades e vivências diversas do padrão binário preestabelecido.

Nesse sentido, as novas gerações acabam vivenciando outras formas de se permitir, bem como efetivar outras possibilidades de percepção no mundo e com isso trazer suas autoafirmações identitárias enquanto potencialidades de pertencimento e reconhecimento, inclusive para questionar as possibilidades de ser homem e ser mulher na tentativa de romper com a norma cisnormativa de gênero.

Contudo, diante de tantos atravessamentos quanto à construção de uma identidade que responda ao meio social, mas que também seja um lugar de segurança e de pertencimentos ao próprio sujeito, o espaço da casa é, também, um lugar de violências.

O reforço a uma moral tradicional e de respeito aos costumes faz da casa um campo de intensas disputas, que não são vivenciadas por todos/as os corpos que se entendem enquanto dissidentes – mas que, quando há um conflito e a sexualidade é atua como um amplificador deste.

“Desta forma, o (a) jovem do campo está circunscrito (a) por uma teia de densas relações entre a casa (família) e a vizinhança (comunidade)” (WANDERLEY, 2007, p. 24) e isso contribui para uma maior vigilância sobre quem pode ou não pode, quem deve ou não deve e sobre quem se expressa ou deixa de se expressar para ser “aceito/a”, seja pela família ou pela comunidade onde está inserido/a. Nessa perspectiva o “armário” é um importante dispositivo de manutenção relacional dessa teia de entrelaçamentos e vínculos.

Nesse sentido, pensar acerca de (re)configurações do rural e das (novas) ruralidades possibilita compreender quem e quais são esses/as novos/as pessoas que compõem, com recorte mais pontual na sua relação com a identidade. Assim, destaca Maria José Carneiro (1998) quando menciona questões relacionadas ao processo de transformação da vida social.

Nessa perspectiva, as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificado, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (CARNEIRO, 1998, p. 58).

Essas mudanças estão também inseridas no contexto de pensar sobre pluralidades e diversidade na construção de processos corpóreos na interseção rural-urbano. Caracterizada pela heterogeneidade social deste novo rural, recortado por ruralidades contemporâneas que não estão única e exclusivamente demarcadas pelo espaço territorial físico, mas também pelos corpos que estão imbricados nesses processos de formação e transformação da relação com o lugar e com as pessoas que o compõem.

## **2.1 Do surgimento à luta por reconhecimento: os caminhos de construção de um campo de pluralidades e diversidade sexual no campo a partir do MST**

A luta pelo reconhecimento e autoafirmação das pautas acerca da diversidade sexual e de gênero ganham força nos movimentos sociais e dentro do MST não seria diferente. São cerca de 40 anos de luta pela terra (1984-2024) e pelas demandas trazidas pelas pessoas que compõem a organização de modo geral.

Somos nós, junto a outros tantos Sem Terra deste Brasil, que nos organizamos lado a lado nas fileiras de luta pela Reforma Agrária Popular, estabelecendo outras formas de ser e estar no campo. Construímos o projeto democrático popular, para que o campo seja um espaço de produção e reprodução da vida, respeitando a natureza; para desmantelar os sistemas de dominação e exploração do povo, da terra, dos corpos (MARIANO; PAZ, 2021, p. 15).

Nesse sentido, a partir da necessidade de *hastear a bandeira colorida* e ecoar as questões de gênero que sempre estiveram presentes no cotidiano dos/as seus e suas integrantes surge o debate mais aprofundado para o processo de construção do Coletivo LGBT Sem Terra, iniciado em 2015 com um grupo de estudos sobre diversidade sexual e tendo sua oficialização na organicidade do MST em 2018.

Compreendendo a emergência das demandas relacionadas à pauta LGBT, passou a reivindicar espaços de reconhecimento na luta sobre igualdade de gênero, uma vez que identidades dissidentes construíram, constroem e construirão o MST, de modo a garantir o fortalecimento das discussões sobre e para os variados tipos de opressões presentes no meio social, como o racismo, o sexism e a homofobia, por exemplo. Deste modo, destaca Thaísson Rodrigues de Campos (2022) quando aponta para a emergência do debate sobre novos processos de identidade no MST e suas respectivas incorporações nas agendas de luta.

O Coletivo LGBT Sem Terra surgiu a partir de um grupo de estudos sobre diversidade sexual que funcionou de 2015 a 2017, vinculado ao Coletivo de Mulheres até então, quando se tentava aprofundar as discussões sobre sexualidade. A partir daí observa-se a importância de um espaço de diálogo dos/as militantes LGBT's, visto que suas pautas e debates mereceriam atenção. Para o MST, começa uma nova discussão e novas demandas: compreender o/a sujeito/a LGBT na luta, entender sua importância e respeitar a diversidade dentro do espaço no qual a luta é constante pela reforma agrária, tendo compreensão da dinâmica das relações de classe e a luta pela igualdade (CAMPOS, 2022, p. 19).

Sobre essa perspectiva, “falar sobre diversidade sexual e de gênero no campo é um desafio deste tempo na luta e construção de territórios livres de opressão e dominação [...] rompe com o silêncio sobre a invisibilidade e a existência das LGBTI [...] no campo” (CARTILHA LGBTI, p. 6, 2020).

Isso destacou a necessidade de romper com práticas hegemônicas e dicotômicas, principalmente no que se refere às suas construções identitárias dissidentes, uma vez que as questões relativas à diversidade sexual e de gênero nos contextos rurais ainda é um tema pouco discutido e, mesmo que as discussões tenham adentrado aos espaços, seja nas comunidades, nos grupos de trabalho, congressos e outros, o lugar da representatividade se mostra incipiente, principalmente no que se refere às discussões sobre questões de gênero e sexualidade.

Assim, de acordo com Alessandro Mariano e Thais Terezinha Paz (2021) reivindicar as pautas de luta estabelece novos processos de reconhecimento e visibilidade de identidades dissidentes de homens *gays* e bissexuais, mulheres lésbicas e pessoas trans.

Partilhamos aqui a história de sujeitos que romperam com a invisibilidade; encontraram força coletiva para gritar contra as opressões e destruir os armários; e vem construindo um processo de consciência sobre a importância da diversidade e da liberdade sexual na luta pela emancipação humana. Esta é também a história daquelas e daqueles que fazem subversão e luta com a coletividade Sem Terra, aprendendo a não se enquadrar e não se calar. De punhos erguidos, afirmamos que o caminho é *enviadecer, sapatonizar e travestilizar a luta* (MARIANO; PAZ, 2021, p. 17).

A emergência de pautar uma discussão mais aprofundada sobre os aspectos que sempre permearam os sujeitos dissidentes dentro MST é um dos elementos centrais da fixação e entrada nas discussões junto da Direção Nacional. Num contexto de fragilidades e tensões, o aniquilamento de corpos não-heterossexuais pelo simples fato de assim o serem acionam um alerta sobre quais meios poderiam ser mobilizados para que isso tivesse destaque e visasse reconhecimento desses sujeitos que são alvos cotidianos de um sistema que não resguarda pela sua segurança, conforme reforça Agnaldo Cordeiro (2019).

Não podemos deixar de destacar que sofremos cotidianamente uma imposição de condutas, normas e valores morais que não são vividos de forma tranquila numa assimilação simples e mecânica. Ao contrário, à medida que são impostos e não dados por uma pretensa natureza há conflitos e resistências que vão sendo confrontados com os limites concretos impostos muitas vezes pela violência psicológica e física. As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o sujeito masculino não é unicamente diferente do sujeito feminino. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, que se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia do ser masculino (CORDEIRO, 2019, p. 39-40).

Ademais, a perspectiva afeminofóbica e/ou de violências de gênero favorece a reprodução, bem como a reiteração de violências simbólicas a partir da exclusão e de marginalização de corpos dissidentes que visam quebrar com o padrão cisgenderonormativo preestabelecido, principalmente em territórios rurais em que o lugar do masculino é fator determinante na construção do homem “de verdade”, diante da figura construída pelo imaginário social que é atribuída às figuras masculinas e de performance voltada para o masculino.

Neste sentido, a diversidade sexual busca romper com essa construção que ainda privilegia o binarismo. Os processos corpóreos das masculinidades e da produção de pertencimentos e perspectivas de ser um corpo dissidente no e do rural é, desta forma, uma questão que precisa ser mais bem explorada. Assim como as diversas formatações de masculinidade(s) se constituem e negociam a legitimidade de sua existência dentro de espaços políticos e de autoafirmação enquanto movimento de luta por direitos e reconhecimento.

Ainda que de forma incipiente, no Brasil tem-se desenvolvido um debate acerca da produção de outras masculinidades do e no rural, para questionar esse lugar da invisibilidade retroalimentada e mantida ao longo do tempo, em que não havia espaço para pensar a questão dos corpos dissidentes que (des)constroem essas masculinidades.

Formatações visualizadas a partir da existência de masculinidades hegemônicas e subalternas e masculinidades entendidas como práticas performáticas e (re)produtivas do gênero masculino única e exclusivamente – entendendo masculino aqui enquanto perspectiva de manutenção da produção de homens e mulheres de verdade, virilidades e de afastamento do feminino.

Compreender processos identitários das masculinidades em contextos rurais requer um aprofundamento acerca das percepções sobre ser homem e/ou mulher e como as vivências e experiências desses indivíduos pode contribuir efetivamente para a manutenção de uma masculinidade hegemônica ou pensar sobre outros processos de masculinidades – ainda que estes sejam recortados por questões de violências e por meio de processos de marginalização e subalternidade, uma vez que entendidos enquanto negação da figura do homem másculo e viril ou do feminino e dócil.

Por isso, é importante assumir que não existe somente uma questão discursiva que associa de maneira direta homens e mulheres a masculinidade(s) e que sejam marcadas “por uma masculinidade não-natural ou por uma feminilidade que funcionaria como elemento disruptivo da suposta coerência entre sexo biológico e atributos relacionados a gênero” (FRANÇA, 2010, p. 181).

Pressupõe essa discussão uma perspectiva de dominação e de estrutura masculina e/ou masculinizadas hegemônicas para a manutenção de uma estrutura em que o viril-masculino e o dócil-feminino, organizada em dois grandes grupos dicotômicos de classificação e hierarquia dos indivíduos na relação sexo/gênero para determinar todas as pessoas.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente, em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 2014, p. 49).

O conceito de *habitus* traz questões importantes para entendimento dos processos de violências simbólicas que estão transversalizadas nas discussões sobre homens e mulheres e principalmente quando essa performance é experienciada e vivenciada por mulheres e homens de masculinidades não hegemônicas.

Isso reflete diretamente como as formas hegemônicas de masculinidade também adentram a vivência e identidade dos homens gays e das mulheres masculinizadas, que podem ser evidenciadas nos processos reiterativos de normalização de performances e “trejeitos” masculinos como determinantes de uma identidade viril, o que envolve a reprodução das características intrinsecamente referenciadas na vivência e padrão heterossexual e na percepção da masculinidade reduzida à construção do macho e da fêmea, sobretudo para aqueles no e do rural enquanto identidades dissidentes.

Foucault (2010) compreendeu os sexos enquanto objetos de discursos, portanto enfatizou que a nomeação e definição das coisas alcança um procedimento de concepção; conforme ressalta Guacira Lopes Louro (2009, p. 138), os dispositivos de regulação possuem um caráter performativo, ou seja, sua referenciação e, consequentemente sua recorrência condicionam para que isso possa acontecer, para assim, produzirem aquilo que possam nomear.

Esse entendimento foi, especialmente, desenvolvido por Judith Butler (2010) para quem a categorização do sujeito está intrinsecamente ligada à esfera do sexo, tratando-se de uma noção ocasionada pelos dispositivos da sexualidade.

Deste modo, ela propõe uma análise sobre a construção de uma matriz heterossexual, que pode ser interpretada como “o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem

sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea) é necessário haver um sexo estável” (BUTLER, 2008, p. 200), de modo que é “definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2008, p. 200) lida enquanto modelo normativo ideal e de prevalência para negar e subalternizar identidades dissidentes que rompem ou visam romper com esse entendimento.

Tal padrão passou a gerir a manutenção de duas sexualidades sempre e exclusivamente dentro de um modelo do binarismo sexual predeterminado e de presunção heterossexual compulsória. Conforme explicita Daniel Cazés, “[...] os estudos sobre homens ou masculinidade com enfoque de gênero estão ligados aos estudos feministas e, em grande medida, inspirados por suas visões críticas e pelas propostas e ações das mulheres que os elaboraram” (CAZÉS, 1998, p. 112).

Isto posto, tem-se a perspectiva de uma matriz de concepção de uma masculinidade hegemônica, sendo que, o referido termo afirma a existência de um modelo de masculinidade que, uma vez prescritivo, exerce domínio sobre as mulheres e subordina os homens a alcançá-la (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013).

Esse conceito acerca da constituição da masculinidade hegemônica funda uma ideia chave de análise, uma vez que permite visualizar como o binarismo de gênero e a cisheteronomativididade endossam não só o poder hierarquicamente atribuído aos homens sobre as mulheres, como também balizam as diferentes formatações de masculinidade., de modo que, a produção de atributos ou características tidas como masculinas permeiam espaços discursivos de autoafirmação identitária como referência de uma produção de indivíduos inseridos em diferentes relações e processos sociais.

Nesse sentido, é necessário pensar sobre como se manifestam as representações dos corpos nesses processos de formação identitária de modo a ser este corpo um lugar de possibilidades. Um corpo dissidente é determinado pelas rupturas, tal corpo visa quebrar com o ponto de vista hegemônico e se estabelecer para além das atribuições cisnormativa dicotônicas de gênero. Mas, “quais os limites do corpo feminino/masculino? Há limites? E sobre os corpos abjetos, que não se enquadram nesse padrão? Quais as aproximações e distanciamentos entre o que o corpo é ou o que a sociedade determina?” (SILVA, 2021, p. 16).

Os corpos dissidentes são territórios “controlados”, uma vez que a manutenção do binarismo determina seu alcance e é atravessado por questões anteriores ao próprio entendimento da pessoa sobre sua liberdade de ser e se perceber dissidente, são corpos marginalizados, subalternizados, abjetos... precários – vidas precárias. Ou seja, “relaciona-se

a todo o tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161).

Há um excessivo controle patriarcal pautado no padrão cisheteronormativo que gera a abjeção, e sair ou não sair do armário torna-se uma decisão política. Se perceber como identidade subversiva que desestabiliza o binarismo é assumir o corpo como um campo de guerra, um corpo minado que faz trincheira cotidianamente, é ser visto pela sociedade como uma verdadeira aberração (nem homem, nem mulher), é ser alvo de curras constantes (geralmente por parte dos homens) porque eles se acham no direito de anular os corpos desviantes, é ser alvo de uma violência simbólica que se desdobra em outros sofrimentos (SILVA, 2021, p. 17).

Corpos dissidentes nascem, crescem e morrem marcados pelo “s(c)istema”<sup>8</sup> que tenta aniquilar existências plurais que visam romper com o padrão cisnormativo e binário preestabelecido.

(...) a hetero[cis]normatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas. Numa perspectiva biologista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (MEYER; PETRY, 2011, p. 195).

Ser homem ou ser mulher, ou simplesmente não ser, é uma questão que se expande e não cabe no ideal de “homens e mulheres de verdade” construídos, muitas vezes, pelos outros e para ou outros e não para nossas próprias (re)existências.

---

<sup>8</sup> A utilização da palavra “s(c)istema” é para tratar do “sistema” patriarcal, machista e sexista de prevalência binária em construção com a palavra “cigênero” que reforça o binarismo.

### **3. SEGUNDA OCUPAÇÃO. Libertem nossa terra, libertem nossos corpos: MST e Diversidade Sexual – Das questões de gênero ao Coletivo LGBTI+ Sem Terra. “A Revolução nos absolverá?”**

Vem, lutemos punho erguido  
Nossa Força nos leva a edificar  
**Nossa Pátria livre e forte**  
**Construída pelo poder popular**  
Nossa Força resgatada pela chama  
da esperança no triunfo que virá  
**forjaremos desta luta com certeza**  
**pátria livre operária camponesa**  
**nossa estrela enfim triunfará!**  
(Trecho do Hino do MST).

As lutas dos movimentos camponeses por reconhecimento e estabelecimento de suas pautas determina questões centrais nos processos de construção e efetivação das demandas dos/as indivíduos que os compõem direta ou indiretamente, de modo que as reivindicações por direitos de estar nessas lutas atravessa todos e todas que erguem seus punhos para garantir-lhos.

Nesse sentido, o MST se estabelece enquanto um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil, traz na sua perspectiva histórica a força dos/as indivíduos que ao longo dos seus 39 anos de luta pela terra se organizaram para questionar, no período final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, o modelo de reforma agrária compulsoriamente estabelecido pelo regime militar. Daí vem suas origens, uma vez que essas lutas se associam a inúmeros movimentos de agricultores por todo o país que não estavam satisfeitos com o sistema de distribuição de terras (MST, 2023).

A organização coletivamente e de forma simultânea desses movimentos espalhados por todas as regiões do Brasil fortaleceu a pauta de lutas pela terra pelos trabalhadores rurais sem-terra e possibilitou a criação de um movimento maior e com força a nível nacional que visava a defesa e garantia de direitos do MST e aconteceu em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel no Paraná (MST, 2023).

Essa iniciativa foi suficiente para que o MST, no ano seguinte, em 1985 já pudesse realizar o Primeiro Congresso Nacional (figura 3) e nesse congresso foram criados o hino, a bandeira e o lema do MST que era “Terra para quem trabalha” e passou a ser “Ocupar é a única solução” (MST, 2023).

Figura 4 – Cartaz do 1º Congresso Nacional do MST (1985)



Fonte: MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/1o-congresso-nacional-do-mst-1985/>.

Sua bandeira (figura 4) carrega o simbolismo das lutas travadas ao longo da história e cada um dos elementos (as cores: vermelha, branca, preta e verde, bem como o facão e os trabalhadores e trabalhadores representados) são partes importantes nessa construção de agendas que contemplam as mais diversas formas de ser um ou uma integrante do Movimento:

- **A cor vermelha:** representa o sangue que corre nas nossas veias de cada trabalhadora e trabalhador e a disposição de lutar pela Reforma Agrária, pela transformação da sociedade;
- **A cor branca:** representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social;
- **A cor preta:** representa nosso luto e a nossa homenagem a todos as trabalhadoras e trabalhadores, que tombaram na luta pela nova sociedade;
- **O facão:** representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista;
- **O mapa do Brasil:** representa a luta nacional dos Sem Terra e a necessidade de que a Reforma Agrária deve acontecer em todo o país;
- **A cor verde:** representa a esperança das trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra quanto a vitória de cada latifúndio que conquistamos; e
- **A Trabalhadora e Trabalhador:** representam a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras.

Figura 5 – Bandeira do MST



Fonte: MST. Disponível em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/>.

“Além da luta pela Reforma Agrária, o MST defende uma agenda ampla de transformações econômicas, políticas e sociais” (RADIN e CORAZZA, 2018, p. 112). E sob essa perspectiva as pautas que vão surgindo garantem um debate diverso e com possibilidades de entender como as articulações num movimento social como o MST são essenciais para a manutenção das suas agendas e a emergência de se estabelecer garantias e construções que apoiem as diversidades, principalmente as de gênero e sexualidade dentro dos movimentos sociais e para fora deles. Por isso a importância de temas como esses, uma vez que forjam alicerces para os/as que virão e garante a caminhada daqueles/as que estão e reverencia aqueles/as que já se foram.

Destaca-se que para o MST (2019),

a construção de um projeto de Reforma Agrária Popular só é possível se compreendermos a sexualidade humana como parte fundamental da luta pela terra. A existência e resistência ativa desses sujeitos LGBT Sem Terra, que constroem o MST, é um alicerce importante no enfrentamento direto contra esse sistema patriarcal, racista e capitalista. Por isso, nós, não voltaremos para o armário (MST, 2019b).

É importante salientar que pessoas LGBTs estão presentes na construção e constituição do MST e que não há uma data específica que defina quando essas identidades passaram a integrar efetivamente sua estrutura, uma vez que as identidades já estavam ali; mesmo que

reprimidas ou negligenciadas de algum modo na estrutura dominante na sociedade e na estrutura organizativa do próprio MST.

Nesse processo organizativo muitas contradições foram surgindo. Nosso núcleo básico de organização é a família, mas de que família estamos falando? Como integrar um casal formado por dois homens ou duas mulheres? E nos relacionamentos afetivo-sexuais que ocorrem em nossos espaços, especialmente entre a juventude, a homossexualidade seria um caso de indisciplina? Como se referir às pessoas transexuais e travestis? Da forma como elas se identificam? Ou com os nomes com os quais as famílias as batizaram? Todas essas questões sobre a existência das LGBIs atravessavam o cotidiano político e organizativo do MST. Até 2015, o que balizava as respostas a estas perguntas eram os valores e princípios do MST que, de forma ampla, apresentavam nossa luta contra toda forma de exploração e opressão, o nosso compromisso com a formação do novo homem e da nova mulher, a nossa vinculação à luta socialista. Mas isso não era suficiente para garantir que as LGBTs fossem incluídas plenamente na organização e que seus direitos estivessem presentes em nossas pautas de reivindicações. Expressando as nossas contradições, havia aqueles que não consideravam que esta fosse uma questão relevante para ser debatida na organização, invisibilizando por completo a nossa existência (MARIANO; PAZ, 2021, pp. 24-25).

Vivências, experiências e possibilidades de expressão que sejam diferentes ou diversas daquilo que se entende enquanto ideal ou que a sociedade espera ser o correta traz para o debate situações que denunciam o apagamento de identidades diversas e dissidentes no e do rural e que foram colocadas ou sequer foram deixadas sair do “armário”.

A negação desses corpos reitera uma prática antiga e que carrega um discurso de violência disfarçado de sugestão ou conselho: “tudo bem, mas seja assim só dentro da sua casa” – típica frase que a imensa maioria das pessoas LGBTs já ouviu no decorrer das suas vidas. Seja em casa, na escola, no ambiente de trabalho ou na rua e que evidencia uma condição de controle sobre a liberdade das pessoas de se autoafirmarem fora do padrão cisnormativo.

O fato de se apresentar em espaços públicos abre uma dimensão ainda maior sobre a forma como as sexualidades podem ser vistas, interpretadas e marginalizadas. Não negar a essas pessoas LGBTs que compõem o MST e querer jogá-las para e somente o espaço privado, onde ninguém pode ou precisa ver, é também uma forma de exclusão das suas vivências. Coisas que heterossexuais jamais enfrentam ou enfrentarão, pelo simples fato de estarem “de acordo” com o que a sociedade espera.

O empenho pela construção do “novo” na intimidade de cada indivíduo e nas relações entre os sem-terra, faz parte dos objetivos do MST. A dinâmica das relações entre militantes do MST pode ser observada em documentos elaborados pelo movimento, sintetizados em objetivos, princípios políticos, valores e comportamento

que ele considera necessários na construção do “novo homem”, da “nova mulher”, “novas relações” de gênero e da “nova” sociedade (MELO, 2007, p. 114).

O desejável sempre se volta para os papéis definidos logo no descobrimento da gravidez, no exame de ultrassonografia - a primeira experiência cisnormativa de gênero sobre os nossos corpos. “É menino!” - vai usar azul, jogar futebol e performar tudo que seja masculino, másculo e viril. “É menina!” - vai usar rosa, brincar de boneca e performar tudo que seja feminino, delicado, dócil. Aos meninos cabem as masculinidades e às meninas as feminilidades. Uma latente limitação das expressões e liberdades das identidades de gênero e orientação sexual, bem como das possibilidades de viver de acordo com suas próprias convicções sobre seu corpo e como ele é a extensão de um campo de luta.

Nesse sentido, reconhecendo a luta contra as formas de opressão e marginalização das identidades diversas do padrão cisbinário o MST menciona, pela primeira vez num documento oficial do Movimento na III Assembleia Nacional da Juventude Sem Terra em 2014, a palavra “homofobia” e ressalta o enfrentamento desta como pauta importante das lutas que são travadas pelo dentro e fora do MST. Assumindo o compromisso de reafirmar a diversidade sexual e de gênero nomeando a forma de violência sofrida por esses corpos dissidentes, já que *a posteriori* utilizavam-se da palavra “preconceito” como *termo guarda-chuva* para repudiar qualquer forma de opressão.

Nos comprometemos a cultivar no dia a dia a mística revolucionária; a ter humildade para reconhecer nossas deficiências e desvios organizativos. Construir novas relações sociais, culturais e de gênero, avançando na agroecologia e na educação do campo, mantendo coerência com nossos princípios e acesa a chama da indignação contra as injustiças, as formas de exploração e opressão, como o machismo, racismo e homofobia (MST, 2014, p. 4).

Todas essas tensões acerca da diversidade sexual e de gênero no MST foram sendo questionadas em razão, principalmente, das pautas levantadas pelo Movimento que traz, como fundamental, a formação daqueles/as que o compõem enquanto pessoas políticas forjadas na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

É por meio dessas agendas de construção política que o MST passa a organizar uma articulação mais pontual com o Movimento LGBT no Brasil, participando, em 2011, da organização da Parada LGBT de Fortaleza, sendo o Ceará o pioneiro no debate internamente, uma vez que o MST fez parte da comissão de organização da Parada LGBT de Fortaleza.

Posteriormente, em 2013, em Brasília, na semana do dia 17 de maio (Dia Internacional de Luta Contra a LBGTfobia) acontecia uma manifestação sobre a paralisação da Reforma Agrária e o avanço do agronegócio e, pela primeira vez, o MST é chamado para compor um espaço de lutas do movimento LGBT com a participação na IV Marcha Nacional contra a Homofobia.

Já em 2014, no VI Congresso Nacional do MST – Lutar! Construir a Reforma Agrária Popular! – a bandeira do arco-íris aparece junto da bandeira do MST (figura 5) numa mílica realizada durante o evento (MARIANO; PAZ, 2021, p. 28-29) reforçando as pautas de luta e a importância do simbolismo de tremular as duas bandeiras ao mesmo tempo.

Figura 6 – Bandeira LGBT e bandeira do MST aparecem juntas no VI Congresso Nacional do MST.



Fonte: MST (2019). Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>.

Esses momentos dão base para que a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero dentro do MST ganhe outro espaço e caminhe para a “saída do armário” reconhecendo as pessoas que fazem e que estão nas lutas, pela reforma agrária e pelo direito de existir.

Estas atividades marcam a nossa saída do armário enquanto LGBT Sem Terra. Sair da invisibilidade é imprescindível para questionar as bases da dominação e opressão, que se expressam em todas as dimensões de nossas vidas, das relações econômicas (propriedade privada) aos padrões de "masculino" e "feminino". Estes processos são normatizados pelo patriarcado, que estabelece mecanismos de dominação de gênero (dos homens sobre as mulheres), e define a heterossexualidade como única forma de relação sexual e afetiva possível, condenando a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade à clandestinidade (MARIANO; PAZ, 2021, p. 31).

Entre os dias 7 e 9 de agosto de 2015 acontecia, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema/SP, o 1º Seminário sobre as questões de gênero e diversidade, intitulado “O MST e a Diversidade Sexual”, sendo o marco da nacionalização da pauta de diversidade sexual dentro do MST e contou com a presença de 35 militantes de 13 Estados que, durante o período de realização do Seminário questionaram os estudos sobre diversidade sexual, temas voltadas ao patriarcado, capitalismo e suas dinâmicas, bem como sobre o heterossexismo e como foi/era/é desafiante pensar acerca da diversidade sexual enquanto uma luta mais ampla e de todos/as.

Nesse cenário emergente, o movimento assume nas suas políticas organizacionais internas a compreensão de que todas essas opressões também são fruto do capitalismo. No entanto, o autor destaca que a “compreensão de transformação social é por vezes limitante frente aos avanços no combate às desigualdades de gênero, sexualidade e raça, pois prioriza determinadas lutas e deixa outras subsumidas” (MAGRINI, 2013, p. 270). Em outras palavras, a transformação nas relações de propriedade, por meio da reforma agrária e mudanças materiais, não coincide igualmente com a transformação nas relações opressivas no cotidiano da família, dos vizinhos, da comunidade e do assentamento (DUARTE, 2021, p. 68).

Nesse sentido, o lugar de lutas e questionamentos permeia a discussão sobre o viés do capitalismo e de como a manutenção de um sistema que é exploratório “engole” as experiências individuais e coletivas das pessoas que se entendem enquanto pertencidas ao Movimento. E são os marcadores sociais da diferença que vão estabelecer quais pessoas LGBTs terão suas vidas entrecortadas por um grau maior ou menor de exposição dentro e fora do campo e do Movimento - um estigma, “entendido como a situação da pessoa que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 4).

Logo, para Bruno Monteiro Duarte (2021) as vulnerabilidades possuem sujeitos específicos e demarcados.

Nesse ponto, é nítido os marcadores que fazem com que determinados sujeitos tenham uma maior exposição social. O masculino afeminado, o feminino masculinizado, as transexuais e as drag queens são sujeitos que estão suscetíveis a uma vulnerabilidade, devido à possibilidade intrínseca de fazer gênero e da questão da plasticidade que esses corpos assumem. Como coloca Butler (2012, p. 194), essa performatividade é transcrita “na superfície do corpo”, mas, ao mesmo tempo, é relatado pelas(os) interlocutoras(es) que a forma como mudar a performance de acordo com os espaços sociais é constante em suas vidas. Esses jovens descrevem que, no ambiente familiar, assumem uma determinada performance, mas que, a partir da inserção, integração e convivência no coletivo, assumem outras. Trata-se de uma negociação construída na fronteira da performance de gênero, que não se mostra tão

inflexível como pensado inicialmente pela Butler (2012) (DUARTE, 2021, pp. 69-70).

É sobre esse viés que a necessidade de trabalhar os temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no MST que acontece o Seminário O MST e a Diversidade Sexual (figura 6). Foi através desse Seminário que a identidade LGBT Sem Terra se firmou e fortaleceu, para, inclusive, reivindicar suas agendas de lutas e autoafirmações de identidade para o reconhecimento e percebimento dos/as pessoas que estavam/estão circulando no Movimento.

Figura 7 – Cartaz do Seminário O MST e a Diversidade Sexual



Fonte: (Mariano; Paz, 2021, p. 43).

O Seminário teve o papel de provocar o MST a entender que essas pessoas já estavam ali e que agora elas querem, ainda mais, um lugar de pertencimento que respeite sua diversidade e dê visibilidade para as suas reivindicações, conforme destaca Lizandra Guedes, bissexual, educadora popular e militante do MST.

O seminário foi o primeiro passo de auto-organização destes sujeitos no interior do movimento, se afirmando como LGBT Sem Terra. Eles apontaram uma série de

desafios que a organização como um todo deveria enfrentar, como a ampliação da participação política das LGBT e o combate às atitudes discriminatórias nos diversos espaços (MST, 2019).

Desse Seminário, um documento orientador foi redigido e nele constam alguns pontos fundamentais para que o MST tivesse conhecimento sobre a urgência de que os temas que atravessam os debates sobre ser um LGBT no campo e como tais perspectivas são importantes para a manutenção de uma vida justa e igualitária para todos/as que estão inseridos/as no Movimento.

Deste modo, as afirmações foram divididas em 5 pontos centrais, quais sejam:

- 1)** a questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBTs Sem Terra só tem sentido se estiver vinculada ao projeto de reforma agrária popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo;
- 2)** apesar desta luta ter sido forjada no bojo das lutas da esquerda, historicamente ocorreu por parte desta a negação e desqualificação das suas lutas, por muitas vezes, perseguindo os sujeitos LGBTs e ignorando as violências por eles vividas, na sociedade e nos próprios espaços de militância. O momento atual indica cada vez mais a necessidade de debate e unidade da esquerda também nessa temática;
- 3)** a luta pela liberdade sexual revolucionária é coletiva e esta construção deve ser feita, desde já, pelo conjunto de nossa organização, se contrapondo à perspectiva liberal burguesa;
- 4)** [Afirmamos] a luta contra o patriarcado, como estratégica para a superação da sociedade de classes, entendendo que a igualdade substantiva dos sujeitos jamais será possível nos marcos do capital;
- 5)** a formação do ser humano numa perspectiva omnilateral, que prioriza suas várias dimensões como: o trabalho, a político-ideológica, cultural, estética e afetiva é fundante do nosso projeto de reforma agrária popular, que implica na construção de novas relações humanas e sociais (MST, 2015) (grifos nossos).

A base de organização das “Afirmações” propostas no Documento do I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” visam fortalecer a luta pela Reforma Agrária em conjunto com as pautas que permeiam as questões acerca de diversidade sexual pensando em articulações que tragam um diálogo com, para e sobre os indivíduos LGBTs que foram historicamente excluídos e subalternizados em virtude do preestabelecimento de uma visão cisnormativa sobre os seus corpos, em espaços onde são negados e/ou deslegitimados.

Faz-se necessário pensar nessas “Afirmações” enquanto potencialidades de enfrentamento dos desafios que atravessam gerações dentro do MST, questionar a caracterização das pessoas do campo para além do entendimento básico de ser homem e mulher é questionar toda a estrutura já fixada e, muitas vezes, sem espaço para o “novo” – mesmo que

“novo” seja somente a virada do processo de ruptura que estava mais latente do que se poderia imaginar.

Ademais, houve a organização de Linhas Políticas que foram redigidas no Documento e trazem dinâmicas de complementação e apoio para os processos oriundos da amplitude dada às discussões sobre LGBTs e o MST. Nesse sentido, mais 5 pontos foram estruturados e englobam: formação e estudo (1), luta (2), trabalho de base (3), organicidade (4) e articulação política (5).

**1. Formação e estudo** - aprofundar o conhecimento sobre a questão, ampliando o debate sobre as relações humanas para dar unidade ao nosso posicionamento e construir a identidade e unidade LGBT Sem Terra, articulada ao nosso projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais do Movimento e da classe trabalhadora.

**2. Luta** - articular a luta econômica e por direitos dos LGBTs à luta revolucionária de construção do socialismo e de novas relações humanas, dentro do contexto das lutas do MST e em diálogo com as demais organizações e movimentos populares que atuam nesta direção.

**3. Trabalho de base** - articulado ao trabalho dos setores e às demais atividades organizadas pelo Movimento, com o objetivo de debater a temática do gênero, da classe e a diversidade sexual com nossa base social, militância e instâncias, resgatando os objetivos do MST, nossos princípios e valores humanistas e socialistas.

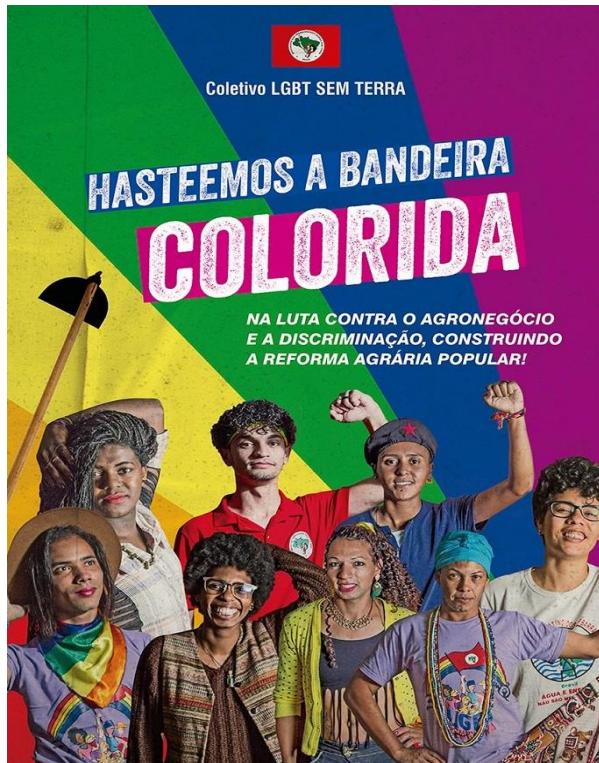
**4. Organicidade** - compreendendo que a organicidade se forja na luta como processo político e na ação coordenada, com o intuito de responder aos objetivos e ações projetadas, faz-se necessária a construção de ações de caráter intersectorial, desde os territórios e instâncias em que a militância está inserida.

**5. Articulação Política** - dialogar com as demais organizações e movimentos LGBTs, bem como com as demais organizações da classe trabalhadora como sujeito coletivo, tendo como perspectiva o projeto da classe, a nossa identidade Sem Terra e o projeto da Reforma Agrária Popular (MST, 2019a) (grifos nossos).

As Linhas Políticas foram e são essenciais para a manutenção da pauta de diversidade assumida pelo MST por reafirmarem a necessidade da quebra de uma perspectiva hegemônica que não estava preocupada em reconhecer nossas existências enquanto válidas.

É importante ainda o fortalecimento diante, não só a nível nacional, das demandas para os demais territórios em níveis regionais e locais, assumindo uma revolução que começou tarde no MST, mas que ganhou destaque e relevância quando se entendeu que não é possível lutar pela coletividade se não assumirmos que “o sangue LGBT também é sangue Sem Terra” e que é sempre necessário hastear a bandeira colorida (figura 7) e fortalecer o enfrentamento a todas as formas de opressão, discriminação e de violência.

Figura 8 – Cartaz produzido para a campanha LGBT Sem Terra.



Fonte: MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/lgbt-sem-terra/>.

“Nós, LGBT, existimos e queremos seguir fazendo parte desta luta, nossa forma de amar não contradiz a forma de lutar”, conforme destacou Erivan Hilário, a Ruth Venceremos, militante gay, na plenária da Reunião da Coordenação Nacional no Assentamento Normandia no Centro de Formação Paulo Freire em Caruaru/PE no ano de 2016. E completa afirmando que:

Desde o início do MST nós fizemos presentes, não com a nossa pauta específica, mas como sujeitos que estavam lá ajudando a construir o movimento. Nos últimos anos a gente foi acumulando enquanto MST, enquanto sujeitos LGBT dentro da organização no sentido de buscar construir espaço de auto-organização; que a gente pudesse aprofundar o conhecimento sobre a diversidade sexual e ao mesmo tempo começar a ventilar possibilidades organizativas. Nossa bandeira é para romper o latifúndio da terra, mas também romper e acabar com o patriarcado e o machismo. Não podemos enquadra as formas de amar. Pautas como essa têm que cada vez mais ser enraizadas no interior dos movimentos populares, como o MST (MST, 2020a).

Cumpre salientar que, também nessa reunião foram incluídas nas Normas Gerais do MST a menção expressa à orientação e diversidade sexual - proposta aprovada na plenária e

evidenciando que a luta pelo combate às discriminações deve ser uma pauta central dentro da organização do MST.

**Tópico I - Natureza do MST:** 3. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é aberto a todos os trabalhadores, sem distinção de raça, credo religioso, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, desde que respeitem os princípios e normas do Movimento. Participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (MST, 2016, p. 10);

**Tópico III - Programa de Reforma Agrária:** 6. Educação e Cultura; e) combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual etc. (MST, 2016, p. 17);

**Tópico III - Programa de Reforma Agrária:** 7. Direitos Sociais; e): combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes (MST, 2016, p. 18).

A reformulação das Normas Gerais do MST para reconhecer a diversidade dos/as pessoas que compõem o Movimento demarca uma virada importante das e nas lutas do MST. É nessa perspectiva que os processos de se entender enquanto um corpo dissidente que faz parte e constrói o Movimento vai ganhando novos contornos, mas não está isento de sofrer, ainda, retaliações e violências em decorrência das suas orientações sexuais e identidades de gênero - uma luta que ainda está longe de terminar, mas que é encarada por muitos e muitas que querem, podem e devem se sentir livres para performarem suas masculinidades, feminilidades ou não performarem.

Pluralidade de pessoas e de identidades é a base para um olhar focado na diversidade e na individualidade de cada um/uma - seja no Movimento ou fora dele. Entendendo que também existem LGBTs que são do MST, mas que não estão diretamente relacionados com o Coletivo Sem Terra e isso não deslegitima suas necessidades ou os afasta das lutas travadas por aqueles/as que estão nas linhas de frente.

(...) essa luta não está apenas no campo da afirmação das identidades, pelo contrário, o debate da sexualidade está diretamente ligado à emancipação humana, às construções sociais que projetam a forma de viver e amar, de entender o amor ligado à condição do trabalho e de acesso ao mesmo, e a participação política na organização (MST, 2017, p. 20).

A pauta da diversidade sexual e de gênero se firma a partir de 2015 no Movimento. E vai se estabelecendo nesse período para em 2018, a criação do Coletivo LGBT Sem Terra ser inserido na organicidade do MST estabelecendo um espaço de acolhimento e fortalecimento

das pessoas que já faziam parte da trajetória do MST e que não tinham um lugar efetivo na luta pelas suas próprias existências. Os corpos LGBTs Sem Terra assumem um lugar de força e de ruptura para além das invisibilidades e marginalizações.

A participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do movimento podem ser encontradas(os) militantes e dirigentes LGBTs que tiveram e têm suas trajetórias entrecortadas por uma série de preconceitos e discriminações (MARIANO; PAZ, 2018, p. 294).

É sobre isso que a reivindicação e retomada do protagonismo e da subversão deles/as para eles/as e sobre eles/as e como isso tem sido essencial para a construção de uma identidade também política; a identidade LGBT Sem Terra é definidora de um/uma indivíduo livre e que se vê no direito de hastear a bandeira colorida junto com a bandeira vermelha para garantir que seu corpo seja um campo político e que se faz a partir de uma consciência individual de percepção sobre seu corpo dissidente, mas que também é coletiva, já que transpassa seu corpo-território no e do rural e se conecta com os/as demais para expressarem seus lugares no mundo.

Um olhar rápido pode não revelar a importância de nos encontrarmos nestas definições. Embora as sexualidades sejam processos complexos, que não necessariamente cabem em categorias, elas contribuíram para nos afirmarmos como LGBT Sem Terra. [...]. A afirmação: "sou lésbica, gay, bisexual, travesti e transexual" e outras identidades dissidentes, construídas desde os espaços organizativos da classe questiona, subverte e deslegitima esta ordem, mas também denuncia a violência, a exclusão e a opressão a que somos submetidas. Nesse sentido, usamos LGBT Sem Terra como uma identidade política, composta de várias identidades, que juntas, constroem organização, ações de lutas para o enfrentamento não apenas do capital, mas também do padrão heteronormativo que reproduz. Assumir esta identidade LGBT Sem Terra, demandava que dêssemos um passo importante, no sentido de socializar estes debates na própria vida política e organizativa do Movimento, da base à militância. A primeira versão do Caderno de Formação "Diversidade Sexual no MST: elementos para o debate" foi tema de estudo durante uma reunião da Direção Nacional do MST, realizada em novembro de 2016. Nesta oportunidade, esta instância de decisões do Movimento se posicionou, reconhecendo a diversidade dos sujeitos que constroem a luta pela Reforma Agrária Popular; afirmando o compromisso da luta contra a LGBTfobia; sinalizando condições para a inserção orgânica dos sujeitos LGBTs nas instâncias e espaços organizativos; além de apontar para a constituição do Coletivo LGBT Sem Terra (MARIANO; PAZ, 2021, p. 84).

Reafirma-se a dinâmica de pensar sobre todos os corpos que estão na luta dentro do MST para estabelecer um diálogo pleno e linear sobre as urgências e emergências de estar no

campo no país que mais violenta identidades dissidentes no mundo. É um compromisso de proporções gigantescas e que foi assumido pelo Movimento de maneira cuidadosa e com os devidos espaços de articulação e escuta das pessoas que experimentaram na pele o que é ser LGBT Sem Terra no Brasil, muitas vezes dilacerados pelas estatísticas que não vão nos impedir de sorrir e lutar; mas que nos afugenta cotidianamente.

Nesse sentido, o Coletivo LGBT Sem Terra se consubstancia a partir dos seguintes objetivos:

1. ser espaço de auto-organização das/os LGBTs que integram a luta do MST;
2. desenvolver a formação política e ideológica das/os LGBTs;
3. fomentar a elaboração teórica sobre a diversidade sexual e de gênero, sendo construídas por todas/os as/os LGBTs vinculadas/os ao MST.

Destacando que o Coletivo é um espaço de trocas e aprendizados compartilhados e de fortalecimento de todos/as e cada um/uma.

Diante disso, o Coletivo traz a possibilidade de implantar uma discussão que não era feita ou era apagada das construções levantadas pelo MST. Assim, é essencial reconhecer que a criação do Coletivo foi um marco decisivo na organização dos temas de gênero e diversidade sexual no Movimento e que a luta pela terra é também palco de lutas pelo direito de existir.

Mas, “quem são os/as sujeitos/as que constroem a luta pela terra?”. É partindo desse pressuposto que os corpos LGBTs que fazem e são o Coletivo se autoafirmam. É na diversidade que as lutas se estabelecem e continuam, diversidades essas que compreendem identidades étnico-raciais, de gênero e de sexualidades múltiplas e plurais.

Os corpos LGBTs são marcados por processos de subordinação e violência que não são apenas aqueles clássicos (como a exploração no campo, que estamos mais acostumados a denunciar), mas que devem ser decifrados no mesmo contexto estrutural da exploração capitalista. Dessa forma, compreendemos que muitas atitudes que se manifestam nas relações interpessoais - como a violência, a opressão, o preconceito - se alimentam destas profundas estruturas da dominação. Se estas opressões são dimensões fundamentais do antagonismo de classes que queremos enfrentar, elas estão presentes também nos processos de luta pela terra; marcam os sujeitos que lutam por ela; constituem os mecanismos que buscam criar falsos antagonismos entre nós; atravessam as formas por meio das quais nos organizamos, estabelecemos relações sociais, afetivas, econômicas, familiares, políticas, culturais (MARIANO; PAZ, 2021, p. 121).

As estruturas de dominação e relações de poder atravessam as lutas da população camponesa e abrem precedentes ainda maiores para mecanismos de violência historicamente estabelecidos. Deste modo, a luta contra a LGBTfobia é também uma luta de classe, uma não

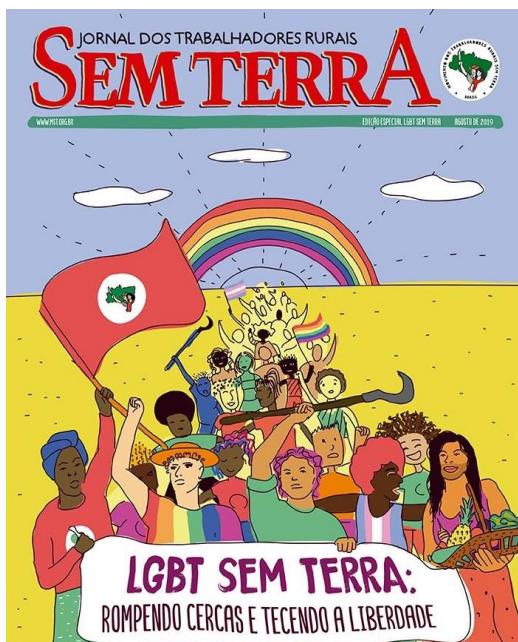
está dissociada da outra. As lutas se estruturam e caminham juntas com o propósito de garantir a soberania e liberdade dos territórios, dos corpos dissidentes de vivências e experiências diversas de gênero e sexualidade.

A identidade Sem Terra como sujeito coletivo é também composta pela expressão da identidade de cada uma e cada um, dentro das suas particularidades, que são resultados da construção histórica consciente da nossa humanidade, da liberdade sentida e exercida sem medo, ou seja, a liberdade de vivermos nossos sentimentos e nossas convicções no espaço da organização política e nas ruas (MST, 2017, p. 20).

A luta de se estabelecer uma identidade política dentro do MST que seja atravessada pelos recortes de gênero e sexualidade é histórica, mesmo que só assuma um papel mais central recentemente. Essa construção de sujeitos/as políticos/as se dá e se constitui no fazer da história, na ação política direta ou indiretamente.

Assim, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é parte importantíssima da luta pela reforma agrária popular e já tem mais de 40 anos de história, lançou uma edição especial para discutir a temática da diversidade sexual e de gênero em 2019 (figura 8). O reconhecimento e a visibilidade num espaço como este só reafirmam que a existência de pessoas LGBTs e a garantia de suas (des)construções individuais e junto da luta camponesa é um ponto cada vez mais relevante dentro do MST.

Figura 9 – LGBT Sem Terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade (Jornal Sem Terra Edição Especial).



Fonte: MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/especial-jornal-lgbt-sem-terra-2019/>.

Todos esses corpos já estavam lá e só por existirem já eram e faziam história. E isso não se deu sem os mais diversos episódios de violências simbólicas disfarçadas de “brincadeira”, ou seja, episódios de LGBTfobia recreativa. Sobre isso, os elementos constitutivos que orientam a identidade política das pessoas LGBTs que integram o Coletivo reiteram a necessidade de respeito à diversidade e a pluralidade de corpos e performances no campo. Sendo estas:

- a) a consciência de classe, que se alimenta do nosso pertencimento e vínculo histórico com a classe trabalhadora;
- b) autoconhecimento e reconhecimento como LGBT dentro de uma organização política como o MST;
- c) organização e luta coletiva contra o que nos opõe e nos explora;
- d) o campo como lugar de sociabilidade e existência LGBT.

Esses elementos são chaves interpretativas para *orientar e fazer revolução* para os sujeitos que compõem as agendas de luta do MST através do Coletivo LGBTI+ Sem Terra visando romper com a objetificação dos corpos e das suas respectivas subjetividades. De modo que, as experiências de cada um/uma seja libertária, igualitária e de multiplicação dos valores de reciprocidade das vivências plurais para longe dos projetos patriarcais que especificam nossas vidas e dão impulso para a continuidade dos projetos de cunho masculino cisnORMATIVO, branco e heterossexual que subjugam os corpos dissidentes e retroalimentam um projeto capitalista de dominação social por meio da (re)produção e procriação em relações que se fundam nos interesses materiais e contratuais que de caráter mercadológico – um controle a partir do sexo enquanto perpetuação da espécie única e exclusivamente.

A luta por uma identidade política e de autoafirmação enquanto LGBT Sem Terra caminha em meio ao desmonte, a marginalização, ao descaso, a violência; mas também percorre sua trajetória diante da liberdade de se expressar e de ser e se reconhecer como identidade dissidente. Toda forma de amor é e deve ser legítima onde se possa garantir que sejamos socialmente iguais e tenhamos nossos direitos básicos e fundamentais reconhecidos, que sejamos humanamente diferentes e completamente livres para amar e que este seja um amor sem amarras e rotulações em territórios livres de discriminações e opressões.

Em 2023, o lançamento da Campanha Permanente Contra a LGBTI+fobia no Campo (figura 9) traz uma perspectiva ainda mais importante acerca do fortalecimento da pauta da diversidade sexual e de gênero dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e surge com o objetivo de reafirmar o enfrentamento às mais diversas formas de violência que estão

fortemente marcadas no cotidiano das pessoas que se percebem LGBTs. Já que, o fato de performaram identidades diversas do padrão cisnORMATIVO de gênero preestabelecido os/as configura como são alvos suscetíveis de correção.

Para o Coletivo LGBT Sem Terra do MST, a luta contra a LGTBI+fobia, no combate a todas as formas de violência, é um componente importante do projeto político e indispensável para construção da Reforma Agrária Popular no Brasil. (...) A campanha é permanente, ocorrendo por tempo indeterminado e também está sendo realizada pela Via Campesina Brasil e os movimentos camponeses que integram a organização, como o MST. A intenção é realizar um trabalho permanente junto à base social, militância Sem Terra e nas instâncias organizativas do MST, para enfrentar às diversas violências e estruturar ações coletivas na busca de relações e territórios da Reforma Agrária Popular emancipados e livres de qualquer tipo de violência contra qualquer pessoa (MST, 2023).

Ademais, uma das linhas da Campanha é o desenvolvimento de ações coletivas que estruturem, a nível também nacional, das relações e territórios da Reforma Agrária Popular, com o objetivo de fazer desses territórios lugares livres de toda e qualquer forma de subalternização dos/as pessoas que com sangue e suor seguem na luta pelo direito, muitas vezes, de (re)existir no campo.

Figura 10 – Cartaz da Campanha Permanente Contra a LGTBI+fobia no campo



Fonte: MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/campanha-contra-a-lgtifobia-no-campo/>.

Um dos principais pontos da Campanha Permanente é de fato trazer a pauta como algo que deve ser perpetuado, ainda que os debates assumam um lugar de incipiente fazê-los estarem mais evidentes e de maneira constante em todas as ações de luta possibilite essa continuidade.

Ainda que os dispositivos de controle atuem diretamente sobre os corpos dissidentes o que se busca é fazer com o *armário* não seja e nem assuma um espaço de negação de identidades diversas e potencialmente plurais.

Assim, Wesley Lima (2023) dirigente do Coletivo LGBTI+ Sem Terra em entrevista para repórter Iyalê Thayrine do Brasil de Fato explica que os objetivos da Campanha são possibilitar, entre outras coisas, espaços de diálogo e representação da diversidade sexual e de gênero no MST.

A campanha contra LGBTIfobia puxada pelo coletivo LGBT do MST nasce com esses objetivos: construir espaços de debate, de formação e de conscientização da base social do MST sobre o tema da diversidade sexual de gênero e a necessidade da luta contra a violência e conseguir levantar a bandeira de territórios livres de violência nos nossos assentamentos e nossos acampamentos, isso para a gente é extremamente importante (BRASIL DE FATO, 2023).

Esse processo de fortalecer a Campanha assume um lugar de visibilidade e reconhecimento de identidades e performances dissidentes de gênero que sejam celebradas nas suas singularidades. Tensões sobre “dar mais pinta”, se mostrar dissidente e/ou construções relações de maior confiança dentro e fora de casa (DUARTE, 2021), uma vez que identidades essas identidades dissidentes se reconstruem nesse processo de espalhamento da Campanha sobre os temas de sexualidade e gênero.

Os sujeitos assumem uma performance mais afeminada ou transgressora de gênero dependendo do ambiente e das pessoas com as quais se encontram. Na família ou no coletivo são acionadas performances diferenciadas, muitas vezes buscando evitar uma repressão ou riscos. “Em casa tenho que ser mais comportado” ou “não posso dar tanta pinta perto dos meus pais” se contrapõem a construções no interior do Coletivo LGBT Sem Terra. Nesse ponto, é perceptível como os laços entre os membros proporcionam determinadas interações, brincadeiras, jogos e combinações de gênero (DUARTE, 2021, pp. 69-70).

Tal perspectiva garante que o fortalecimento da luta, resistência e reconhecimento siga como pauta prioritária, uma vez que é preciso continuar e continuaremos “*na revolução proletária, feminista, transviada e sapatão, pois sem LGBT não há revolução*”.

#### **4. TERCEIRA OCUPAÇÃO. “Meu Deus, parece que agora só tem viado no MST”: entre vivências, experiências e trajetórias do e no Coletivo LGBTI+ Sem Terra – a autoafirmação dos corpos dissidentes por meio de uma “pedagogia viada”<sup>9</sup>**

Entre possibilidades e narrativas plurais os corpos dissidentes se fizeram e fazem presentes em todos os âmbitos sociais, do campo à cidade e da cidade ao campo, nos movimentos sociais e fora deles, na vida pública e na vida privada. Cada um desses espaços pode ser um lugar de performance diferente, a depender do nível de aceitação e segurança para esses corpos em cada contexto.

Talvez sejam essas as linhas tênues de se compreender como as experiências de se entender enquanto uma criança-viada, um menino-bicha e um homem-viado – todos são um só, mas não são únicos – são importantes para (re)existir e pensar sobre diversidade e identidades autoafirmadas.

A(s) masculinidade(s) nos é (são) ensinada(s) para replicar um comportamento de dominação e de poder, ser homem é sustentar esse lugar. Ser homem *de verdade* é assumir essa posição com excepcionalidade e maestria e se afastar disso é perder esse lugar “natural” atribuído a todos os homens ainda na descoberta de caráter biologizante ou até mesmo nos chás de revelação<sup>10</sup> (mas o que eles revelam de fato?).

A construção e o percebimento de identidades dissidentes reverberam para além de leituras simplistas sobre como os corpos são ou devem ser, a partir de um lugar de liberdade, individual e coletiva, que possibilita outros recortes de se entender fora desse padrão atribuído e preestabelecido de ser e se tornar homem.

Nessa perspectiva, as narrativas de Silvano Leite, Mateus Quevedo e Regivaldo Silva, 3 homens gays que atuam na militância nos movimentos sociais de luta pela terra, nos ajudarão a compreender sobre os atravessamentos das suas trajetórias com os temas de gênero, diversidade sexual e masculinidades no Coletivo LGBTI+ Sem Terra e a partir dele.

Nos debruçaremos sobre a construção de identidades a partir do lugar das masculinidades e os atravessamentos que os aspectos desta trazem para a vivência de homens gays de origens camponesas. Uma masculinidade camponesa que foge do que a sociedade espera ou vislumbra enquanto padrão ideal na construção de homens *de verdade*, de modo que

<sup>9</sup> Na entrevista com Regivaldo Silva ele traz esse termo para falar da importância dos processos formativos quando há a incorporação de pessoas LGBTQIAPN+ nessa construção;

<sup>10</sup> Entende-se por Chá de Relevação um ritual festivo que consiste na divulgação pública do sexo biológico dos bebês e é dividido nas cores azul e rosa, sendo azul meninos e rosa para meninas em claro reforço aos estereótipos de gênero por evidenciar uma divisão cisnormativa e binária.

ser homem ou tornar-se um vai além das fronteiras limitantes e dicotômicas de gênero onde papéis e performances acerca das construções identitárias sobre e a partir das masculinidades são assumidas por homens e mulheres e permeiam a amplitude dos debates sobre diversidade sexual e de gênero.

Silvano Leite<sup>11</sup> é Técnico em Agropecuária e natural da cidade de Ouricuri, no sertão pernambucano, tem 37 anos de idade e se identifica enquanto um homem cisgênero gay, embora que “a minha prática seria de pansexual<sup>12</sup> [...]. Apesar de que eu posso carregar uma preferência de me relacionar com homens... talvez seja por isso que eu carrego a identidade de dizer “eu sou gay”” e atuou enquanto Dirigente Estadual do Coletivo LGBTI+ Sem Terra no Estado do Rio de Janeiro.

Mateus Quevedo<sup>13</sup> nasceu na cidade de Parambi no Paraná e integra o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), tem 27 anos de idade e se identifica enquanto um homem gay cisgênero é jornalista de formação e participa de atividades de formação e diretamente relacionadas aos temas de gênero e diversidade sexual junto ao Coletivo LGBTI+ do MST.

Regivaldo Silva<sup>14</sup> se identifica enquanto um homem gay cisgênero, tem 40 anos de idade, é Pedagogo de formação e natural da cidade de Palmares em Pernambuco. Atualmente atua no cargo de Dirigente Estadual do Coletivo LGBTI+ Sem Terra em Pernambuco e faz parte do Coletivo Estadual de Educação do MST, espaço onde inicia sua trajetória dentro do Movimento.

São corpos dissidentes de origem camponesa que constroem suas narrativas de percebimento identitário e de mundo desde muito cedo, como a imensa maioria de pessoas dissidentes no campo e na cidade. A inserção nos movimentos sociais e a luta por reconhecimento é essencial nesse processo, uma vez que a história do movimento LGBT já nos ajuda a entender sobre pluralidade de sujeitos e identidades.

Aliás, pode-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que a mera existência pública de corpos e de desejos contrários às normas-padrão de gênero e de sexualidade sempre foi um ato político da maior grandeza. Nesse sentido, seria injusto politicamente e equivocado, do ponto de vista histórico, desconsiderar as diversas iniciativas pregressas de lutas e de resistência da comunidade LGBT. No entanto, nem toda forma de ação política coletiva é um movimento social em sentido técnico. Tomando

<sup>11</sup> A entrevista concedida encontra-se, na íntegra, transcrita no ANEXO II desta dissertação.

<sup>12</sup> Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo pan vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica (MARSHALL CAVENDISH CORPORATION, 2010).

<sup>13</sup> A entrevista concedida encontra-se, na íntegra, transcrita no ANEXO III desta dissertação.

<sup>14</sup> A entrevista concedida encontra-se, na íntegra, transcrita no ANEXO IV desta dissertação.

como referência o vasto campo da sociologia política, pode-se afirmar que movimento social consiste em um tipo específico de ação política coletiva, datada historicamente e com características próprias de repertório, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades, variando os contornos mais precisos do conceito a depender das teorias e perspectivas adotadas pela análise. De qualquer modo, independentemente da definição escolhida e sem invisibilizar as iniciativas anteriores, o importante é destacar que, nessa acepção sociológica e com acento mais institucional, o ano de 2018 marca quatro décadas de luta coletiva e organizada do movimento social LGBT brasileiro. Desde então, o movimento homossexual tornou-se LGBT, sofrendo diversas transformações e contribuindo também, para promover importantes mudanças na sociedade e nos Estados brasileiros. Proliferaram-se os coletivos e grupos organizados, diversificaram-se as identidades, aumentaram as tensões internas, multiplicaram-se as formas de luta, conquistaram-se direitos, construíram-se políticas públicas, travaram-se diálogos com outros atores políticos, realizaram-se os maiores atos de rua desde as Diretas Já com as Paradas do Orgulho LGBT e ocuparam-se as redes sociais e as tecnologias com novos ativismos (GREEN; QUINALHA; CAETANO; FERNANDES, 2018, p. 11).

Assim, o surgimento de um movimento social de disruptão que preza pelas liberdades e expressões de gênero vai se consolidando e se refazendo ao longo da história para compreender as emergências do seu tempo. Desde a Revolta de Stonewall<sup>15</sup>, nos Estados Unidos da América em 1969, até os dias atuais as performances e construção de identidade percorreram e percorrem uma infinidade de multiplicidades de ser e se refazer.

As identidades dissidentes assumem quebras dos padrões de gênero e fogem do binarismo para se estabelecerem. Pluralidades de masculinidades, feminilidades, bem como não-binariedades<sup>16</sup> formam um *leque* de pessoas que se reinventam para viveram aquilo que entendem ser suas respectivas verdades. São processos complexos e cheios de implicações que nos levam a aprofundar os debates dos temas que são entrecortados por tais perspectivas.

“A gente começa a perceber a complexidade da existência do ser perpassando por essas masculinidades e perpassando por essa questão da não-binariedade. Então a gente começa a perceber que existem outras performances de masculinidade e é a partir do nosso povo, a partir dos nossos corpos que a gente precisa discutir (informação verbal dada por Regivaldo Silva)

Os espaços e contextos em que estas pessoas estão inseridas também influenciam nesses processos, do campo à cidade os recortes mudam, se transformam e se cruzam para se adaptarem às diversidades, sejam elas sexuais ou de gênero e de acordo com cada geração, “é um grande desafio por que a nova geração chega com muitas informações... e a juventude

<sup>15</sup> Em 1969, batidas policiais em bares gays nos EUA seguiam um padrão. Clientes e curiosos reagiram e resultou em uma rebelião conhecida atualmente como a Revolta de Stonewall e se tornou um marco na luta pelos direitos LGBTQIAPN+ no mundo (BLACKMORE, 2021).

<sup>16</sup> O conceito de não binariedade está relacionado a pessoas que não se identificam com o gênero feminino, tampouco com o masculino, ou seja, não se satisfazem em ser chamadas de ela ou ele (MENEZES, 2023).

também tem esse caráter de tensionar o que já está colocado e transformá-lo” (informação verbal dada por Mateus Quevedo).

“Então eu acho que essa questão geracional pega muito, mas uma outra coisa que eu acho que é fundamental a gente pensar é que, por exemplo: no MST eles conseguiram levantar essa pauta porque eles tinham uma força social dentro do Movimento. O que que isso significa? Existiam muitos sujeitos e eles estavam organizados e se articulando para colocar essa pauta e eu acho que isso faz todo sentido no sentido de que você consegue garantir que essa pauta apareça. Então eu acho que o combate ao patriarcado tem nos ajudado a ter uma unidade maior enquanto movimento social, enquanto força social das LGBTs” (informação verbal dada por Mateus Quevedo).

A preocupação com o alcance geracional das discussões de gênero e sexualidade assumem um lugar bifurcado, com as juventudes assumindo esse lugar de tensionamento e de transitoriedade para a vida adulta. Do mesmo modo, as gerações que estão no Movimento a mais tempo reivindicam e trazem esses debates a partir das suas vivências e experiências articulando com o próprio Movimento e com as novas gerações de militantes, destacando que a construção geracional está diretamente relacionada com o tempo no movimento, sua entrada, e não necessariamente a idade, sendo uma característica de construção dos movimentos sociais dos quais o MST é um exemplo (CASTRO *et al.*, 2009).

Nos movimentos sociais que se constituíram a partir dos anos 1980, há uma percepção de que foram formados por jovens. Um exemplo é o MST. Na percepção de dirigentes nacionais do movimento entrevistados pela pesquisa, o MST foi composto por três gerações de militantes: a geração fundadora; a que se forma a partir da constituição dos primeiros assentamentos; e uma mais nova que surge recentemente, composta por filhos de militantes e/ou assentados, e jovens oriundos do meio urbano. O marco definidor geracional, nesse caso, não é a idade, mas, sim, a entrada no movimento social (CASTRO *et al.*, 2009, p. 163).

Esse cruzamento geracional estabelece relações de poder e hierárquicas, demarcando, inclusive, processos de exclusão. Contudo, a questão da identificação com uma pauta consolidada e de importantes processos de autoafirmação e luta alicerça o fortalecimento coletivo das discussões acerca da diversidade sexual e de gênero. Essas similaridades apontam para processos de consolidação de identidades, reconhecimento e renovação de questões que não eram tratadas ou que não possuíam um respaldo de garantia de disputas para o contexto em que estava/está sendo reivindicado ao longo da história.

No entanto, no que tange aos movimentos sociais, a questão geracional está atrelada à problemática da renovação do movimento. Porém, os que se reconhecem como juventude hoje – as gerações mais novas dos movimentos – apontam para a consolidação de grupos concretos, que elaboraram uma identidade, com pautas e questões específicas, tanto em oposição aos mais velhos, nas disputas por espaço,

como também em diálogo com as questões que afetam os jovens no meio rural e na sociedade brasileira. Nesse sentido, o enfoque geracional proposto contribui para a análise a partir da perspectiva de identificação e autoidentificação de grupos geracionais, bem como da identificação de determinada população que se percebe como compartilhando realidades similares num dado contexto histórico (CASTRO et al., 2009, p. 163).

Nesse sentido, destaca Elisa Guaraná de Castro (2019) quando analisa tais questões, a partir dos vieses dos processos de exclusão, hierarquia e transitoriedade social da identidade das juventudes e seus reflexos na construção desses sujeitos.

Contudo, tomando a conceituação de Stolke (2006) os processos de exclusão daqueles identificados como jovens são complexos e envolvem a intercessão de questões de classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade e, como veremos, o lugar onde se vive. Ser jovem implica vivenciar relações de poder e hierarquia social. Uma leitura comum atravessa o debate sobre juventude e reforça relações de poder e hierarquia social: juventude como um período de transição para a vida adulta. A valorização e associação de fatores físico-biológicos a comportamentos psicológicos e sociais como chaves explicativas privilegiadas para se compreender categoria estão na base de algumas formulações sobre juventude e se refletem em duas questões centrais: 1) a caracterização de padrões comportamentais que os jovens estão pré-dispostos a reproduzir; 2) a valorização da transitoriedade dessa identidade social (CASTRO, 2019, p. 185)

E ainda que as juventudes, permeadas pelas questões de gênero e sexualidade, possam assumir esse lugar de tensionamento e dar “a cara a tapa”, o lugar onde se vive (CASTRO, 2019) e a forma como essa relação se estabelece é central para garantir um diálogo linear sobre outras e novas identidades como forma de evitar reverberações de violências inseridas nesse contexto.

“Quem puxa hoje a pauta são os mais antigos<sup>17</sup>, um ou outro que foge, mas na sua totalidade são eles que puxam o debate, são eles que alertam que não dá mais para ter certas piadas, certas “brincadeiras”, certas falas porque provocam uma agressividade a partir dessa masculinidade” (informação verbal dada por Regivaldo Silva)

Assim, entender que essa construção também é um ponto importante dentro da perspectiva dos movimentos sociais. Nos movimentos sociais as possibilidades de identidades diversas estão na sua gênese e cada um dos movimentos, em cada uma das suas correntes, sejam feministas, negros, LGBTs dentre outros, se amparavam na identidade dos seus membros para fixar pautas e estabelecer lutas. Deste modo,

---

<sup>17</sup> A fala do Regivaldo Silva situa-se no debate e entendimento sobre o enfrentamento das e a partir das violências sofridas no passado e da quebra desse ciclo para as próximas gerações, entendendo a força das novas gerações, mas reforçando a força dos que vieram primeiro - sendo estes diálogos complementares e que se retroilimentam.

o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade, uma identidade para cada movimento (HALL, 2006, p. 45)

Nesse sentido, a multiplicidade de sujeitos que estão inseridos nessa construção de uma identidade pós-moderna se estabelece quando esses corpos são lidos enquanto identidades tão abertas que se fazem inacabadas, disruptivas e repletas de fragmentações características desse (des)encadeamento de possibilidades identitárias.

Assumindo, também, identidades políticas que se aglomeram em torno de um interesse comum de um grupo social, a leitura do identitarismo é mencionada por Mateus Quevedo quando traz para a discussão o debate em torno das pautas LGBTQIAPN+ serem levantadas por indivíduos “pós-modernos”, a frente do seu tempo e que “causam” para serem vistos e/ou ouvidos.

Tem uma questão também que eu acho que é importante a gente colocar, que muita gente coloca também, que tem a ver com o identitarismo no sentido de que é necessário a gente organizar esses processos trabalhando a questão do indivíduo, mas entendendo também que a gente está circunscrito em um processo mais amplo coletivo de formação social. Acho que esse tema é um tema que avançou muito que inclusive eles tinham muito dessas identidades culturais da pós-modernidade e tentam colocar a gente, quando a gente pauta essa questão, como pós-modernos (informação verbal dada por Mateus Quevedo).

Como afirma Stuart Hall (2006) quando destaca que existe um processo formativo de mudanças sobre a construção dessas identidades, entendidas enquanto identificação, uma vez que

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". As partes "femininas" do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto de plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos *eus* divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiada de plenitude (HALL, 2006, pp. 38-39).

Sobre essa questão, destacam Silvano e Mateus, respectivamente, quando explicam o contexto de se entenderem enquanto homens *gays* e o impacto disso nas suas vidas e nas relações com as pessoas diretamente relacionadas aos seus convívios.

“[...] quando eu me assumo em 2017 como uma pessoa *gay* a primeira pessoa que eu me assumi foi ela (a ex-esposa), depois com meus pais e isso depois viralizou. Se espalhou, então a gente percebe que, por mais que... não foi assim aquela questão que a gente também pensasse que fosse... num campo da homofobia, do preconceito, mas a gente sente o quanto tem um preconceito das pessoas e o quanto isso causa um desconforto. Só que aprender a conviver com esse desconforto tem um outro elemento fundamental no processo e influencia muito... e pode ser preconceito das pessoas, dos amigos e tal, mas como você ser um LGBT... digamos que não afeminado, que seja cis... então há uma aceitação... o preconceito ele é percebido, mas é um preconceito invisível. Porque não é um preconceito direto que você encontra quando a pessoa é um *gay* afeminado, é um homem trans, uma mulher trans ou lésbica... tem essas questões, então a gente sente uma aceitação por conta disso” (informação verbal dada por Silvano Leite)

“Eu sempre fui... nunca tive medo de ser o que eu sou... então sempre fui militante fora de casa, dentro de casa a conversa já era outra. Então assim, faz muito pouco tempo, inclusive, que os meus pais vieram a ter conhecimento. Na verdade, eles sempre souberam, mas a gente sempre tem essa necessidade de assumir, como se fosse uma responsabilidade minha tem que fazer isso” (informação verbal dada por Mateus Quevedo)

Essas lutas são travadas por todos os corpos dissidentes que, minimamente, assumem esse lugar de questionar seu lugar e autoafirmar suas identidades e diferenças nesses processos de enfrentamentos, sejam eles próprios e pessoais, ou da família, da igreja, da escola, dos amigos e, de modo geral, da sociedade, para reconhecimento.

Pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade - tal como a da feminilidade loira e distante ou a da masculinidade ativa, atrativa e sofisticada dos anúncios do Walkman da Sony (DU GAY & HAEE *et al.*, 1997). Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais (WOODWARD, ano, p. 18).

Esses processos de identidade são importantes para estabelecer essa relação de construção entre o passado e as relações de se reestabelecem no agora, relações sociais, culturais e econômicas entrecortadas por questões relativas à processos de subordinação e de dominação onde as identidades são contestadas, uma vez que “os sistemas simbólicos fornecem novas

formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados” (WOODWARD, 2000, p. 19).

O desencadeamento de estigmas (GOFFMAN, 1988) e processos de exclusão marcam a trajetória dos corpos dissidentes, homens *gays* e/ou bissexuais, assim como mulheres lésbicas e/ou bissexuais são cobrados/as por performances que sejam entendidas enquanto adequadas aos seus corpos, desconsiderando toda e qualquer subjetividade construída.

Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. A subjetividade inclui as dimensões inconscientes do eu, o que implica a existência de contradições, como vimos no exemplo das tentativas do soldado sérvio para reconciliar sua experiência cotidiana com as mudanças políticas. A subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Podemos ser - ou gostaríamos de ser - pessoas de cabeça fria, agentes racionais, mas estamos sujeitos a forças que estão além de nosso controle. O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares (WOODWARD, 2000, p. 55)

Esses processos de subjetividades quando acontecem concomitantemente com processos de homossociabilidades<sup>18</sup> nos traz elementos importantes para discutir como a figura dos homens *gays* camponeses apresenta implicações positivas e negativas, no que se refere a constituir família, principalmente, como resposta ao que a sociedade patriarcal e normativa espera das relações entre as pessoas.

Uma referência a essa questão é que a gente sente muita cobrança, eu penso que de fato a sociedade ainda hoje tem isso: do que é uma família, do que é ser família e se você pessoalmente é camponês e está fora desse padrão entendido... aí também uma coisa muito importante de ser falado aqui dessa normatividade da sociedade é que a gente tem que lembrar que a raiz de tudo, inclusive se você for fazer análise profunda do patriarcado, racismo, da homofobia... é a religião. É a religião que molda a sociedade e aí tudo está relacionado todas as outras coisas... estão correlacionadas com a religião. E essa questão de você ser um camponês, principalmente, mas não só o camponês, já que nós estamos relacionando aqui o camponês. É como se fosse uma coisa da cidade, entendeu? Uma coisa do diabo, digamos assim. Não era nem para existir e quando existe lá no campo é pior ainda. Como é que pode um viado na roça? O que diabos que tu está fazendo aqui? E pegando essa relação aí... que traz que a família tradicional camponesa que é aquela família que está cheia de “menino buchudo”<sup>19</sup> para dar “de comer” e que está na roça. E quando você, enquanto LGBT

<sup>18</sup> Homossociabilidade pode ser entendida como um espaço privilegiado onde personagens masculinos mantêm relações de amizade, rivalidade e competência que estão permeadas pela questão de classe. Em suma, a homossociabilidade apesar de ter uma estreita relação com homossexualidade, muitas vezes não está relacionada com o mantenimento de laços sexuais e eróticos, mas, na maioria das vezes, se relaciona à construção de espaços e discursos que excluem as mulheres, sendo essa uma característica essencial para a construção de laços sociais entre homens (LECHAKOSKI; ADELMAN, 2011, p. 3).

<sup>19</sup> Uma das muitas significações para essa expressão é que se refere a uma criança que brinca na rua, que está com a barriga de fora e que sempre vive de aprontar ou fazer traquinagens.

no campo, quebra esse protocolo é uma ação revolucionária (informação verbal dada por Silvano Leite).

Mesmo entendendo que é um “ato revolucionário” se autoafirmar e viver de acordo com a sua própria verdade, há uma análise de um dispositivo regulador, a religião, que estabelece um enquadramento e atua como um dispositivo de controle da sexualidade (FOUCAULT, 2010), a masculinidade/virilidade está diretamente relacionada ao homem e a feminilidade/docilidade está diretamente relacionada à mulher e isso fundamenta as relações e constitui as relações de poder a partir dessa configuração.

“(...) acho que também tem essa questão, que precisa tomar muito cuidado, nesse sentido, para a gente não colocar as pessoas em caixinhas. A mesma coisa que eu falo, às vezes, sobre sair do armário: “ah, fulano de tal precisa sair do armário”, mas a pessoa quer sair do armário mesmo? Para ela está bom viver aquilo ali no escondido? Porque às vezes vai ser mais prejudicial para ela se assumir, do que ela permanecendo no armário com saídas esporádicas. Existem essas questões das relações humanas que a gente precisa tratar com mais cuidado, entendendo que cada pessoa é diferente uma da outra, mas que existem questões que estão no nosso tempo e que são do espírito do nosso tempo a gente precisa saber (informação verbal dada por Mateus Quevedo)”.

Então, outras identidades e performances fora dessas “caixinhas” são lidas como errada, coisa do diabo, pecaminosa, praga da cidade grande, algo para ser evitado e/ou exterminado. São discursos de poder que podem “arrancar” alguém do “armário ou forçar para que a pessoa permaneça nele, nas duas possibilidades pode haver consequências boas e ruins, em maior ou menor grau. Deste modo,

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estrelalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 1979, p. 103).

Essa construção de poder atravessa o corpo e se fixa na sexualidade para, assim, poder atuar. O controle das sexualidades dita as regras e as conduz. As sexualidades dissidentes

rompem com a norma e se tornam alvos ainda mais marcados pela dominação, corpos esses que são violados para seguirem padrões, rótulos e se encaixaram.

Quanto a nós, estamos em uma sociedade do "sexo", ou melhor, "de sexualidade": os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progenitura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. O que determina sua importância não é tanto sua raridade ou precariedade quanto sua insistência, sua presença insidiosa, o fato de ser, em toda parte, provocada e temida. O poder a esboça, suscita-a e dela se serve como um sentido proliferante de que sempre é preciso retomar o controle para que não escape; ela é um efeito com valor de sentido (FOUCAULT, 1988, p. 137).

Esse poder de dominação atua tão fortemente que até os corpos dissidentes que assim se autoafirmam assumem seus discursos para não serem lidos enquanto corpos abjetos e não dignos de respeitabilidade, um processo de dominação masculina (BOURDIEU, 2012) sobre corpos de homens gays, uma vez que afastar uma identidade estigmatizada e alvo de retaliação acaba sendo a principal saída para se manter no armário ou negar sua identidade.

Então, lá em Ouricuri na comunidade onde eu morava (...) tem um outro rapaz lá na comunidade que ele hoje é assumido, mas ele foi embora para São Paulo e lá que ele se assumiu, lá para os lados de São Paulo. Enquanto ele estava na comunidade ele não tinha coragem de se assumir e nós enquanto LGBTs... ele sabia de mim eu sabia dele. Quando eu me assumi ele se afastou de mim: “é, fiquei sabendo que você se assumiu enquanto gay..., do tipo, “me evite”. “Eu olhei assim... eu não estou nem ouvindo isso?” (informação verbal dada por Silvano Leite).

Existem um medo de ser ou estar associado a homossexualidade, “se tu está lá com um cara gay, tu está “pegando” ele então” ou você também é. São mecanismos de controle da sexualidade que seguem esquemas de violências simbólicas (BOURDIEU, 2012) para afastar identidades que não sejam ideais, validadas ou reconhecidas socialmente.

A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de "invisibilização" traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a "discrição" ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor (BOURDIEU, 2012, pp. 144-145).

Deste modo, os dispositivos de sexualidade e normas de regularização dos corpos é elemento central na construção dos processos de masculinidades que os corpos dissidentes de homens *gays* estão submetidos. As narrativas dos corpos dissidentes camponeses aqui analisadas vão nos mostrando que os contextos são importantes e a perspectiva dos afetos e redes de apoio fortalecem a saída do armário ou, até mesmo, a permanência nele.

Suas vivências e experiências estarem inseridas na militância contribui para esse processo pedagógico, uma “Pedagogia Viada” que “nos nossos processos formativos a gente vem trazendo esses sujeitos para o rol do debate para que eles percebam essa existência e eles passem a entender a sua existência e levar essa existência para dentro dos seus convívios”, como destacou Regivaldo Silva, enquanto desdobramentos das suas próprias construções identitárias e das suas relações com a sociedade, dialogando com a construção do movimento parelamente.

#### **4.1 A construção de identidades dissidentes a partir da militância: o Coletivo LBGTI+ Sem Terra e as reverberações de ser uma *bicha* no e do campo**

Se perceber enquanto um corpo dissidente desde muito cedo traz processos e questões pontuais acerca do nosso próprio corpo, mas também onde esse corpo está e se autoafirma para ser reconhecido. As lutas travadas pessoalmente são também travadas em espaços de militância e amparados pelos movimentos sociais de forma coletiva.

No MST as questões de gênero são discutidas a bastante tempo, mas somente a partir do ano de 2015 é que a intensificação dos debates se encaminha para a criação do Coletivo LBGTI+ Sem Terra em que os corpos dissidentes que se percebem compreendidos pela sigla passam a se reorganizar e pauta mais fortemente a bandeira colorida junto da bandeira vermelha.

“O que a gente precisa realmente é “construir uma nova forma de construir o campo”. Eu acho que assim, a reforma agrária é fundamental, acho que o MST é um exemplo dos movimentos sociais do Brasil nesse sentido. Eu acho que a gente precisa realmente pensar um novo território, novas territorialidades e obviamente que esses espaços criam novos sujeitos e esses novos sujeitos criam esses novos espaços, então acho é que esse exercício de reconstrução (informação verbal dada por Mateus Quevedo)”.

Os estudos sobre homossexualidade no campo e questões de gênero no campo não assumiam destaque e foco na análise dos sujeitos, ser *gay* no campo era sinônimo de êxodo, não adequação e marginalização. Com isso, o estigma se acentuava e as violências marcavam a vida desses sujeitos, principalmente por construir uma narrativa de competição entre rural e

urbano, sendo o rural o lugar do atraso e anulação de sexualidades e o urbano enquanto moderno e de liberdade e aceitação das sexualidades.

Com as transformações atuais no campo e o avanço da teoria, a questão da sexualidade camponesa, praticamente ausente nos estudos rurais e de gênero e sexualidade nas ciências sociais e humanas, começa a ser estudada a partir da especificidade dos sujeitos e de seus territórios (Woortmann, 2010; Gontijo; Erick, 2015). A homossexualidade no campo era analisada, sobretudo, sob a luz do processo migratório. Esse padrão de interpretação, baseado na dicotomização urbano/rural, tem estruturado hierarquias culturais, com a subsequente marginalização do rural (Scott et al., 2015; Bell, 2000). (...) Pesquisas mais recentes, no entanto, vêm buscando compreender como a heterossexualidade é afirmada/construída, mas também contestada/desconstruída na prática cotidiana no meio rural. A caracterização simplista do rural como um espaço que limita a vivência da sexualidade e do urbano como espaço liberal tem sido desafiada por visões mais positivas da diversidade sexual no campo (Scott et al., 2015). Paulo Ferreira (2006), em sua pesquisa antropológica sobre masculinidades e sexualidades no nordeste brasileiro no interior do Ceará, aborda o “indizível das sexualidades camponesas”. O autor faz uma crítica às teorias do campesinato e de gênero e sexualidade que anulam e silenciam a sexualidade camponesa, os “afectos mal-ditos”, que são encaixados no ideal dos desejos heteronormativos de uma “ruralidade idealizada” (SCHWENDLER; VIEIRA, 2022, p. 2).

Nesse sentido, as identidades dissidentes que contam aqui as suas histórias se inserem nesse contexto de “ruralidade idealizada”, mas rompem com esse processo de construção de um “camponês naturalizado, normatizado” (FERREIRA, 2006, p. 26).

A construção desses corpos dentro dos movimentos sociais e de caráter LGBT na contemporaneidade assumem um lugar de rompimento da norma cisnORMATIVA num movimento político-social de visibilidade e reconhecimento. Conforme destaca Maria da Glória Gohn (2000) quando explicita acerca das lutas nos movimentos sociais estarem sendo pautadas com base no compartilhamento de interesses comuns e tensões sociais.

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13).

O Coletivo LGBTI+ Sem Terra passa a pauta mais pontualmente as questões de gênero e diversidade sexual dentro do MST em virtude da emergência de se estabelecer um diálogo com as novas formatações de identidades que compõem a história de lutas do MST.

“Então somos MST, não somos um movimento a parte, é o ponto que a gente se coloca enquanto MST. É o ponto que quando a gente cria o Coletivo LGBT Sem Terra a gente deixa bem claro que somos MST e a gente não vai ter outra Bandeira. E aí, é dentro dessa questão que a gente deve iniciar essa conversa. Então, a nossa maior luta é o reconhecimento pleno, da nossa existência dentro da diversidade desses Movimentos e com esse querer da nossa existência plena é onde a gente já provoca outros debates dentro do Movimento (informação verbal dada por Regivaldo Silva)”.

A criação do Coletivo LGBTI+ Sem Terra se soma a construção de um debate que já se estruturava dentro do MST enquanto possibilidade de ser um lugar de múltiplas falas e de sujeitos diversos. E ser um corpo dissidente que articula sobre e para outros corpos dissidentes reflete diretamente no alicerçamento e manutenção dos temas que atravessam essas pluralidades.

“Com o Coletivo LGBT o meu primeiro contato foi com a História, porque temos os sujeitos desde a gênese do Movimento em 84, mas a gente só se apresenta enquanto Coletivo LGBT em 2015. Enquanto esse movimento diz assim: “não, a gente precisa colocar esse pessoal dentro de uma visibilidade, igual a gente colocou a educação, igual a gente colocou o gênero ou o debate sobre a existência da mulher, igual a gente colocou a produção, a parte da comercialização, igual a gente colocou a questão da cultura, da juventude... então só em 2015 a gente perpassa esse debate. Então, a gente tem 8 anos desses 8 anos eu tenho 7 anos nessa discussão e faz cinco anos que sou Dirigente com atuação sempre em Pernambuco e todos os dirigentes fazem parte da Executiva Nacional. Até hoje, nossa primeira bandeira de luta é combater o preconceito interno, como é bem sabido temos um movimento machista... só que não dá mais para a gente permanecer com essa imagem. O MST se recusa, a Direção Nacional desse Movimento se recusa a permanecer com essa imagem. Então o nosso trabalho é esse (informação verbal dada por Regivaldo Silva)”.

Pautar questões de diversidade sexual e de gênero num movimento social de tamanha abrangência como o MST não foi/é tarefa fácil, uma vez que demandas que envolvem sexualidade acabam assumindo um lugar de debate secundário e outras questões são anteriormente levantadas. Assim como destaca Regivaldo na sua narrativa explicando que é um tema que não sairá mais dos debates e lutas travadas para que o tema se fixe cada vez mais, sendo este uma prioridade para o Movimento.

De maneira mais institucional, o debate alcança nuances geracionais, aqui colocados enquanto “baluartes”, de conflito, a não aceitação ou negativa de reconhecimento da atualização das questões trazidas pelo Coletivo geram outras pautas, sendo uma delas a mudança do nome do Coletivo e a inclusão de outras letras ao acrônimo.

“(...) a gente abraça os debates universais dentro do mundo LGBTQIAPN+, porque até então para o MST era LGBT a gente muda o nome do Coletivo e vai para LGBTI+ e isso gerou um uma polêmica. Porque os “baluartes” não gostaram e foi uma confusão, porque as pessoas não entendem essas letras todas ou não querem entender (...) A gente já vem mudando as letras, vem estudando os sujeitos a partir das suas

existências. Quando a gente começa a discutir a masculinidade a partir desse padrão hétero, por esses sujeitos que fogem desses padrões a gente tem que puxar o debate para o nosso lado (informação verbal dada por Regivaldo Silva)”.

Nesse sentido, a amplitude do debate sobre outros pertencimentos identitários gera certa resistência de aderência, seja pelos movimentos ou pelos/as seus/suas integrantes. Contudo, o reconhecimento de outras e novas identidades construídas e reconstruídas na história dos movimentos sociais das minorias e de lutas de autoafirmação reafirmam a importância de estar de acordo com a atualização desses processos identitários que demarcam, também, uma pauta política de, para e sobre seus corpos, existências e resistências.

Com as recentes mudanças, atualizações e novas descobertas, é muito comum encontrarmos pessoas que não sabem os significados das letras que compõem a sigla LGBTQIAPN+. O movimento que, no Brasil, nos idos anos de 1990, nasceu com a sigla GLS, acrônimo de gays, lésbicas e simpatizantes, busca lutar pelos direitos e inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero, que vem crescendo ao ponto de incluir pessoas não heterossexuais e não cisgêneras. Certamente, houve a necessidade de acrescentar novas letras à sigla, chegando a nove letras e o caractere “+”, gerando ainda mais dúvidas quanto ao significado de cada uma delas. Se para muitos leigos a sigla LGBTQIAPN+ pode representar apenas letras de um grupo que quer se firmar, para o grupo legitimamente constituído, a intenção está muito além da mera representação. É a qualificação solidificada de muitas outras pessoas que antes eram excluídas e abandonadas à própria sorte, inclusive pelos ditos simpatizantes, em busca de defesa de suas pautas sociais. Desta feita, cada uma das letras da sigla LGBTQIAPN+, bem como seu caractere aditivo, representa um grupo de pessoas da sociedade que sofre distintas violências simplesmente pelo fato de não se adequarem àquilo que foi normatizado como correto na sociedade, isto é, a ideia cisgênera heterosexual imposta! (MOREIRA, 2022, p. 04-05).

A manutenção de uma regra patriarcal engessa possibilidades de identidades múltiplas e evidencia um reforço, ainda, do sistema binário de gênero. Recortes que negam ou se afastam de identidades masculinas virilizadas e/ou virilizantes recaem sobre uma tentativa de higienizar vivências dissidentes.

“Tudo bem se você é gay, desde que você seja masculinizado”, “tudo bem você ser lésbica, desde que você seja feminina”, eu acho que é muito importante a gente demarcar também a construção da diversidade de gênero dentro das organizações (informação verbal dada por Mateus Quevedo)”.

Sobre essa questão, a historiadora Mary Del Priore (2013, p. 302) destaca que “não se nasce viril, torna-se viril (...) a virilidade também é uma construção cultural e não um dom natural: não se nasce homem, torna-se”. Os papéis atribuídos aos meninos e as meninas de geração para geração se refaz para acompanhar o momento, a época do seu tempo.

Esse processo desencadeia num elemento importante dentro do Movimento e dentro dos processos territoriais de pertencimento e reconhecimento, seja pelo próprio MST ou pelo corpo dissidente que constrói, de igual modo, o Movimento. O pioneirismo: quem começou e como isso se deu? Identidades dissidentes estão no mundo desde que o mundo é mundo, contudo os seus lugares de pertencimento são negados de igual modo.

“O quê que um viado ou uma sapatona vai fazer aqui na roça?” E é através dessas formações, do surgimento do próprio Coletivo, do debate nos espaços de acampamento, assentamento e qualquer outro espaço do Movimento que a gente traz, introduz essa pauta LGBT tão necessária para a gente poder garantir o nosso lugar no próprio Movimento ou na sociedade como um todo (informação verbal dada por Silvano Leite)”.

Para Silvano, sua relação de acolhimento e de reconhecimento foi um fator importante na segurança de pautar num assentamento a sua identidade de homem *gay* camponês e os reflexos disso dentro do MST, positivamente, garantiram que o território que ele estava construindo fosse um lugar livre de formas de opressão de gênero e homofobia.

“Fui morar em um assentamento chamado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira em Macaé e quando eu cheguei de lá, não existia LGBT declarado, não tinha LGBT. Eu, um homem cis as pessoas tão pouco deduziam se eu fosse ou não LGBT, e aí acho que com mais ou menos um mês depois que eu tive por aí e que teve uma Marcha Lula Livre, eu conheci um companheiro do Paraná chamado Alexandre (...) Lá no assentamento, quando tivemos uma reunião, uma Assembleia Geral com 63 famílias e esse Alexandre já está presente também, a gente se apresentou como um casal LGBT, e eu disse: olha, esse aqui é meu companheiro que está vindo morar aqui comigo. A gente tem uma relação e a gente vai ocupar a unidade de produção familiar aqui. Então para que ninguém tenha dúvidas sobre quem somos... então já está aqui colocado para todos vocês quem somos... LGBTs Sem Terra... Vamos viver essa realidade aqui junto com todos vocês. As famílias não tiveram nenhuma repulsa, apesar de elas serem conservadoras, (...) mas aplaudiram de pé e a gente era muito bem recebido nesse assentamento por todas as famílias. (...) a gente decretou lá como um território livre da homofobia. Porque além da gente ter essa boa relação com todas as famílias, quando a gente ia para os trabalhos coletivos na roça... a gente plantava o feijão, abóbora, milho e outras culturas aí a gente sempre fez uma formação muito importante na roça mesmo e a gente sempre levava a nossa bandeira LGBT e levava a bandeira do MST e a gente fincava as duas bandeiras para ficarem tremulando lá na roça enquanto a gente estava trabalhando. Eu me sentia muito acolhido, nós nos sentimos muito, muito acolhido. Talvez não me sinta tão acolhido em outro lugar como eu me sentia lá (informação verbal dada por Silvano Leite)”.

O hasteamento das bandeiras juntas, do MST e do Coletivo LGBTI+ Sem Terra, assume um lugar simbólico e emblemático de que os debates em torno da luta pela terra, pauta central do Movimento, e a diversidade de sujeitos que a fazem precisam, devem e estão juntos nesse processo de construção e reafirmando o território enquanto um espaço livre de homofobia, logo, de acolhimento e preocupação com as pautas da diversidade sexual.

Figura 11 – Marcha no Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira contra uma ordem de despejo



Fonte: MST, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/12/02/nota-do-mst-rj-sobre-suspensao-do-despejo-no-assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira/#>>.

A resistência percorre os territórios e se comunica com todos e todas que estão inseridos ali, corpos dissidentes ou não, há reconhecimento e empatia, como destaca no seu relato Silvano, um processo coletivo de acolhimento. Ainda é comum ter medo e sentir medo de assumir-se um corpo que quebra preestabelecimento de padrões cisnormativo e garantir o próximo passo para as próximas gerações é fundamental.

Quando eu retornei de fato para o MST em 2018, foi quando eu tive mais acesso direto: olha, aqui temos o Coletivo LGBT e que bom que você agora se assumiu como um, então você vai estar acolhido. (...). E aí, no Rio de Janeiro os companheiros lá da região da Regional lá de Macaé, a Regional dos Lagos e sabendo que eu era LGBT já me apresentaram ao Coletivo LGBT. Tive a oportunidade de fazer umas reuniões e de me inserir de fato no Coletivo e me senti também muito bem acolhido. É até importante destacar a importância do Coletivo LGBT Sem Terra, porque a gente sabe que em todos os setores da sociedade nós somos taxados de alguma forma por sermos LGBTs e não é diferente isso nos nossos acampamentos, sabe? (informação verbal dada por Silvano Leite).

Ser taxado de algo ou alguma coisa sendo um corpo dissidente é algo que se torna cotidiano. Nesse sentido, os processos de resistência quanto a identidades com performances mais masculinas ou mais femininas passam a ser observadas com outros olhares, sejam de reconhecimento ou não aceitação, por isso a emergência de debater a diversidade com mais profundidade em diferentes instâncias, segmentos e vieses.

[...] o Movimento é muito grande e essa pauta LGBT ainda é uma pauta recente se a gente for fazer o histórico de 2015 para cá. Então assim, é claro que é uma pauta necessária ainda, então você percebe que ainda existem atritos... digamos assim... não comigo, eu não estou falando de mim, mas estou falando de forma geral, porque ainda existe no nosso Coletivo uma diversidade e a gente vê que os tratamentos da diversidade, principalmente quando está relacionada ao homem trans e a mulher trans, a gente percebe ainda uma resistência, um preconceito, não tem como que eu possa descrever essa “parada”; tipo, mas é uma questão que a gente continua a defender, a debater e enfim..., é óbvio que hoje no Movimento, nos nossos espaços do Movimento não dá para comparar com o antes. Hoje nós temos uma evolução muito grande em todos os sentidos, sabe? É uma necessidade de a gente fortalecer o debate, principalmente na base, entendeu? (informação verbal dada por Silvano Leite).

Mesmo estando estabelecido no Caderno de Normas e Princípios do MST a vedação a qualquer tipo de discriminação de qualquer natureza é um caminho que segue sendo fortalecido e seguirá sendo necessário para consolidar o debate sobre as questões de gênero, “já debati em locais muito distintos... de jogar até elementos históricos para as pessoas entenderem que nós não somos *extraterrestres*, nós somos pessoas que desde o princípio estamos aqui”.

Você vai encontrar resistência e é preciso que a gente esteja constantemente debatendo, só que hoje a gente pode dizer, que em função do Movimento ter abraçado essa causa, essa bandeira..., “hoje nós estamos no céu”... no próprio Movimento, por que a homofobia e essas questões era muito fortes e hoje no nosso Caderno de Normas e Princípios é colocado que qualquer tipo de homofobia, assim como racismo ou intolerância religiosa... a pessoa que está cometendo esse tipo de essa ação, ela vai ser punida, podendo ser pedido o afastamento dela da organização, conforme a gravidade da situação (informação verbal dada por Silvano Leite)”.

Para Regivaldo Silva, “a tarefa do Coletivo é lutar pela existência dessa diversidade” que historicamente existe, inseridas em seus armários e medos de se mostrar ao longo do tempo ou fora deles assumindo os riscos que piravam sobre ser um corpo diverso e que se afastava ou se afasta desse ideal de masculino e/ou masculinidade.

Por mais que ainda não seja é um debate então aprofundado, há uma discussão muito grande e há uma cobrança da nossa parte quanto Coletivo, quanto processo formativo. O que é uma masculinidade de verdade? O que é um homem de verdade? O MST vai fazer 40 anos agora e só a oito anos tem a formação do Coletivo. Durante 32 anos a gente não pensava sobre isso? E antes a gente era até punido e hoje a gente tem um poder na fala de dizer: ei, companheiro que fala é essa? Que procedimento é esse? A gente já encaminha para a Direção. Hoje não é mais os nossos corpos que são punidos, que sofrem disciplina, mas é esta masculinidade que não sabe que limite é esse. Sendo uma tarefa nossa também mostrar esse processo agressivo, uma linha tênue entre o agir, o falar, o viver e o bem-estar dentro desse Movimento, dentro desses sujeitos da diversidade (informação verbal dada por Regivaldo Silva)”.

Em quase 40 anos de atuação e com debates nas mais diversas áreas somente com a formação do Coletivo, que vai se fortalecendo de 2015 até 2018 com a sua efetivo nascimento, é que os temas sobre diversidade sexual e de gênero no MST vão sendo reivindicados de fato e passam a integrar os planos de trabalho, a organicidade e possibilidade de tomadas de decisão, com direito a voto dos dirigentes na Executiva Nacional e na Direção.

“Por exemplo, hoje o MST, no Brasil, está nos 26 estados e no Distrito Federal, dos 27 estados nós estamos em 24 organizados, mas nós só temos 14 dirigentes do Coletivo LGBT com cadeira na Direção e olha que “a regra é clara”, como se diz no futebol: todos os estados têm que ter um dirigente do Coletivo LGBT na Direção com cadeira e direito a fala e voto. Mas porque só 14? E aí, quando a gente vai na totalidade puxando... puxando... puxando... a gente chega em 18 porque quatro estão representando o setor de Formação, o Coletivo de Cultura, representando o Coletivo de Juventude, mas não estão na cadeira do Coletivo LGBT. Então, dentro do movimento somos horizontais, não existe quem manda mais e quem manda menos... há instâncias e muitas vezes os processos se perdem nessas instâncias. A nossa maior briga é essa, de trazer essa consciência dentro da totalidade dessa Direção. Quando a gente não está por dentro do processo formativo, a gente acha que é a totalidade desse Coletivo que não respeita a sua totalidade e não é isso. Muitas vezes os sujeitos fogem dessa da coletividade e tem umas vivências e certas rebeldias que se faz desnecessárias (informação verbal dada por Regivaldo Silva)”.

Os avanços e reconhecimentos dados aos corpos dissidentes que compõem o Coletivo LGBTI+ Sem Terra são evidentes, mas nos pormenores esses avanços precisam “correr um pouco mais”. Das 27 representações de dirigentes no Coletivo, somente 14 são exclusivamente dele, o que representa aproximadamente 52% do total, um número expressivo, mas que precisa ser ampliado e alcançar mais pessoas para ocuparem esses lugares tão importantes dentro do MST por meio do Coletivo.

O Coletivo LGBTI+ Sem Terra é um elemento central na discussão de temas que estão sendo colocados em debate a muito tempo e o reflexo disso são evidenciados nos processos formativos. Para Mateus, se inserir no Coletivo foi um “abrir de mundo”, uma vez que pode se aproximar das discussões de diversidade sexual no MST por causa do Coletivo numa formação para LGBTs Sem Terra organizada pelo próprio MST que aconteceu na Escola Florestan Fernandes em 2017, onde participou enquanto MPA. Desde então tem construído um debate articulado entre o MPA e o MST sobre os temas de diversidade sexual e de gênero, ressaltando a importância do Coletivo na construção de uma pauta consolidada sobre temas tão importantes, mas, ainda, muito negligenciados.

“Muito interessante, muito importante, todos os temas que foram trabalhados lá, a própria questão do patriarcado, eu acho que é bem demarcado no sentido do sistema patriarcal, como ele opõe os homens, principalmente as mulheres, mas os homens

também são oprimidos por esse sistema e principalmente os homens da base trabalhadora (informação verbal dada por Mateus Quevedo”).

Para o MST a importância de construir um movimento sociais de tamanha proporção e magnitude não poderia deixar de fora histórias diversas em contextos diversos que se encontram em prol de um ideal maior: reconhecer que corpos dissidentes são o Movimento. Ser uma bicha camponesa com performances de masculinidades diversas e processos identitários plurais não é motivo de vergonha ou vexame é sinônimo de liberdade sobre e dos seus corpos.

“As pessoas precisam entender que os corpos são diversos, nós somos quase oito bilhões de pessoas no planeta e são só dois gêneros mesmo? Está certa essa conta? São coisas que a gente precisa ir entendendo” (informação verbal dada por Mateus Quevedo), refutando e (re)construindo coletivamente na e para a sociedade.

#### **4.2 Não preciso deixar de ser *viado* para ser homem: dos homens de verdade às masculinidades camponesas**

O esperado de um indivíduo do sexo masculino, socialmente, é que ele seja homem, masculino, viril e uma série de especificações e definições sobre suas performances e existência que vão muito além do que se pode imaginar.

Homens necessariamente devem (ou deveriam) assumir posturas que os façam homens *de verdade*, afastando-se de tudo que se remete ao feminino e trejeitos afeminados. Ser homem passa a ser muito mais sobre não ser algo do que sobre ser algo, nesse sentido.

Assim, homens *gays* são taxados e corrigidos para se tornarem homens, como assim todo mundo espera, para não falharem no papel lhes dados desde antes do seu nascimento. Ser homem é ser macho, aquele com “H” maiúsculo, qualquer construção ou expressão de gênero fora disso não é (era) tida enquanto normal. São esses corpos marginalizados, abjetos e fora do padrão que são alvos da reprodução do patriarcado, do machismo e de uma masculinidade hegemônica que anula existência plurais.

(...) a masculinidade hegemónica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade quotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino; e que a masculinidade não é simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. A masculinidade é um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser (ALMEIDA, 1995, p. 6).

No desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemônica, divisões entre os homens – especialmente a exclusão e a subordinação dos homens homossexuais – foram geralmente questões centrais.<sup>82</sup> O policiamento da heterossexualidade tem sido um tema recorrente nas discussões sobre masculinidade hegemônica desde então (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, pp. 81-82).

Uma masculinidade pautada nos processos de superioridade hierárquica envolta de camadas de controle e vigilância, mas que ao mesmo tempo só evidencia a fragilidade de um processo de dominação. Identidades plurais e dissidentes quebram com esse ideal quando se autoafirmam e se reafirmam no meio social.

“A masculinidade é pautada dentro desse debate do gênero. Que aí quando se debate gênero, quando se debate o feminismo ou quando se debate essa questão do próprio LGBT, da homofobia, da heteronormatividade, do patriarcado..., a gente está basicamente pautando essa pauta da masculinidade, mas ela não vem como uma pauta específica. “Hoje vamos debater a masculinidade e o que é a masculinidade agora no período contemporâneo, o que é o que é ser macho hoje? Como é que nós estamos entendendo essa relação do que é ser homem. Ser homem é o quê? É ser esse “macho alfa” pegador, raparigueiro e que chega batendo na mulher em casa e que bate em “viado” na rua... o que que é ser macho?” Então acho que essa pauta do que é ser macho precisa ser pautada de fato. E qual é o macho que nós precisamos ser? Quer dizer, para eles serem machos não precisam dessa violência toda... com LGBTs, com mulheres e com quer que seja... isso não é ser macho” (informação verbal dada por Silvano Leite).

As várias possibilidades de masculinidade centram um debate importante quando aprofundamos as discussões e passamos a questionar a existência de um único modelo para ser seguido. Esse modelo hegemônico desencadeia recortes de violência e aumenta as dúvidas sobre ser, estar e permanecer homem.

(...) como se reproduz, no dia a dia, a masculinidade? Sobretudo, como se reproduz o modelo central de masculinidade — a masculinidade hegemônica — quando a diversidade das experiências e identidades dos homens apontam no sentido de existirem várias masculinidades? (ALMEIDA, 1995, p. 4)

As várias existências de masculinidades são percebidas e visualizadas ao longo da história, do campo à cidade, e a partir de muitos vieses. Esse processo multifacetado de modos e jeitos de ser ou tornar-se homem abre precedente para preconceitos e violências de gênero.

Mas que masculinidades vividas por homens *gays* camponeses são essas? Muitas possibilidades podem ser apresentadas, mas nenhuma delas seriam suficientes para abranger esse processo de maneira que todos e todas estivessem satisfeitos/as com mais uma definição. Contudo, as vivências e experiências desses sujeitos nos possibilita entender essa construção, de como essa masculinidade hegemônica vai se transformando numa infinidade de

performances sobre o corpo lido e construído socialmente para ser homem, seja ele *bicha* ou não.

“E às vezes eu fico me olhando nesse processo... como é um ato heroico, por que assim... olha, na verdade, só para tu entender o processo... eu passei a vida inteira sabendo eu sou uma pessoa LGBT, [...] mas quando você se torna adolescente, adulto... aí você vai tendo uma outra mentalidade e aí você vai entendendo a sociedade da qual você está inserido e você começa a se proteger daquela sociedade. Responder que você não é aquilo, que você não faz aquilo e você se vira no sigilo... então em uma fase da vida eu não entendi. Eu sou *gay*, eu gosto de homem e essa parada enfim..., não é nem de mim, eu sou essa pessoa e não é uma questão de opção, como muitos acham que é” (informação verbal dada por Silvano Leite)

“[...] porque a bicha do campo, trazendo uma linguagem mais expressiva para a gente entender esse processo de masculinidade, de performance... a gente precisa também trazer alguns termos próprios. [...] Então, quando a gente fala de performance para entender a gente tem que trazer alguns nomes próprios: ser bicha no campo, ser sapatão no campo, ser travesti no campo é performar outro sujeito que a classe branca, burguesa, que não se considera classe trabalhadora, performa, é totalmente diferente” (informação verbal dada por Regivaldo Silva).

“E na verdade a gente sempre coloca assim: que a gente constrói um novo homem e uma nova mulher, mas ele não pode esperar as mudanças mais profundas acontecerem a gente é que tem que causar elas. A gente vai conseguir causar elas a partir do momento que a gente ressignifica nossa própria vida” (informação verbal dada por Mateus Quevedo).

Nesse sentido, masculinidades camponesas, a partir da vivência de homens *gays* de origens camponesas, podem ser interpretadas como uma fuga do que se espera do ideal de masculino e/ou masculinizado contrárias à construção do imaginário social cristalizada de homem do campo. Masculinidades camponesas dissidentes são rupturas no processo de construção dos sujeitos dicotomicamente definidos e preestabelecidos na sociedade patriarcal.

“O indizível das sexualidades camponesas é, nestes termos, processual” (FERREIRA, 2006, p. 21), demanda possibilidades de autoafirmação e fuga das estatísticas, uma vez que “a gente não pode ocupar, resistir e produzir sem estar todo mundo” (informação verbal dada por Regivaldo Silva).

Assim, poder ser quem se é se torna algo que demanda muita energia e estar pronto para lidar com as consequências de se reconhecer enquanto um corpo dissidente perpassa lutas diárias, internas e externas. Dentro de casa, fora de casa, no ambiente de trabalho, na rua, nos movimentos sociais, na própria comunidade LGBT. Então, assumir uma postura masculina é mais fácil do que ter que se explicar por ter trejeitos ou ter o dedo apontado na cara indicando que você é *viado* e macho de verdade não deve negar seu lugar de macho.

Ser afeminado requer pulso firme e coragem, pois é o centro dos processos de tolhimento e marginalização. *Homem de verdade* não “desmunheca” e nem precisa ficar igual uma “mulherzinha” para mostrar que é gay.

O movimento gay nunca foi agudo para atender os assuntos relativos aos meninos afeminados. Há uma razão desonrosa para essa posição marginal ou estigmatizada a qual, inclusive, os homens gays adultos que são têm sido relegados no movimento social. Uma razão mais compreensível que a “afeminofobia” é a necessidade conceitual do movimento gay de interromper uma longa tradição de ver o gênero e a sexualidade como categorias contínuas e coladas – uma tradição de assumir que qualquer pessoa, homem ou mulher, que deseja um homem deve por definição ser feminina, e que qualquer pessoa, homem ou mulher, que deseja uma mulher deve pela mesma razão ser masculina. Que uma mulher, como uma mulher, possa desejar a outra; que um homem, como um homem, possa desejar outro: a necessidade indispensável de fazer estas poderosas e subversivas afirmações pareceu, talvez, requerer que se diminua a ênfase relativa dos vínculos entre os gays adultos e aqueles meninos [que um dia eles foram] em desacordo com o gênero (normativo)... Existe o perigo, no entanto, que este avanço possa deixar o menino afeminado mais uma vez na posição do abjeto inquietante – desta vez o abjeto inquietante do próprio pensamento gay... o eclipse do menino afeminado do discurso gay adulto representaria mais que um vazio teórico prejudicial; representaria um nó de ódio homofóbico, ginecofóbico e pedofóbico internalizado e aniquilante e um elemento central para a uma análise gay afirmativa. O menino afeminado viria a funcionar como o segredo das vozes desacreditantes de muitos homens gays adultos politizados” (1993: 157-158, tradução minha) (CORNEJO, 2011, p. 1)

“Enquanto a bichinha afeminada tenta fugir da feminilidade” para ser aceita, “a gente sabe, por exemplo, que existe esse pacto da masculinidade que às vezes, inclusive, as próprias LGBTs também são convidadas a participar, se você tem uma “passabilidade”” e a relação com o binarismo demarca esse processo.

Assumir o que se entende enquanto passabilidade é performar de acordo com o esperado por determinado grupo social ou nicho de participação, logo ser um homem gay que não se aproxima dessa “estética homossexual” é ponto crucial nas reverberações das violências sofridas por eles.

Eu tenho muita reflexão sobre essa questão, por exemplo hoje: por que eu sou masculino? Aí eu posso dizer para você que essa questão ela está relacionada a minha própria forma de ser... se eu tivesse um jeito afeminado, eu seria de boa. Até porque, não é uma forma de esconder a minha sexualidade. Então, eu penso que hoje... se a gente for fazer uma análise mais profunda a gente vai começar a entender que essa formação de como você é uma construção social também e quem sabe, por mais que eu não sinta essa necessidade de ser diferente de quem eu sou, mas quem sabe a gente também se sinta mais seguro por ser assim, entendeu? Como é que seria você ser um “gay afrescalhado”, afeminado ou que se vestisse com “roupas femininas” e qual seria a aceitação daquela comunidade ou daquelas comunidades... e você ser um cara assim gay que... muita gente olha para mim e diz assim: “tu não parece ser gay!” (informação verbal dada por Silvano Leite).

Esse lugar lido enquanto lugar de segurança é também um lugar de incertezas, uma vez que “uma questão é você pensar o que é a masculinidade existente e o que é a masculinidade que a gente almeja que fosse” e isso afeta diretamente seu lugar no mudo, as relações que você estabelece e como tais perspectivas vão são manipuladas para você se encaixar e fugir da sua verdade e cria processo de autonegação da sua própria existência, “como já tiveram muito de nós LGBTs que foram assassinados simplesmente por ser LGBT”.

A interiorização dessa violência, sob a forma de insultos, injúrias, afirmações desdenhosas, condenações morais ou atitudes compassivas, impele um grande número de homossexuais a lutar contra seus desejos, provocando, às vezes, graves distúrbios psicológicos, tais como sentimento de culpa, ansiedade, vergonha e depressão. O estereótipo ainda disseminado sobre o homossexual incapaz de ter uma vida afetiva plenamente desenvolvida (...) envolvem-se em uma tentativa de rejeição de sua própria sexualidade (BORRILLO, 2010, p. 101).

Esse processo de fingir ou esconder sua identidade é comum na imensa maioria dos lares no Brasil, os filhos afeminados são tolhidos para se comportarem como homens, para fingirem ser algo e performar um personagem para serem aceitos. Buscar quebrar com esse ciclo requer muita força e, muitas vezes, renúncias, já que “é um debate muito fragilizado, mas que a gente precisa amadurecer”, dentro e fora dos movimentos sociais.

Eu botei na minha mente o seguinte: olha, eu vou ser quem eu sou, por que eu já não estou aguentando ser quem eu não sou. Fingir eu já finge por muito tempo [...]. Eu olhei assim para eles (meus pais): olha só, é isso que eu sou e eu não vou mais fingir para ninguém, nem para o Senhor, se o Senhor não me aceitar como eu sou, se o Senhor não quiser ser meu pai por eu ser gay, eu também não quero ser seu filho. [...] você é pai de um filho gay, saiba disso, mas o Senhor não é obrigado a me aceitar, se você quiser me rejeitar como filho eu te rejeitarei como pai (informação verbal dada por Silvano Leite).

Os conflitos se acentuam quando o engessamento dos temas de diversidade sexual e de gênero e o ambiente da casa deixa de ser um espaço de segurança e se torna um lugar de embate e o amparo vai para outros lugares de segurança, tais como os movimentos sociais e aqui representado pelo Coletivo LGBTI+ Sem Terra.

Então assim, estar no Movimento, estar no coletivo LGBT Sem Terra para mim traz uma questão de um espaço de segurança. É um espaço que eu, por exemplo, posso ser quem eu sou. Antes do Coletivo LGBT existir, nós enquanto sujeitos LGBTs, no próprio Movimento a gente vivia... ou não tinha essa questão de se assumir nos espaços ou você vivia oprimido pelo próprio Movimento. Então, quando um companheiro começa, por algumas situações, a puxar o debate sobre a construção da própria luta é construído o Coletivo LGBT e com isso é que nós todos como LGBTs tivemos esse espaço dentro da organização, que a gente sente com um espaço seguro. Por sermos LGBTs, de forma geral, nós sentimos, no universo... nos distintos

espaços... nós fazemos uma leitura no ambiente e a gente sente. Qual o ambiente mais ou menos seguro para a gente se portar como um sujeito LGBT, entendeu? Então a gente sente, em vários espaços que eu não mencionei para ninguém que eu sou um LGBT, já em outro você faz aquela leitura e quando você se apresenta você também se apresenta enquanto um LGBT Sem Terra. Então tudo está relacionado ao campo da segurança e de estar confortável no ambiente (informação verbal dada por Silvano Leite).

Se entender enquanto um corpo dissidente é um lugar de vigilância constante, seja pelos outros ou por nós mesmo. Performar masculinidades garante acessos e um certo grau de respeitabilidade e não seria diferente para sujeitos camponeses. O camponês idealizado está longe de ser aquele que possui trejeitos, é afeminado ou se identifica como *gay*, mas eles existem e existem para além das trincheiras que buscam invisibiliza-los. “Entendendo que cada pessoa é diferente uma da outra, mas que existem questões que estão no nosso tempo e que são do espírito do nosso tempo e a gente precisa saber” minimamente lidar com elas.

Então eu tenho isso também de forma disciplinada porque às vezes até o próprio “instinto de sobrevivência” em alguns tipos de territórios levam a gente a performar uma certa masculinidade. Então eu também tenho tentado me policiar, nesse sentido, para que realmente eu consiga passar... porque o que eu já percebi é que as LGBTs... estão em todas as partes, em todos os lugares, então, às vezes é importante que eu seja eu mesmo para que realmente outras LGBTs que estão escondidinhas se revelem. Eu acho que também tem essa questão pedagógica de se colocar, acho que o movimento empodera muito a gente, no sentido de ser a gente mesmo, porque quanto mais eu sou eu mais eu consigo ajudar os outros, de se somar com outras pessoas” (informação verbal dada por Mateus Quevedo).

Por isso a importância de redes de articulação e diálogo para compreender os avanços e desdobramentos dos estudos de gênero e sexualidade. Os recortes acerca dos processos de identidades dissidentes diversas é importante para combater a estrutura machista que exclui e tentar excluir outras performances de masculinidade e se poder ser homem.

“é uma luta feminista é uma luta de toda a sociedade que quer se libertar e libertar as mulheres..., a gente tem a construção do feminismo camponês popular que é muito importante para a gente fortalecer as mulheres, ao mesmo tempo em que a gente vai combatendo os machistas, os “micromachismos” e não é uma tarefa fácil, a gente acha que é assim... muito fácil muito tranquilo, mas é na hora do “*fight*” que a gente vê realmente quem é que tem o poder de decisão (...) acho que a gente tem muito caminho pela frente, mas eu acredito muito sério que os movimentos populares são sempre uma vanguarda: eles estão sempre na fronteira do que a civilização, a humanidade, tem de melhor nesse sentido humanístico. Então, acho que o que os movimentos sociais estão fazendo é muito importante nesse sentido” (informação verbal dada por Mateus Quevedo).

Os movimentos sociais, como o Coletivo LGBTI+ Sem Terra, assumem um papel de ruptura de pautas que são retroalimentadas cotidianamente quando o assunto é diversidade

sexual. Pautar outros corpos, outras masculinidades, outras perspectivas de ser e se reconhecer é possibilitar outras vivências. Masculinidades dissidentes camponesas *viadas* exaltadas e à mostra, sem armários ou artefatos de invisibilidade.

“A gente traz os sujeitos LGBTs para ficarem à vontade. O corpo trans e travesti de vestido, outras de vestido e barba... o povo fica louco, as afeminadas batendo palma e gritando a gente puxa as palavras de ordem “o sangue LBGT também é sangue Sem Terra... as gay, as bi, as trans, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução”. [...] a gente vai na ação, nas trincheiras de luta. “Ai meu Deus, eu não sabia que tinha tanto viado”, porque generaliza tudo. [...] Meu Deus, parece que agora só tem viado no MST”. E esses processos pedagógicos e educativos nesses espaços que a gente vai aproveitando, porque quando esses sujeitos tentam distorcer a orientação horizontal a gente se torna rebelde dentro do processo formativo. É uma “Pedagogia Viada”. É um debate também nosso, do Coletivo Nacional, a luta pela nossa existência. A gente também está correndo risco de passar por alguns espaços e em alguns lugares que podem ferir também o nosso corpo. (...) É um debate que a gente também está começando a construir, porque a gente vive muito em cima da heteronormatividade e a gente sabe que a heteronormatividade tem muita coisa escondida” (informação verbal dada por Regivaldo Silva).

Um processo pedagógico de *viadagens* atravessadas por lutas, por reconhecimento e pela terra, que marcam a trajetória do MST com a efetivação de um Coletivo para ecoar vozes e debates necessário sobre diversidade sexual, feminismos e masculinidades questionando e criticando as marcas deixadas e estabelecidas pelo machismo e o patriarcado em reforço ao determinismo biológico e o binarismo.

“eu penso que essa questão da masculinidade camponesa, ela precisa ser um debate urgente principalmente no nosso convívio. Enquanto MST, a gente já discute sim a masculinidade camponesa e dentro das nossas pautas de gênero e da própria pauta LGBT, mas o que ela precisa ser cada vez mais intensificada para que o homem do campo não continue a ser aquela pessoa rude e não continue a ser aquela pessoa grossa. [...] Então há uma necessidade de a gente cada vez mais aprofundar o debate para que os homens... para que nós, homens do campo entendamos que não tem essa necessidade de ser assim... que a gente pode ser camponeses e camponesas e podemos conviver harmonicamente com as diversidades e que todos nós somos produtivos independente da sexualidade. O debate ele tem que perpassar essa questão da virilidade, da masculinidade, do homem viria ou do homem alfa... que geralmente, não sei se pela falta do acesso ao conhecimento as pautas as questões o homem do campo se torna um pouco mais bruto, precisa ser mais lapidado com mais sabedoria e cautela, com mais cuidado por conta que existe essa rebeldia. [...] Que é imposta, não é culpa dele também... é historicamente criado. Ele é um espelho da sociedade da qual ele está inserido. Tanto é que eu olho para o meu pai e nas colocações dele, na forma que ele vê as coisas... é muito complicado, porque ele ali é um reproduutor de uma realidade que historicamente foi implantada ali no convívio dele. Então, ele é um acúmulo do processo histórico da comunidade... a comunidade machista, homofóbica, patriarcal e que condena qualquer coisa que seja fora do padrão estabelecido por ela mesmo” (informação verbal dada por Silvano Leite).

O enfrentamento de tensões que envolvam o debate sobre gênero e sexualidade é geracional e se arrasta ao longo da história, mas também é uma questão do tempo presente, das

nossas identidades que pautam outras formas de existência. “Eu não queria militar pela causa LGBT, mas eu não tenho muito para onde fugir, né?” (informação verbal dada por Mateus Quevedo) e nossa vontade era que isso fosse um debate já superado, uma vez que os nossos e as nossas seguem sendo vítimas de um sistema que nos oprime e nos mata.

Questionar o padrão de ser homem e a masculinidade hegemônica preestabelecida requer estar na linha de frente com voz ativa e peito aberto entoando aquilo que sempre quiseram tirar de nós: nossa existência.

Somos e seremos resistência e (re)existência e gritaremos em alto e bom som por aqueles e aquelas que não puderam estar aqui, que não conseguem viver suas identidades dissidentes livremente e para os/as que ainda virão: “foda-se, eu sou *viado* e daí? Qual que é o problema?”.

Figura 12 – Cartaz LGBT Sem Terra (2015) (grifos nossos)



Fonte: MST, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/download/cartaz-lgbt-sem-terra-2015/>.

## **5. (In)Conclusões ou sobre as histórias (não) contadas desses corpos dissidentes camponeses**

Muitas histórias sobre e de pessoas que se percebem enquanto corpos LGBTQIAPN+ não foram ou sequer serão contadas, ser um corpo dissidente é (sobre)viver (n)o agora. No campo e na cidade a *caça* atravessa as ruas das pequenas, médias e grandes cidades, assim como cruza as roças e plantações Brasil e mundo afora.

A cada 34 horas uma pessoa LGBTQIAPN+ foi vítima de morte violenta no Brasil, segundo dados prévios recentemente divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2023), mantendo o país no topo do *ranking* de mais violento para ser uma pessoa dissidente no mundo. Estar inserido nesse contexto é acumular tensões e buscar compreender qual é o papel do seu próprio corpo dissidente nesse processo.

Corpos marcados para serem aquilo que não sabem se serão antes de qualquer coisa, as cores definem seus lugares de construção identitária e seus órgãos sexuais dão o crivo: menino tem pênis, é macho, viril. Menina tem vagina, é fêmea, dócil.

Mas, e quando a ruptura da norma de gênero desconfigura esse processo demarcado e carregado de preconceitos, heranças históricas do patriarcado e do machismo, conta outras histórias? Quais questões são importantes nesse debate sobre diversidade sexual e de gênero, masculinidades e performances para ser e/ou se tornar *homem de verdade*?

Assim, os atravessamentos sobre buscar compreender como as vivências e experiências de homens *gays* militantes do MST forjadas sobre e a partir de tensionamentos como base nos estudos de gênero e masculinidades abriram um leque de possibilidades e questionamentos. As masculinidades se organizam a partir do ideal de ser homem e a ruptura desse processo recai num círculo vicioso de rotulações e preconceitos, ainda que de forma sutil.

As performances de masculinidades dissidentes camponesas num movimento social como o MST é um fator determinante para a visibilidade da pauta da diversidade sexual e de gênero, uma vez que é a partir desse lugar que novas leituras sobre os sujeitos que compõem o Movimento estão se (re)estabelecendo. Recortes com aprofundamentos direcionados para quem são e o porquê é tão necessário discutir sobre pluralidades de identidades no campo.

Entretanto, há uma maior preocupação sobre o debate da homofobia e como as formas de violências de gênero se manifestam nos espaços, do assentamento à Direção Geral do MST, e como o tratamento dado ao tema vai sendo construído. Nesse sentido, por se tratar de uma discussão que o Movimento assume como pauta prioritária e a ser respeitada os episódios de

homofobia se tornam "invisíveis" para resguardar a posição no Movimento, já que os casos mais graves são punidos com expulsão.

Minhas inquietações sobre o percurso dessa pesquisa e os caminhos que me fizeram questionar esses processos de construção das masculinidades são resultado, também, de uma vida inteira sendo rotulado e taxado por não apresentar um comportamento masculino ideal para a sociedade.

Para homens *gays*, na imensa maioria dos casos, se perceber assim e assumir uma identidade diversa do padrão cisheteronormativo e hegemônico de gênero é negar seu lugar de homem. Esse viés dita performances, constrói e reprime identidades diversas e retroalimenta um sistema hegemônico de preestabelecimento dicotômico homem/mulher.

“Vira homem” talvez tenha sido a frase mais escutada pelos meninos gays nas suas infâncias enquanto *crianças-viadas*, mas não só nela. O eco dessa frase se espalha e se torna algo a ser controlado, moldado e foco no ideal de se construir fora dos ritos de marginalização e abjeção dos seus corpos dissidentes. Sendo esse processo o cenário ideal para a perpetuação de discursos de ódio, afeminofóbicos e de negação do que você é.

Assim, a dimensão de ser ou se tornar homem acompanha a vida das pessoas lidas enquanto de identidades masculinas durante toda a sua trajetória de vida e após a morte, uma vez que as identidades seguem sendo desrespeitadas. Se perceber fora dessa perspectiva de construção de *homens de verdade* com viés hegemônico e dicotômico recai sobre questionamentos centrais nessa análise:

- Como se formam esses *homens de verdade*?
- Em que medida ser homem é ser masculinizado?
- Homens afeminados não são homens?
- Corpos dissidentes negam suas masculinidades?
- Que masculinidades são essas?
- Que masculinidades camponesas são essas?
- Que masculinidades camponesas dissidentes são essas?
- Os corpos dissidentes camponeses são lidos a partir de que perspectivas de masculinidades?

Esses são alguns dos atravessamentos que constroem, des controem e reconstroem todos os percursos de vivências e experiências dos corpos dissidentes, visando romper com os rótulos preestabelecidos e cisheteronormativos.

Desde modo, o objetivo dessa dissertação é questionar como os processos de masculinidade se organizam e se estabelecem a partir do Coletivo LGBTI+ do MST por meio das vivências e experiências de homens *gays* que fazem parte e/ou constroem o Coletivo.

Romper ou tentar romper com a construção hegemônica de masculinidades controladas deflagra novos conflitos e novas formas de entender como elas estão se dando em meio a multiplicidade de experiências de identidades dissidentes que se aproximam e afastam destas performances.

O reflexo disso está no relato dos nossos interlocutores. Entre contatos preliminares, convites recusados e respostas que nunca chegaram as narrativas de Silvano, Mateus e Regivaldo foram a base para os desbordamentos do que é ser um corpo dissidente de origem camponesa e de masculinidades camponesas também dissidentes.

Suas vivências apresentam especificidades sobre se perceber e se assumir enquanto corpos dissidentes de origem camponesa. Suas trajetórias na construção do Movimento representam parte importante do fortalecimento das suas próprias identidades, onde há amplos espaços de representação e reconhecimento construído, ramificados e enraizados para dentro e para fora do Movimento.

Em cada respostas às perguntas propostas no roteiro de entrevista ficava evidente como cada um deles, homens assumidamente *gays* que são e fazem parte das lutas pela terra, possui uma história muito própria. Cada um carrega questões sobre se entender enquanto um corpo dissidente nos espaços públicos e privados, em casa, na escola, na universidade, nos assentamentos e acampamentos, nas formações e nos atravessamentos possibilitados pela militância com, para e a partir do MST.

Muitas dessas discussões são marcadas pelas resistências de um Brasil que mata, marginaliza e invisibiliza os corpos dissidentes, ainda que os números sobre violências de gênero não digam toda a verdade sobre essas questões. São dados quase inexistentes e que quando existem são vagos e sem um aprofundamento necessário para propor mudanças significativas e de fortalecimento de políticas públicas direcionadas.

Contudo, o pouco que esses números nos falam determinam um recorte cruel: ser um corpo dissidente é ser um corpo alvo de aniquilação, apagamento e contribui para a exclusão de outras formas de identidade para manter o poder sobre os corpos das pessoas. Corpos

disciplinados e sexualidades controladas sempre foram e ainda são os grandes definidores de hierarquia de mando do Estado, principalmente.

Um viés de distanciamento sobre corpos plurais e que apenas por existirem são interpretados enquanto problemas sociais e estigmatizados que reforçam esse *projeto de retorno ao armário* de corpos que são, ou deveriam ser, livres

Ainda que os recortes de violência se apresentem de forma bastante acentuada nesse processo não é somente a partir disso que os corpos dissidentes têm suas histórias escritas. Os processos de luta e resistência nos dizem que nossos corpos são corpos de celebração, de força e de potencialidades.

Reivindicar espaços e estar à mostra é um dos passos mais importantes na luta pelo reconhecimento de identidades LGBTQIAPN+, em maior ou menor grau, nas instituições, públicas e privadas, assim como os movimentos sociais vão fortalecendo esse processo.

Com isso, os movimentos sociais, e principalmente os movimentos LGBTQIAPN+, assumem fundamental importância no que se refere à visibilidade desses indivíduos e personagens marginalizados, principalmente no que tange às análises dos processos formativos voltados para o acolhimento desses corpos.

Diante de um cenário de subalternização e de tolhimento de suas vivências, espaços de ressignificação do entendimento sobre como esses temas lidos enquanto tabus assumem lugares de enfrentamento e empoderamento essenciais.

Minha aproximação com os movimentos sociais LGBTQIAPN+ e ter crescido numa cidade no sertão central pernambucano, onde há um assentamento do MST, me trouxe algumas propostas de análise e curiosidades sobre a diversidade de corpos inseridos nesses espaços.

Os debates sobre pautas de gênero no MST seguem sendo fortalecido e sua importância na construção do próprio movimento é inquestionável. Contudo, qual o papel do MST nesse processo de reconhecimento das lutas sobre diversidade sexual e de gênero? E qual o porquê de se ter um Coletivo LGBTI+ na sua estrutura?

É evidente que pessoas que se percebem enquanto LGBTQIAPN+ sempre estiveram na construção do MST desde a sua criação e isso é ressaltado pelos próprios militantes do movimento, contudo seus corpos não eram, a cerca de 40 anos atrás, visíveis e/ou interessantes de estarem assumindo os debates sobre diversidade sexual e de gênero no campo. Ressaltando que isso é um resquício da herança patriarcal e mesmo com os avanços sobre a discussão dos temas o debate não é tão simples e fácil.

O reforço de uma leitura sobre o rural onde ser homem é assumir uma masculinidade viril hegemônica e cisheteronormativa paira até hoje no imaginário de muitas pessoas.

Entretanto, as identidades camponesas dissidentes não podem romper com esse ideal? E quando isso acontece, quais as consequências? Há consequências?

Nesse sentido, o fortalecimento das pautas acerca das discussões sobre diversidade sexual e de gênero dentro do MST contribuíram e contribuem para a formação e reconhecimento do Coletivo LGBTI+ Sem Terra, com seus passos iniciais dados efetivamente em 2015 e sua criação efetivada em 2018, com a garantia de que esses corpos presos em *armários* e/ou silenciados a vida inteira pudessem se expressar e ser reconhecidos, uma vez que fazem e são partes importante das lutas do MST. Corpos dissidentes que apresentam a pluralidade do ser e de ser em contextos rurais.

O processo de construção de identidades dissidentes está imenso no próprio sujeito, mas também no contexto em que está inserido. As identidades dissidentes se fortalecem coletivamente, ainda que apresentem individualidades e especificidades pontuais. São processos de encontro daqueles que se reconhecem e lutam pelas mesmas reivindicações, que se afastam por certos níveis de discordância e que se relacionam em prol da mesma perspectiva.

Ser um homem camponês, ser um homem *gay* camponês, ser um homem *gay* camponês e militante, ser um homem *gay* camponês, militante e liderança de movimentos sociais... constrói camadas de complexidade e de virada importante no entendimento de ser um corpo dissidente camponês que rompe as normas de gênero em contextos de marginalização e reverberações de preconceitos.

Apresentar masculinidades dissidentes camponesas é reorganizar linhas estratégicas de ação sobre corpos que não devem ser lidos enquanto anormais e estigmatizados. Identidades não-hegemônicas indo de encontro ao que a hegemonia dicotômica sempre ditou.

Deste modo, um rural diverso e com sujeitos plurais que não é de hoje. Apesar disso, muito recentemente é que podemos conhecer e reconhecer suas lutas internas, externas e constantes para repensar esse lugar das masculinidades sobre e para outros corpos plurais e diversos.

O afastamento de tudo que é feminino e/ou afeminado nos alerta sobre como o ideal de ser homem está presente na vida de homens heterossexuais, bissexuais e homossexuais, onde entonar “eu sou homem” é, de certa maneira, reivindicar esse lugar do masculino enquanto hegemonicamente privilegiado na sua performance de virilidade.

Para cada uma dessas identidades de gênero e orientações sexuais o peso de ser homem assume papéis diversos e recortes de violência também diversos. Se, somada a essas identidades e orientações estejam também trejeitos lidos como não suficientemente masculinos ou afeminados outros pontos são evidenciados e questionados, mais uma vez.

Ser, estar e permanecer homem é anterior e posterior a cada individualidade desses corpos, dissidentes ou não. Assim, a provocação de reflexões sobre a (in)visibilidade dos corpos dissidentes no campo é uma questão emergente por possibilitar a ruptura com os estereótipos e padrões dicotômicos opressores preestabelecidos.

Reflexões que nos (re)cortam e emergem de diversas maneiras nos mais diversos contextos, sejam eles rurais ou urbanos, pela imensidão do país, que é um berço de masculinidades, feminilidades, sujeitos plurais e multifacetados que lutam e ecoam suas existências enquanto corpos que são potencialidades, territórios de autoafirmação e reconhecimento, lutando "por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres", conforme destacou Rosa Luxemburgo.

As masculinidades dissidentes camponesas existem e estão em todos os lugares, mas para que possamos conhecê-las é preciso que as pessoas por trás de cada uma dessas histórias inconclusas ou não contadas estejam vivas.

Figura 13 – Elementos de luta, resistência e reconhecimento



Fonte: Acervo MST.

*"Nós não voltaremos para o armário".*

## Referências Bibliográficas

- BLAKEMORE, Erin. **Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+.** National Geographic. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018
- \_\_\_\_\_. Corpos que pesam. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPOS, Thaísson Rodrigues de. **LGBT Sem Terra:** Um estudo a partir do Coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2022.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade:** novas identidades em construção. In: Congresso Da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 35, Natal (RN), 1997.
- CARTILHA LGBTI. **Diversidade Sexual e de gênero na Via Campesina:** Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo. 1ª Edição. Brasil, outubro de 2020.
- CARVALHO, Guilherme. **O Feminismo Decolonial de María Lugones:** colonialidade, gênero e Interseccionalidade. Revista TOMO, [S. l.], v. 42, p. e17757, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/17757>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil:** processos de exclusão e a construção de um ator político Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 7, núm. 1, enero-junio, 2009, p. 179-208 Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud Manizales, Colombia.
- CASTRO, Elisa Guaraná de Castro; MARTINS, Maíra Martins; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- Cazés, Daniel. (1998). **Metodología de género en los estudios de hombres.** Revista de Estudios de Género. La ventana (8), 100-120.
- CONNELL, Robert W. Messerschmidt, James W. **Masculinidade Hegemônica:** repensando o conceito. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013. pp. 241-282.
- CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Curitiba, 2019.
- DUARTE, Bruno Monteiro. **(Sobre)Vivências:** projetos de vida, sexualidades e emoções entre LGBT Sem Terra de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2021.

FERNANDES. Bernardo Mançano Fernandes. **A ocupação como forma de acesso à terra.** XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington/DC, setembro/2001.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos:** o indizível nas sociedades camponesas. 2006. 219f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **Artes e manhas da entrevista compreensiva.** Saúde Soc. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 979-992, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n3/0104-1290-sausoc-23-3-0979.pdf>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2010. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares:** homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **500 Anos de Lutas Sociais no Brasil:** movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações: Londrina, 2000.

GOMES, Jean Claude de Souza; VIANA, João Paulo Teixeira; FRANÇA, Rebecka de; ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti de. **Colorindo o campo:** a diversidade sexual no espaço rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. Anais. Salvador, 2017.

GONTIJO, Fabiano de Sousa.; CÉLIA DA SILVA COSTA, Francisca. “Ser Traveco é Melhor que Mulher”: considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 08, 28 fev. 2013.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil.** 1. Edição - São Paulo: Alameda, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro, 2006.

LECHAKOSKI, Leandro. ADELMAN, Miriam. **O homem cordial:** modernização do Brasil e homossociabilidade. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Foucault e os estudos queer.** In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. Para uma vida não fascista. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Produção acadêmica sobre o MST:** perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. Tese

(Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), p. 378. 2015.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. (Org.). **LGBT Sem Terra:** rompendo cercas e tecendo a liberdade. São Paulo: Ed. Dos Autores, 2021.

\_\_\_\_\_. **Diversidade sexual e de Gênero no MST:** Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís T. MARRO, K (Org.). Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p 289- 313.

MELO, Denise Mesquita. **Subjetividade e Gênero no MST:** Observações Sobre Documentos Publicados entre 1979 e 2000. IN: GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais do século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MENEZES, Tassia. **Linguagem Neutra e não-binariedadade:** entre polêmicas, a busca pela inclusão na fala tem como objetivo inserir e acolher determinados grupos. Conexão UFRJ. 2023. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2023/07/linguagem-neutra-e-nao-binariedadade/#:~:text=Em%20paralelo%20a%20esse%20pensamento, chamadas%20de%20ela%20ou%20ele.>

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; Petry, Analídia Rodolpho. **Transsexualidade e Heteronormatividade:** Algumas Questões para a Pesquisa. Textos & Contextos: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011, p. 195.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento.** 14ª. Ed. São Paulo: Hucitec. 2015.

**Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021 /** Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS RURAIS SEM TERRA. COLETIVO LGBT SEM TERRA:** Linhas Políticas e Organicidade (Coletivo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do MST). Reunião da Coordenação Nacional do MST. São Paulo, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Diversidade Sexual no MST, elementos para o debate.** Caderno de Formação nº 05. Setor de Gênero. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Documento do I Seminário O MST e a Diversidade Sexual.** Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), 2015.

\_\_\_\_\_. **Juventude Sem Terra.** Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **LGBT Sem Terra:** o amor faz revolução. Youtube. 12min02s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>. Acesso em: 06 jul. 2020a.

\_\_\_\_\_. **Nós não voltaremos para o armário.** Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>. 2019b.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Por trás do monograma do Movimento LGBTQIAPN+**. Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516), v. 22, n. 02, p. 20, 28 nov. 2022.

PAIVA, Pedro Henrique Azevedo da Silva. **Arco-Íris no campo:** Etnografia da “Homossexualidade” masculina no ambiente rural. Revista Caderno de Gênero e Diversidade- Volume 1 ed. Paraíba,2015.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 110-112.

SANTOS, Marcos Andrade Alves dos; PRATA, Daniele Gruska Benevides. **Menino afeminado na escola rural.** In ANDRADE, L. N. Diversidade Sexual, gêneros e Raça: Diálogos Brasil-África / Luma Nogueira Andrade. Realize Editora: Campina Grande - PB, 2019.

SCHWENDLER, Sônia Fátima; VIEIRA, Else Ribeira Pires. **Diversidade de gênero e educação nas áreas rurais do Brasil.** Cad. Pagu [Internet]. 2022; (64): e226404.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A Epistemologia do Armário.** In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

\_\_\_\_\_. **How to bring your kids up gay:** The war on effeminate boys. In: Tendencies. Durhum: Duke University Press. 1991.

SIMÕES, Amanda Oliveira. **Construindo com Sabedoria:** as dimensões de (re)existência dos LGBTI+ Sem Terra no Brasil. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos). Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Tahyrine, Iyalê. **"Não basta só eliminar a violência", diz dirigente do coletivo LGBT do MST.** 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/22/nao-basta-so-eliminar-a-violencia-diz-dirigente-do-coletivo-lgbt-do-mst>>.

Vicente, Eliézer Reis. **O corpo dissidente na escola e na universidade:** narrativas (auto)etnográficas em correspondências. Teoria e Cultura - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFJF. v. 17 n. 3 (2022): Dossiê Autoetnografias: (In)visibilidades, reflexividades e interações entre “Eus” e “Outros”. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco:** que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria; CASTRO, Elisa (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEITZMAN, Rodica. **Tecendo deslocamentos:** relações de gênero, práticas produtivas e organizativas entre trabalhadoras rurais. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2016.

## **ANEXO I – Roteiro de entrevista**

### **Primeira parte**

1. Nome
2. Idade
3. Identidade de gênero
4. Orientação sexual
5. Cor/Raça/Etnia
6. Estado Civil
7. Nível de escolaridade
8. Local de residência (atual)
- 8.1 Se houve alguma mudança, essa se deu em virtude da sua identidade/orientação sexual?
- 8.2 Se não houve mudança, como é sua relação de vivência/sobrevivência no seu território?

### **Segunda parte**

9. Como conheceu o Coletivo? Fale um pouco sobre
10. Já havia participado de algum Coletivo, Organização ou MS que discutia questões de gênero?
11. Quais os maiores desafios e maiores potencialidades que você avalia sobre as pautas e temas de gênero e sexualidade no MST e no Coletivo?
12. Já ouvi falar do tema das masculinidades dentro do MST e do Coletivo? Se sim, poderia falar um pouco sobre?

### **Terceira parte**

13. O que você entende por masculinidades? Você acha que existe mais de uma forma?
14. Os papéis de gênero atribuído a homens e mulheres (cis e trans), a partir da sua experiência, são atravessados por essas formas de masculinidades?
15. Como você entende que essas masculinidades são (des)construídas ou não são?
16. Como as expressões *homem de verdade* e *mulher de verdade* são entendidas/lidas por você? Já as ouviu? Em que contexto?
17. Já precisou performar certos aspectos de masculinidade para ser ouvido/a e/ou reconhecido/a? Se sim, poderia descrever?
18. Você acha que existe um debate sobre masculinidades camponesas que precisar ser mais bem explorado e reconhecido?

## ANEXO II – Transcrição da entrevista com Silvano Leite

- Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2023

JCS: Queria dizer que essa entrevista é para fins único exclusivamente acadêmicos. Se você não quiser ser identificado a gente pode substituir o nome sem nenhum problema, é só você sinalizar. Eu posso gravar essa conversa?

SLS: Tranquilo, pode gravar.

JCS: Então, essa conversa ela está dividida em três partes: uma parte mais de apresentação, outra mais direcionada para sua relação com o MST e uma parte final mais relacionada com as questões das masculinidades. Como é que isso tem sido colocado em questão para você enquanto uma pessoa que faz e constrói esse lugar. Eu queria que tudo dissesse o teu nome completo, idade e identidade de gênero e orientação sexual.

SLS: O meu nome é Silvano Leite da Silva. Sou de Ouricuri do Estado de Pernambuco, no sertão pernambucano, onde se situa o Nordeste brasileiro e a caatinga. Tenho 37 anos e hoje eu me entendo como *gay*. Apesar de que, há quem diga que eu não seja “meramente” *gay*, seja uma outra letrinha dessa nossa diversidade. Porque eu tenho essa capacidade de me relacionar com várias pessoas. Sejam elas *gays*, lésbicas, héteros, trans ou enfim... qualquer uma. Então não tenho distinção de relacionamento. É como se fosse assim: eu me identifico como *gay*, mas a minha prática seria de pansexual, digamos assim. Apesar de que eu posso carregar uma preferência de me relacionar com homens... talvez seja isso que eu carrego a identidade de dizer “eu sou *gay*”, mas eu me relaciono com mulheres também. Às vezes eu falo para as pessoas: olha, se um dia tu me ver ficando com uma mulher é um *gay* que está ficando com uma mulher e não um bisexual. “Ah... o cara é *gay* ou não sabe o que que é, enfim”..., a questão da identidade, na verdade é o que menos importa. o que importa é ser feliz e estar bem com quem você possa estar.

JCS: Qual sua cor/raça/etnia e seu estado civil?

SLS: Olha, eu sou casado. Meu estado civil é casado, porque eu fui casado com a mãe do meu filho por 8 anos e desde que a gente separou a gente ainda não divorciou. Então, o meu estado civil, apesar de separados, é casado. E eu me considero, apesar de não ter as características físicas tanto assim, mas eu me considero como indígena. Porque os meus antecessores assim... a minha avó, meus avôs são puramente indígenas e tem essa mistura também com uma questão negra. Teve uma mistura e mistura com os brancos, mas eu sou antagônico a essa questão europeia e eu prefiro me classificar como indígena ou negro enfim... conforme o que tá no meu sangue.

JCS: Qual seu nível de escolaridade?

SLS: Eu tenho ensino médio completo e o terceiro grau incompleto e sou formado em Técnico em Agropecuária.

JCS: Sobre o local da tua residência, de onde você vem e se houve alguma mudança e se essa mudança se deu em virtude da sua identidade de gênero e orientação sexual e qual sua relação com seu território, de estar pertencido a algum lugar, nesse sentido.

SLS: Então, tem sim em relação direta. Quando eu vivi o relacionamento com a mãe do meu filho, que a gente que era entendido como um casal... nunca ninguém viu a gente com coisa. E aí quando eu me assumo em 2017 como uma pessoa *gay* a primeira pessoa que eu me assumi foi ela, depois com meus pais e isso depois viralizou. Se espalhou, então a gente percebe que, por mais que... não foi assim aquela questão que a gente também pensasse que fosse... num campo da homofobia, do preconceito, mas a gente sente o quanto tem um preconceito das pessoas e o quanto isso causa um desconforto. Só que aprender a conviver com esse desconforto tem um outro elemento fundamental no processo e influencia muito... e pode ser preconceito das pessoas, dos amigos e tal, mas como você ser um LGBT... digamos que não afeminado, que seja cis... então há uma aceitação... o preconceito ele é percebido, mas é um preconceito invisível. Porque não é um preconceito direto que você encontra quando a pessoa é um *gay* afeminado, é um homem trans, uma mulher trans ou lésbica... têm essas questões, então a gente sente uma aceitação por conta disso. Eu fico imaginando... eu senti um afastamento dos meus próprios amigos porque fica com aquela coisa... quem sabe é amigo e estará no mesmo espaço que o cara que assumiu, mas é porque está pegando, está ficando... Então a gente percebe que essa relação mental faz com que as pessoas evitem um pouco essa relação pessoal da própria amizade, para que não dê brecha para as pessoas dizerem isso. Tu está lá com um cara *gay*, tu está pegando ele então. Eu senti... eu sinto isso nos meus amigos, embora eu não mencione isso com eles. Mas eles falam “eu não tenho um preconceito”, mas eu senti a relação quebrada. Enfim, desde 2006 que eu sou militante do MST e nesse intervalo que eu me casei com a mãe do filho. Acho que em 2008, dois anos após, passamos oito anos casados e separamos. Teve um período que eu me afastei da militância, então... após a separação, após eu assumir essa identidade, “eu sou *gay*, eu sou isso, então não tem mais para que esconder”. Eu retornei... eu vim embora... é por isso que eu estou relacionando, porque tem certa influência sim, porque talvez eu nunca tivesse me assumido enquanto LGBT se eu ainda tivesse lá... na vida de casado. Então tem uma influência direta sim, porque quando eu separei quase que de imediato que eu voltei a participar da militância do MST em 2018. Daí então... não participava do Coletivo LGBT Sem Terra... eu voltei aqui em 2018 e no mesmo período que eu retornei também, eu fui fazer militância aí no Estado do Rio de Janeiro, onde eu passei 5 anos. Teve uma interrupção de uns 8 meses que eu voltei para cá, mas depois eu retornei aí para o Rio e aí eu participava do Coletivo LGBT Sem Terra e eu fui Coordenador Estadual do Coletivo Sem Terra no Rio de Janeiro. E sinto que foi muito importante esse processo, para além dos outros trabalhos da militância que a gente exerceu e que eu exercia aí no Rio de Janeiro. Eu estava pela Frente de Massa do Movimento Sem Terra (FM/MST) e organiza os assentamentos, acampamento... organiza os trabalhos, as ocupações de terra... então eu fazia parte desse conjunto chamado FM. Fui morar em um assentamento chamado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira em Macaé e quando eu cheguei de lá, não existia LGBT declarado, não tinha LGBT. Eu, um homem cis as pessoas tão pouco deduziam se eu fosse ou não LGBT e aí acho que com mais ou menos um mês depois que eu tive por aí e que teve uma Marcha Lula Livre, eu conheci um companheiro do Paraná chamado Alexandre. A gente passou os cinco dias da Marcha Lula Livre juntos... a gente se conheceu, se entrosou e tivemos um relacionamento ali durante cinco dias, a gente se gostou para caralho. E aí depois que eu retornei para o Rio de Janeiro, acho que um mês depois teve um curso de formação, acho que é um curso Nacional lá na Escola Nacional Florestan Fernandes que era um curso específico de Formação política para sujeitos LBGTs Sem Terra. Eu contactei o Alexandre lá no Paraná, eu falei: fala com tua Coordenação, vem para o curso, faz o curso também. E convidei ele para morar comigo no Rio de Janeiro lá no assentamento. Aí acabou que ele foi para o curso, o curso teve duração de uma semana, e do curso ele veio para o assentamento onde eu estava morando. Lá no assentamento, quando tivemos uma reunião, uma Assembleia Geral com 63 famílias e esse Alexandre já está presente também, a gente se apresentou como um casal LGBT, e eu disse: olha, esse aqui é meu

companheiro que está vindo morar aqui comigo. A gente tem uma relação e a gente vai ocupar a unidade de produção familiar aqui. Então para que ninguém tenha dúvidas sobre quem somos... então já está aqui colocado para todos vocês quem somos... LGBTs Sem Terra e enfim... Vamos viver essa realidade aqui junto com todos vocês. As famílias não tiveram nenhuma repulsa, apesar de elas serem conservadoras, serem evangélicas, enfim..., mas aplaudiram de pé e a gente era muito bem recebido nesse assentamento por todas as famílias. Até uma festa de boneca que fossem fazer convidavam a gente, sabe? Era um orgulho de chamar a gente: olha eu quero que vocês vão em um almoço lá em casa, eu quero que vocês venham para um aniversário, eu quero..., enfim e tem essa relação...

JCS: E em nenhum momento que vocês perceberam nada diferente por causa da orientação sexual de vocês, de tentar lidar de outra maneira, por que vocês eram identidades dissidentes ali?

SLS: Não. Na verdade, a gente decretou lá como um território livre da homofobia. Porque além da gente ter essa boa relação com todas as famílias, quando a gente ia para os trabalhos coletivos na roça... a gente plantava o feijão, abóbora, milho e outras culturas aí a gente sempre fez uma formação muito importante na roça mesmo e a gente sempre levava a nossa bandeira LGBT e levava a bandeira do MST e a gente fincava as duas bandeiras para ficarem tremulando lá na roça enquanto a gente estava trabalhando. Eu me sentia muito acolhido, nós nos sentimos muito, muito acolhido. Talvez não me sinta tão acolhido em outro lugar como eu me sentia lá. Tiveram até postagens de lá ser um território livre de homofobia no site do MST.

JCS: É interessante você trazer essa perspectiva porque é exatamente como a pauta de gênero vai entrar no MST e você já foi falando um pouquinho de como o Coletivo vai fazendo parte dessa dinâmica da tua vida, mas como é que você conhece o Coletivo? Qual é o primeiro passo para você entrar no Coletivo e dizer “não aqui é o lugar que eu vou poder exercer outras dinâmicas até sobre o meu próprio corpo” E se você já tinha participado de algum outro coletivo ou movimento social que discutia questões de gênero?

SLS: Quando eu retornei de fato para o MST em 2018, foi quando eu tive mais acesso direto: olha, aqui temos o Coletivo LGBT e que bom que você agora se assumiu como um, então você vai estar acolhido. Só que aqui no Estado de Pernambuco eu não me inseri no Coletivo aqui porque, eu retornei de imediato e já fui para o Rio de Janeiro. E aí, no Rio de Janeiro os companheiros lá da região da Regional lá de Macaé, a Regional dos Lagos e sabendo que eu era LGBT já me apresentaram ao Coletivo LBGT. Tive a oportunidade de fazer umas reuniões e de me inserir de fato no Coletivo e me senti também muito bem acolhido. É até importante destacar a importância do Coletivo LGBT Sem Terra, porque a gente sabe que em todos os setores da sociedade nós somos taxados de alguma forma por sermos LGBTs e não é diferente isso nos nossos acampamentos, sabe? Então a questão da homofobia, aqueles olhares, as conversas paralelas que traz desconforto para nós e principalmente quando se há um processo seletivo de famílias, ele é o último a ser... e olhe lá se é um selecionado. É porque não é entendido como família, não é entendido como capaz de produção, capacidade de produção, então têm todos esses preconceitos. O quê que um “viado ou uma sapatona” vai fazer aqui na roça? E é através dessas formações, do surgimento do próprio Coletivo, do debate nos espaços de acampamento, assentamento e qualquer outro espaço do Movimento que a gente traz, introduz essa pauta LGBT tão necessária para a gente poder garantir o nosso lugar no próprio Movimento ou na sociedade como um todo. Então, e nesse sentido tem sido muito bom e por exemplo, a nossa vivência lá nesse assentamento no Rio de Janeiro trouxe, de fato, o quanto a nossa capacidade produtiva... porque nós trabalhávamos muito, nós enquanto LGBTs. Nós

conseguimos ser exemplos de produção no assentamento, nós produzíamos na unidade de produção familiar bastante, uma diversidade de culturas e produzíamos no coletivo junto com as famílias na área coletiva lá. Então, a gente basicamente puxava a produção e o debate da importância da produção coletiva instigando e organizando... então o pessoal via isso, tenho certeza. Que era exatamente esse lado também bom da nossa existência no assentamento que fazia as pessoas não terem preconceito. “Os caras são trabalhadores, os caras são gente boa”, entendeu? Viam a gente como inteligentes. Tipo, “os caras são inteligente”, estão coordenando o Movimento, organizam aqui a comunidade, organizam a produção, a comercialização e nós temos na comunidade um outro ar que não tinha antes deles. Então, tudo isso fazia com que eles gostassem e ainda gostam muito, muito mesmo da gente.

JCS: É muito bom poder ouvir, porque não é uma regra. Alguns espaços são espaços de tensionamento. Quais são os maiores desafios que você observa hoje de ser um LGBT Sem Terra? Dentro desse espaço, você tem um lugar de acolhimento, mas em outros espaços você viu ou vivenciou outras formas de tratamento? E quais são as maiores potencialidades de se autoafirmar essa identidade LGBT Sem Terra?

SLS: Então, nessa questão do acolhimento é um acolhimento total, só que aí a gente sabe que como o Movimento é muito grande e essa pauta LGBT ainda é uma pauta recente se a gente for fazer o histórico de 2015 para cá. Então assim, é claro que é uma pauta necessária ainda, então você percebe que ainda existem atritos... digamos assim... não comigo, eu não estou falando de mim, mas estou falando de forma geral, porque ainda existe no nosso Coletivo uma diversidade e a gente vê que os tratamentos da diversidade, principalmente quando está relacionada ao homem trans e a mulher trans, a gente percebe ainda uma resistência, um preconceito, não tem como que eu possa descrever essa “parada”; tipo, mas é uma questão que a gente continua a defender, a debater e enfim..., é óbvio que hoje no Movimento, nos nossos espaços do Movimento não dá para comparar com o antes. Hoje nós temos uma evolução muito grande em todos os sentidos, sabe? É uma necessidade de a gente fortalecer o debate, principalmente na base, entendeu? Porque assim..., nós vamos realizar um encontro Estadual aqui em dezembro, que todo ano a gente faz. Então vêm pessoas de acampamentos novos, que ainda não tem muito acesso ao debate, têm pessoas que não tem costume de participar das atividades, por exemplo: de encontro, de cursos..., então têm uma diversidade de pessoas e de idades também que a gente vai sentir resistência em alguns. Você vai ouvir falas homofóbicas de alguns ou não. Você vai encontrar resistência e é preciso que a gente esteja constantemente debatendo, só que hoje a gente pode dizer, que em função do Movimento ter abraçado essa causa, essa bandeira..., “hoje nós estamos no céu”... no próprio Movimento, por que a homofobia e essas questões era muito fortes e hoje no nosso Caderno de Normas e Princípios e colocado que qualquer tipo de homofobia, assim como racismo ou intolerância religiosa... a pessoa que está cometendo esse tipo de essa ação, ela vai ser punida, podendo ser pedido o afastamento dela da organização, conforme a gravidade da situação. No próximo ano a gente vai ter o Congresso, nós estamos rumo aos 40 anos do MST e vamos realizar o sétimo Congresso Nacional. E aí nesse congresso a gente vai fazer atualização do Programa Agrário do MST e nessa mudança do Programa Agrário do MST a pauta LGBT que não estava tão explícita ou então não existia nas outras edições e ela agora vai entrar na pauta direta do Movimento para que firmar os LGBT Sem Terra também fazem parte da luta e são povos oprimidos pelo sistema e nós temos que estar... dando uma atenção maior dentro do Programa Agrário para essa pauta, assim como a pauta racial e é uma outra pauta também que na história do Movimento não tem foco. Nunca teve um foco tão especial, precisa ter um foco se você for fazer uma análise básica do nosso Movimento também ele é negro, 70% dos povos sem terra são negros, então... não é que ela é inexistente, mas ela precisa ser mais aprofundada digamos assim, entendeu?

JCS: São debates que são necessários em todos os aspectos e segmentos da sociedade, mas principalmente dentro do maior movimento social da América Latina. Enquanto um lugar de possibilidades e de dissidências que são visualizadas cotidianamente. Você já tinha escutado falar sobre masculinidade dentro do MST dentro do Coletivo, se esse tema foi pautado em algum momento, se existiu esse debate, se não existiu. Entendendo a masculinidade enquanto uma forma de pensar sobre identidades e construções dessas identidades no campo para pensar sobre outras masculinidades dentro do MST.

SLS: Olha só, para ser bem sincero a pauta específica eu desconheço. A masculinidade é pautada dentro desse debate do gênero. Que aí quando se debate gênero, quando se debate o feminismo ou quando se debate essa questão do próprio LGBT, da homofobia, da heteronormatividade, do patriarcado..., a gente está basicamente pautando essa pauta da masculinidade, mas ela não vem como uma pauta específica. “Hoje vamos debater a masculinidade e o que é a masculinidade agora no período contemporâneo, o que é o que é ser macho hoje? Como é que nós estamos entendendo essa relação do que é ser homem. Ser homem é o quê? É ser esse “macho alfa” pegador, raparigueiro e que chega batendo na mulher em casa e que bate em “viado” na rua... o que que é ser macho?” Então acho que essa pauta do que é ser macho precisa ser pautada de fato. E qual é o macho que nós precisamos ser? Quer dizer, que para eles serem machos não precisam dessa violência toda... com LGBTs, com mulheres e com quer que seja... isso não é ser macho. As pessoas podem respeitar a diversidade sem precisar da violência e nem precisar ter relação tipo, para eu ser respeitado enquanto gay, se você é ou não é você não precisa me desrespeitar por eu ser gay nem eu preciso te desrespeitar por você ser hétero e nós podemos conviver harmonicamente em qualquer espaço. Nós não somos obrigados.

JCS: Isso é um diálogo que fala sobre masculinidade. Como é que você faz essa leitura sobre o que é essa masculinidade, que você já pontua, seja colocada enquanto padrão e como é que isso tem se colocado na sua vivência e experiência e na sua trajetória dentro e fora do Movimento?

SLS: É porque uma questão é você pensar o que é a masculinidade existente e o que é a masculinidade que a gente almeja que fosse, entendeu? Tipo, como é essa relação como é... porque assim, hoje é a masculinidade, de forma geral, principalmente o macho hétero, parece que só é macho... esse macho que a gente vê hoje é esse macho escroto, que para ele ser macho é tem que estar dando cantada nas mulheres, se exibindo para cada mulher que passa, não pode ver uma mulher com uma roupa “x” que já fica se exibindo para o ela e que para ser macho ele tem que ser “o pegador”. Aquele cara que tem que estar com uma e com outra e que tem várias mulheres ao mesmo tempo, então para ele o sinônimo de ser macho é isso. Porém, para mim enquanto o pessoal LGBT vivendo nesse contexto social da luta, esse é o macho que é o menos macho para mim. Porque para a pessoa ser macho ou ser homem ela precisa respeitar as outras pessoas como um todo, não tem que ter diferença, não tem que estar com esse comportamento diante das mulheres, principalmente, para ele ser macho ele não precisa ter um comportamento que cause desconforto em todo mundo, mas não só para as mulheres. Nós enquanto sujeitos LGBTs, nos sentimos ofendidos tanto quanto as mulheres, nesse sentido. Então, o macho que a gente defende esse macho que respeite a diversidade, que respeita as mulheres, que respeitem uns aos outros... que não precisa estar se afirmado enquanto macho. Nós temos um ditado que diz: um rei que precisa mostrar a sua coroa, ele perde a majestade. Então, se tu para provar que é macho tu tem que estar se exibindo tu perdeu tua majestade. Tem que estar provando toda hora para a sociedade que tu é macho.

JCS: Você acha que esse lugar dessa masculinidade performática, que é mostrar esse lado masculino de autoafirmação é mais uma maneira de dizer que essa masculinidade está sendo colocada à prova?

SLS: Exato, como se ele tivesse que provar toda hora, como no exemplo que eu dei. Como se ele, enquanto o rei, tivesse que mostrar toda hora: olha, eu sou rei... eu sou rei... me respeita, como rei que eu sou... aí ele perde a majestade. Ele não precisa daquilo, não precisa mostrar a sua coroa para dizer que é rei: ou ele é ou não é. Geralmente, no contexto aí eu tenho percebido muito que, principalmente, quando são os caras *gays*, não sei se a gente poderia dizer assim, com essa palavra, mas tipo, quando é um cara que “curte” também a diversidade... principalmente no sigilo, escondido... são os caras que estão mais homofóbicos, entendeu? Existe também essa parada aí das pessoas de criarem um escudo de quem ele é usando o aparato da masculinidade, da forma que os machos agem... provando que é “macho sem ser”, digamos assim. Então, quando você vê uma pessoa muito nesse sentido de estar toda hora provando a masculinidade é porque não é e existe uma questão, que quando você vai ver a fundo, ele não é tão macho assim como está toda hora ali provando que é. Quanto mais ele prova que é macho, mais ele deixa de ser.

JCS: Quando você se entende enquanto um homem *gay* é como se você negasse essa masculinidade. É o lugar do homem de verdade e da mulher de verdade diante de uma autoafirmação da sua própria identidade. Você como homem *gay*, provavelmente já deve ter escutado, em algum momento que ser um homem de verdade é performar uma cisnatividade, constituir uma família, ser um homem que o ideal de sociedade admite. Como é para você pensar sobre essas expressões dentro desse lugar de autoafirmação da masculinidade enquanto denominador para pensar sobre o que a sociedade vai colocar para os corpos dissidentes nesses espaços.

SLS: Uma referência a essa questão é que a gente sente muita cobrança, eu penso que de fato a sociedade ainda hoje tem isso: do que é uma família, do que é ser família e se você pessoalmente é camponês e está fora desse padrão entendido... aí também uma coisa muito importante de ser falado aqui dessa normatividade da sociedade é que a gente tem que lembrar que a raiz de tudo, inclusive se você for fazer análise profunda do patriarcado, racismo, da homofobia... é a religião. É a religião que molda a sociedade e aí tudo está relacionado todas as outras coisas... estão correlacionadas com a religião. E essa questão de você ser um camponês, principalmente, mas não só o camponês, já que nós estamos relacionando aqui o camponês. É como se fosse uma coisa da cidade, entendeu? Uma coisa do diabo, digamos assim. Não era nem para existir e quando existe lá no campo é pior ainda. Como é que pode um viado na roça? O que diabos que tu está fazendo aqui? E pegando essa relação aí... que traz que a família tradicional camponesa que é aquela família que está cheia de “menino buchudo” para dar “de comer” e que está na roça. É... e quando você, enquanto LGBT no campo, quebra esse protocolo é uma ação revolucionária. Vou dar um exemplo: lá no assentamento que eu mencionei aí do Rio para nós é uma ação revolucionária porque a gente chegou, trouxe o debate, trouxe a construção e estamos aqui vivendo essa realidade na prática. Então, lá em Ouricuri na comunidade onde eu morava com a mãe do meu filho, eu também já tive a experiência de morar com... de quebrar esses protocolos assim. “Bom, eu sou *gay* esse é o meu companheiro e a gente está morando aqui. Vocês já me viram morar 8 anos com a mãe do meu filho. Agora vocês também estão me vendo morar com o meu companheiro aqui”. Essa questão é uma quebra de protocolo. Principalmente quando você é o pioneiro nessa situação na comunidade. Nas duas comunidades eu sou pioneiro dessa situação. Só para tu ter noção, tem um outro um outro rapaz lá na comunidade que ele hoje é assumido, mas ele foi embora para São Paulo e lá que ele se assumiu,

lá para os lados de São Paulo. Enquanto ele estava na comunidade ele não tinha coragem de se assumir e nós enquanto LGBTs... ele sabia de mim eu sabia dele. Quando eu me assumi ele se afastou de mim: “é, fiquei sabendo que você se assumiu enquanto gay..., do tipo, “me evite”. “Eu olhei assim... eu não estou nem ouvindo isso?”

JCS: Vai se colocando no lugar de violência, nesse recorte de violência sutil e simbólica que está aí permeando todas essas discussões e vai se afastando desse lugar do acolhimento.

SLS: Se tem uma coisa que nós temos é a solidariedade para com os outros... se você vai ficar jogado na rua, mesmo que não tenha espaço suficiente, mas a gente coloca... a gente se ajeita porque onde cabe um cabe 100.

JCS: É interessante você trazer esse lugar do pioneirismo assim, porque o primeiro é a ruptura e depois é que você vai observar as outras ramificações.

SLS: E às vezes eu fico me olhando nesse processo... como é um ato heroico, por que assim... olha, na verdade, só para tu entender o processo... eu passei a vida inteira sabendo eu sou uma pessoa LGBT, até por que... pelo menos desde os quatro anos de idade que eu tenho envolvimento sexual e a vida inteira foi assim, em todas as fases da minha vida que você imaginar eu tive contatos sexuais com meninos e meninas a vida toda, mas quando você se torna adolescente... adulto aí você vai tendo uma outra mentalidade e aí você vai entendendo a sociedade da qual você está inserido e você começa a se proteger daquela sociedade. Responder que você não é aquilo, que você não faz aquilo e você se vira no sigilo... então em uma fase da vida eu não entendi. Eu sou gay, eu gosto de homem e essa parada enfim..., não é nem de mim eu sou essa pessoa e não é uma questão de opção, como muitos acham que é. E aí passei oito anos, durante o tempo todinho eu houve um período de não aceitação do menino, né? Tipo, de não... aí por isso que você se casou, por isso que você foi... que tudo isso é resposta para de toda a sociedade que você está dando de alguma forma, mas aí quando chegou um período que eu cansei daquilo, eu digo “foda-se, eu quero saber não”. Eu botei na minha mente o seguinte: olha, eu vou ser quem eu sou, por que eu já não estou aguentando ser quem eu não sou. Fingir eu já finge por muito tempo, enfim... e quem quiser ser meu parente, amigo, irmão vai ser dessa nova pessoa. Eu não quero ninguém, não vou nem ter remorso quem não quiser estar perto de mim, pode ser meu pai. Eu queria falar com meu pai. Olha que meu pai teve muita resistência a isso, meus pais. Eu olhei assim para eles: olha só, é isso que eu sou e eu não vou mais fingir para ninguém, nem para o senhor, se o senhor não me aceitar como eu sou, se o senhor não quiser ser meu pai por eu ser gay, eu também não quero ser seu filho. Simples assim, eu não quero ninguém perto de mim quem não me aceite, eu não preciso de ninguém, absolutamente de ninguém. “Tchau, beijo no ombro”, porque eu vou priorizar quem me aceita quem está comigo... então eu sei que eu não vou ficar chorando atrás de ninguém não, se o senhor não me aceitar... você é pai de um filho gay, saiba disso... mas o senhor não é obrigado a me aceitar, se você quiser me rejeitar como filho eu te rejeitarei como pai. Eu botei na mente isso: se tu quer ser meu amigo tu seja, mas se tu não quer... eu não preciso de você, não vou ter remorso não, vou lamentar que a pessoa pensei que era amigo, pensei que era irmão, pensei que era próximo e me abandonou nas horas que mais preciso. Teve um dia o meu pai ficou eufórico, quando soube que eu que eu sou gay, principalmente por que é muito religioso e essa questão do casamento para eles é sagrada. Eu nunca quis casar e eles só viviam me “cantando” assim: casar... casar... casar... tem que casar na igreja e eu já fiz a maior besteira na minha vida que foi ter me casado no civil, eu sei que isso foi um erro gravíssimo e eu não vou potencializar isso. Um dia que meu pai veio conversar comigo dizendo que meu irmão que mora em São Paulo, estava muito triste por conta disso. Foi no dia que eu coloquei essa situação para ele, que eu

não preciso de ninguém aqui que não me aceita. Aí eu fui e coloquei uma história, a história da águia e o cara a criava com as galinhas e eu contei para o meu pai. Eu vou te contar. Eu quero contar uma história para o senhor: tinha um homem que criava uma águia junto com as galinhas e um outro dia chegou um outro homem lá e ficou: nossa e essa águia aqui junto com essas galinhas. Aí o homem: não, ela não é mais, ela é uma galinha, ela deixou de ser águia. Ela come com as galinhas, cisca igual as galinhas, dorme ali no poleiro com as galinhas. Não, ela não deixou de ser águia ela continua sendo uma águia. Não... aí ficou naquele embate, né? Aí o cara: me permita: pegou a águia e jogou para cima para ela voar, só que a águia, igual uma galinha voou pouco e voltou lá para as galinhas. Viu? Que ela é uma galinha. Aí ele: Não, ela não é uma galinha, ela continua sendo uma águia. Por mais que você queira que ela seja uma galinha, ela ainda é uma águia. Aí ele: me permita de novo. Aí pegou a águia e foi lá para uma montanha alta, no topo de uma montanha que tinha um abismo e soltou a águia e a águia voou como águia e não voltou mais, ganhou os céus e voou. Eu falei para o meu pai: eu sou essa águia, eu passei muito tempo vivendo igual galinha, mas eu sou uma águia. Então o senhor entenda isso, eu sou uma águia e eu não vou voltar a ser uma galinha para agradar você nem mais ninguém, eu vou agradar a mim mesmo. Primeiro agrado a mim, primeiro eu amo a mim para depois andar ao próximo, um pouco mais próximo de mim sou eu e se eu não estou bem eu não vou fazer ninguém bem. Então eu vou dizer quem eu sou, independente... eu não vou viver para ninguém. Eu não vou uma vida tipo farsa para ninguém... então, quem quiser ser meu amigo vai ser desse cara aqui. Aí ele se convenceu... e fim do debate.

JCS: Você viu distanciamentos e/ou aproximações quanto a esse lugar do pioneirismo de se assumir num assentamento no Rio de Janeiro e em outro no interior de Pernambuco e como é que foi essa construção e como foi pensar sobre isso nesses dois espaços? Que são espaços diferentes, mas você enquanto esse mesmo sujeito, articulando nesse mesmo lugar, mas em espaços diversos.

SLS: Pegando por essa questão do pioneirismo pelos dois ambientes, começando aqui pelo local que eu morava aqui em Pernambuco... eu ainda considero que moro lá, apesar de eu estar cumprindo uma tarefa aqui. E aí eu digo que sou pioneiro, porque de fato anteriormente a mim não teve nenhum LGBT assumido, não me recordo, ninguém... não teve nenhum caso até então de algum LGBT, seja homem ou mulher, de se identificar como tal. Então, é você ser a primeira pessoa a “dar a cara a tapa”, assim e também entender a realidade daquela comunidade com referência a esse novo indivíduo ali e a influência que eu tinha naquela comunidade, eu era o presidente da Associação da comunidade. Era tudo eu na comunidade enquanto presidente da Associação e quando você se assume enquanto um LGBT você fica com aquele sentimento de: vou decepcionar todo mundo.

JCS: Como se a gente tivesse uma dívida com as outras pessoas.

SLS: Tem uma coisa que a minha irmã me disse uma vez que é muito interessante a reflexão, que ela disse assim: você pode ser a melhor pessoa do mundo para a sociedade mais uma falha sua faz desmerecer tudo... essa visão que a sociedade tem de você. Você é um cara supimpa, inteligente e um cara que tá trazendo tudo, mas só pelo fato de você ser gay numa comunidade é como se você... tirasse de você tudo aquilo que as pessoas tenham sobre você, porque agora é um “viado”. Como se você não fosse nada, porque tu é “viado”. Eu estou sendo a melhor pessoa do mundo. Então é isso. Na prática, eu não senti na profundidade e eu me surpreendi com a minha comunidade, sabe? Porque quando eu me assumi enquanto um LGBT lá, olha o que aconteceu: primeiro os amigos mais próximos meu e da minha ex-companheira ficavam mandando mensagem para ela perguntando sobre os fatos. “É verdade? Se separaram por isso

e por aquilo...”. E como a gente passou ainda uns dois ou três meses, no máximo, ainda no mesmo espaço enquanto se resolia, porque a gente teve uma separação pacífica, muito pacífica, até hoje eu tenho uma boa relação com a minha ex-companheira, importante também dizer. E aí, as pessoas ficavam mandando mensagem para ela, porque elas não tinham coragem de me perguntar. “Cara, tu é viado? Tu assumiu que é gay? É isso?” E aí ela: “olha aqui, meu amigo está perguntando isso aqui...”. Ela estava me mostrando as mensagens. Aí eu pegava o celular dela em mandava um áudio: “é verdade sim, meu amigo. A gente separou por isso e por isso e por aquilo”. Eles têm um medo de constrangimento, por isso que ficavam se sentindo mais seguros de perguntar para ela do que a mim. E aí tiveram muitos amigos que disseram assim: olha, você pode ser quem você quiser, você pode... a vida é sua e jamais vou deixar de ser um seu amigo, de ter você como irmão por isso e por aquilo. E aí tiveram vários acolhimentos, só para tu ter noção... mais diretamente no campo da homofobia, só teve um primo meu e o pai dele que foram muito antagônicos e muito violentos nas suas falas quando souberam que eu sou gay. Fizeram muitos comentários pesados: que para eles eu não era mais da família, que para eles eu tinha morrido, que era um cabra safado. Um monte de coisa assim, só que eu sou do tipo de pessoa que não costumo dar ouvido a coisa negativa. Uma outra reflexão que eu trago é da comunidade ser uma comunidade camponesa, tradicional... e vem a televisão, as novelas e as muitas histórias de casais e pode não trazer na mesma perspectiva que a gente gostaria de trazer, mas centrais... então para elas um caso desse é um caso de novela, digamos assim, entendeu? Eu senti que essas questões também influenciaram muito na aceitação da comunidade. Só para tu ver, tem um outro primo meu que ele tinha uns trejeitos, mas ele nunca teve coragem de se assumir. Ele foi embora para São Paulo para poder viver essa realidade lá distante e nunca mais ele voltou e eu me lembro quando ele morava lá na comunidade ele tinha um pouquinho de jeito afeminado... digamos assim, um pouco delicado, mas ele nunca se assumiu como gay, mas as pessoas “brincavam” com bullying. Eu era criança, mas eu me lembro de ter presenciado diversos ataques das pessoas verbalmente com ele e eu ficava muito “puto” com aquilo. Ele foi embora para São Paulo, se assumiu como um gay, tem um companheiro dele, mas ele nunca mais se sentiu à vontade nem passear aqui e faz muito tempo. Olha, eu acho que faz mais de 20 anos que ele foi embora, na época ele foi embora acho que eu devia ter uns 7/8 anos e eu estou com 37 anos hoje. Tem uns 30 anos ou algo parecido que ele foi embora e nunca mais ele voltou. E aí outro dia eu conversando com ele, ele estava colocando que realmente ele foi embora por conta da homofobia, por conta disso que sofreu, muita repressão e nunca teve coragem de se assumir enquanto LGBT lá. Ali não era o lugar dele, ele foi para longe. Está igual esse último que disse que eu ia evitasse de falar com ele, foi embora para São Paulo e se assumiu enquanto LGBT lá em São Paulo... ele não teve coragem de se assumir aqui. Então, eu continuo sendo pioneiro, o mais interessante é que eu assumi de carteirinha e eu não tenho problema de conversar, de debater sobre o assunto com ninguém. Na casa da mãe da minha ex-esposa, mesmo depois que a gente separou... um dia a gente estava com umas 10 pessoas: irmã, irmão, parente, primo... conversando sobre o assunto, sobre isto... aí a mãe dela disse assim: olha, vocês formavam um casal tão lindo, elogiados pelo povo. Aí eu olhei para ela: é de fato era, mas quem sabe o que estava se passando na relação éramos nós, que estávamos sendo felizes ou não. E aí eu pergunto para a senhora: a senhora preferia que a sua filha vivesse um relacionamento infeliz a vida inteira e nós estivéssemos infelizes a vida inteira para agradar esse aspecto da sociedade ou cada um viver a sua vida, mas de forma feliz e da forma que se sente bem? Aí com essa questão do pioneirismo no Rio de Janeiro também... eu sinto que no Rio de Janeiro... eu sinto que fui acolhido aqui, mas eu sentia meio que um distanciamento daquelas pessoas que diziam que não tinham preconceito, está entendendo? Não pararam de falar comigo, eram gentis, mas tinha um distanciamento que eu senti. Nitidamente um distanciamento. Já aí no Rio de Janeiro eu me senti 100% acolhido. Fui muito bem, aceito muito bem acolhido, nunca senti uma... pelo menos no PDS Osvaldo de Oliveira eu nunca senti

uma repressão. Eu nunca senti um antagonismo. Nunca senti essa homofobia invisível, entendeu? Me sentia muito bem acolhido pela comunidade como um todo... acolhido, respeitado e defendido também. Qualquer pessoa que ficasse com qualquer ato de homofobia as pessoas me defendiam. Só para tu ter uma noção, quando a gente faz uma reunião da Associação da comunidade e nós temos um grito de ordem que a gente fala assim: “o patriarcado destrói, o capitalismo faz na guerra, o sangue LGBT também é sangue Sem Terra”. Esse grito de ordem que é nosso, e que nós que chamamos no Coletivo, mas lá no PDS Osvaldo de Oliveira não éramos nós que chamávamos, era a própria para comunidade que puxava o grito. Eu achava o máximo, porque em outros locais é como se a gente tivesse que estar impondo o nosso grito, nós temos que seguir e sustentar enquanto LGBTs, mas lá se você colocasse a bandeira para ornamentar o espaço: cadê a bandeira LGBT que não está aqui? Ficavam cobrando essas paradas.

JCS: É muito bom isso, porque existe uma perspectiva de pensar quem é essa identidade dissidente no campo, de pensar sobre a trajetória das outras pessoas. Como é que essas histórias vão se cruzando. Os nossos corpos são esses lugares de batalha. Porque, na imensa maioria das vezes a gente tem que dar a cara mesmo para poder se entender... para poder pleitear alguma coisa de outras maneira. Mas para você, performar certos aspectos de masculinidade, em algum momento, foram melhores para você ser ouvido ou nunca foi preciso você ser esse masculino/másculo/viril que se porta de uma maneira que a sociedade espera desse homem, que é lido enquanto cisnORMATIVO.

SLS: Eu tenho muita reflexão sobre essa questão, por exemplo hoje: por que eu sou masculino? Aí eu posso dizer para você que essa questão ela está relacionada a minha própria forma de ser... se eu tivesse um jeito afeminado, eu seria de boa. Até porque, não é uma forma de esconder a minha sexualidade. Então, eu penso que hoje... se a gente for fazer uma análise mais profunda a gente vai começar a entender que essa formação de como você é uma construção social também e quem sabe, por mais que eu não sinta essa necessidade de ser diferente de quem eu sou, mas quem sabe a gente também se sinta mais seguro por ser assim, entendeu? Como é que seria você ser um “gay afrescalhado”, afeminado ou que se vestisse com roupas femininas e qual seria a aceitação daquela comunidade ou daquelas comunidades... e você ser um cara assim gay que... muita gente olha para mim e diz assim: “tu não parece ser gay!”. Eu escutei num curso na Escola Nacional Florestan Floresta e eu não me apresentei enquanto LGBT, só me apresentei. E o meu companheiro que é daí do Rio de Janeiro, o Alexandre Gomes foi para passar um final de semana no curso e lá eu apresentei ele como meu companheiro e muita gente ficou sem entender: como assim companheiro? Aí teve uma companheira que olhou assim e disse: Caraca, eu pensei que tu era hétero top”. Pelo amor de Deus, né? Tu foi fundo. Se eu tivesse que nascer mil vezes nenhuma delas eu queria nascer hétero. Se você for analisar os héteros hoje é realmente uma coisa eu não queria ser hétero em nenhuma vida, na moral.

JCS: Para a gente ir se encaminhando para o final... o que que você acha desse debate sobre as masculinidades camponesas? Se ele precisa ser mais bem explorado? Se ele precisa ser reconhecido?. Como é que você observa hoje essa construção dessa masculinidade e a partir do que você já vivenciou e do que você tem pensado dentro do Movimento?

SLS: Sim, eu penso que essa questão da masculinidade camponesa, ela precisa ser um debate urgente principalmente no nosso convívio. Enquanto MST, a gente já discute sim a masculinidade camponesa e dentro das nossas pautas de gênero e da própria pauta LGBT, mas o que ela precisa ser cada vez mais intensificada para que o homem do campo não continue a ser aquela pessoa rude e não continue a ser aquela pessoa grossa. Eu acho que existe uma

diferença do homem do campo para o homem da cidade, principalmente dos homens ainda na ignorância, que os caras têm que para ser macho tem que ser “peitudo”, tem que ser valente... tem que ser machista, tem que trazer a violência em todos os sentidos. Então há uma necessidade de a gente cada vez mais aprofundar o debate para que os homens... para que nós, homens do campo entendamos que não tem essa necessidade de ser assim... que a gente pode ser camponeses e camponesas e podemos conviver harmonicamente com as diversidades e que todos nós somos produtivos independente da sexualidade. O debate ele tem que perpassar essa questão da virilidade, da masculinidade, do homem viria ou do homem alfa... que geralmente, não sei se pela falta do acesso ao conhecimento as pautas as questões o homem do campo se torna um pouco mais bruto, precisa ser mais lapidado com mais sabedoria e cautela, com mais cuidado por conta que existe essa rebeldia. Que é imposta, não é culpa dele também... é historicamente criado. Ele é um espelho da sociedade da qual ele está inserido. Tanto é que eu olho para o meu pai e nas colocações dele, na forma que ele vê as coisas... é muito complicado, porque ele ali é um reproduutor de uma realidade que historicamente foi implantada ali no convívio dele. Então, ele é um acúmulo do processo histórico da comunidade... a comunidade machista, homofóbica, patriarcal e que condena qualquer coisa que seja fora do padrão estabelecido por ela mesma. E aí, a religião que influencia muito tudo, que ser gay é um pecado e isso é coisa do demônio e você vai ser condenado por Deus. Só para tu ter noção, uma vez minha mãe pegou a Bíblia e ela estava lendo em silêncio. Depois ela me deu a bíblia numa parte onde falava sobre o adultério e sobre a questão que homoafetiva e aí na Bíblia falava assim: Que Deus condena quem causa adultério, um homem que se deita com homem como se fosse mulher e que Deus condena essa prática... aí eu li e tal, não fiz nenhum comentário, a priori, no dia seguinte eu falei assim: “oh mãe, ontem a senhora me deu aquela Bíblia para eu ler aquela parte lá onde está dizendo que Deus condena a prática de um homem que deite com outro como se fosse como uma mulher... então eu... pelo menos desse pecado eu estou livre porque quando eu deito com outro homem eu deito como se fosse com outro homem mesmo, se fosse para deitar como se fosse com um mulher eu procurava uma mulher então. Fica tranquila, que eu não vou para o inferno por esse pecado não”.

JCS: É isso, é esse lugar de pensar sobre como é que você vai fazer com o que as outras pessoas entendam que aquilo é errado a partir do seu olhar e colocando sempre esse lugar do: “ah isso não é certo para mim. Então não deve ser para você”, mas é você viver a realidade. A gente vive a realidade do outro durante muito tempo e viver a nossa própria realidade é uma ruptura. É um ato de pensar sobre nós mesmos que às vezes a gente não consegue fazer.

SLS: Exatamente. Então, tu está moldado pela sociedade... como se nós, de certa forma, ainda com mais entendimento possível vai vivendo para a sociedade... que nós estejamos respondendo aos estímulos da sociedade como um todo. Infelizmente ainda é assim, nós não temos de fato livre arbítrio como a gente acha que tem. Você pode até ter o livre arbítrio, mas você vai ter consequência. E no campo da verdade eu sempre entendi... eu sempre defendi que a verdade ela não existe, a verdade é uma coisa relativa.

JCS: Isso é discurso. Quem diz sobre os nossos corpos somos nós, mas quem dita sobre os nossos corpos são outras pessoas, que querem que o discurso delas seja um lugar de pertencimento para a gente. Então, se a gente nega o nosso próprio lugar de existência e de resistência quem é que vai dizer por nós? São exatamente esses lugares de pensar sobre como é que esse discurso essa... coisa do pensar sobre um homem de verdade, a colocação de uma masculinidade enquanto o lugar de pertencimento, uma masculinidade que seja essa masculinidade ideal, a masculinidade do casal de comercial de margarina. São esses lugares que a gente precisa ressignificar de algum modo. E aí, para fechar: eu queria que tu falasse um

pouquinho sobre a sua experiência de vida. Como é, para você, ser um homem gay vivendo num mundo que viola nossos corpos e anula nossas existências? Enquanto a construção individual e coletiva, estar no Coletivo, estar no movimento social, mas também estar no mundo, que são espaços que precisam estar conectados, mas nem sempre estão.

SLS: Exato. Então assim, estar no Movimento, estar no coletivo LGBT Sem Terra para mim traz uma questão de um espaço de segurança. É um espaço que eu, por exemplo, posso ser quem eu sou. Antes do Coletivo LGBT existir, nós enquanto sujeitos LGBTs, no próprio Movimento a gente vivia... ou não tinha essa questão de se assumir nos espaços ou você vivia oprimido pelo próprio Movimento. Então, quando um companheiro começa, por algumas situações, a puxar o debate sobre a construção da própria luta é construído o Coletivo LGBT e com isso é que nós todos como LGBTs tivemos esse espaço dentro da organização, que a gente sente com um espaço seguro. Por sermos LGBTs, de forma geral, nós sentimos, no universo... nos distintos espaços... nós fazemos uma leitura no ambiente e a gente sente. Qual o ambiente mais ou menos seguro para a gente se portar como um sujeito LGBT, entendeu? Então a gente sente, em vários espaços que eu não mencionei para ninguém que eu sou um LGBT, já em outro você faz aquela leitura e quando você se apresenta você também se apresenta enquanto um LGBT Sem Terra. Então tudo está relacionado ao campo da segurança e de estar confortável no ambiente. Já trazendo para a questão da masculinidade uma coisa, sou eu um homem cis que se passa por hétero em vários espaços. Então a gente tem essa faceta de passar aqui na rua e tranquilo: “é um cara passando na rua”. Enquanto LGBT você não se sente tão inseguro, mas isso para todos nós. Já quando você passa na rua e você é um LGBT explicitamente... você tem outros traços que fogem do padrão, como a gente está falando aqui, então a gente se sente invadido pelos olhares, pelos comentários... quando não sofre a violência verbal ou a violência física. Como já tiveram muito de nós LGBTs que foram assassinados simplesmente por ser LGBT... por ser uma mulher ou um homem trans, então... o nível de violência é muito alto... a cada 29 horas uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Eu tenho um sentimento de gratidão pelas pessoas trans, drags... LGBTs que dão a cara a tapa... foram esses/as que fizeram nós sermos quem nós somos hoje. A história hoje na contemporaneidade de ser LGBTs como são hoje, de se pronunciar enquanto tal, de falar, de estar nos espaços de sermos quem somos... de postar um vídeo numa rede social dando um beijo em alguém ou declarando o seu amor para uma outra pessoa do mesmo sexo isso se dá porque muitas pessoas já morreram, que já deram a cara tapa, que estão aí na rua sofrendo toda a violência que ela sofre por nós. Eu me sentindo seguro nos espaços, mas eu sei que esse o nível de segurança é distinto para cada LGBT. Terão espaços que você vai estar que você não sabe que você pode sofrer alguma violência de comportamentos, de olhares, de toda violência ou de fala de alguém por você ser um LGBT. Então, você sente isso. E aí, você evita de comentar que você é um LGBT para evitar constrangimentos. Só que eu faço dessa questão um trabalho de base, sabe? Tipo, eu sempre abarco a oportunidade de debater sobre os assuntos com diversas pessoas. Então, já debati em locais muito distintos... de jogar até elementos históricos para as pessoas entenderem que nós somos extraterrestres, nós somos pessoas que desde o princípio estamos aqui. Se tu foi lá em São Raimundo Nonato no Piauí onde tem as pinturas rupestres nas paredes, os homens pré-históricos já pintavam sobre as práticas sexuais de homem com homem, então o negócio não é de hoje. Eu acho importante a gente ter esse conhecimento.

JCS: Eu gostaria muito de agradecer pela nossa conversa sobre esses temas que são tão importantes e emergentes e que às vezes a gente nem conversa, vai deixando passar e só vai vivendo e esquece que às vezes é bom conversar sobre as coisas, mas eu queria muito agradecer a você nesse sentido.

SLS: Eu que agradeço e estou à disposição. Espero que tenha contribuído de fato com o processo.

JCS: Muito obrigado.

### **ANEXO III – Transcrição da entrevista com Mateus Meneses Quevedo**

- Entrevista realizada no dia 06 de dezembro de 2023

JCS: Mateus, queria te agradecer pela disponibilidade e informar que essa é uma conversa para fins meramente acadêmicos e você não quiser ser identificado só sinalizar. Essa conversa vai ter três partes: um pouco para conhecer você e entender a sua perspectiva dentro do movimento e um pouco mais sobre os temas das masculinidades, além da sua identificação mais geral. Gostaria de saber se não tem problema gravar.

MMQ: Não tem problema não.

JCS: Eu queria que tu se identificasse: nome, idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor/raça/etnia, estado civil, nível de escolaridade...

MMQ: Eu sou Mateus Meneses Quevedo, sou do Movimento dos Pequenos e das Pequenas Agricultoras (MPA), tenho 27 anos, sou homem cis... sou branco, solteiro. Tenho ensino superior completo, sou formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

JCS: Qual seu local de residência atual? Se houve alguma mudança e se essa mudança tem alguma relação com a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Caso não, qual é a sua relação de vivência e sobrevivência com o seu território de origem.

MMQ: Eu sou de Parambi no Rio Grande do Sul, que cidade que fica no noroeste do Estado e eu moro atualmente em Brasília, eu vim aqui cumprir uma tarefa do Movimento, trabalho na Secretaria de Educação. Na verdade, eu não vou muito para Parambi. Meus pais estão lá, eu vou não mais para lá tanto assim porque ficou um pouco mais caro de visitá-los..., mas assim, claro que, por exemplo: lá se torna um lugar um pouco inóspito porque meus pais são da Assembleia de Deus, então essa questão da igreja é bem complicada, mas é nesse sentido.

JCS: Mas existe ou existiu alguma resistência quanto a sua identidade de gênero e orientação sexual nesse sentido?

MMQ: Com certeza! Eu sempre fui... nunca tive medo de ser o que eu sou... então sempre foi militante fora de casa, dentro de casa a conversa já era outra. Então assim, faz muito pouco tempo, inclusive, que os meus pais vieram a ter conhecimento. Na verdade, eles sempre souberam, mas a gente sempre tem essa necessidade de assumir, como se fosse uma responsabilidade minha tem que fazer isso.

JCS: Isso meio que segue um padrão e é interessante porque você vai pensando sobre essas estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, como você conheceu o Coletivo LGBT do MST? E como é que essa discussão permeia também a Via Campesina? Naquela coisa de pensar sobre estratégia de sobrevivência de identidade dissidentes no campo.

MMQ: Então, o que acontece: eu entrei em 2016 o MPA e participei do acampamento do Levante Popular da Juventude em 2016 que aconteceu em Belo Horizonte e lá a gente faz, enquanto MPA, uma intervenção que era: meninos beijando meninos, uma menina beijando uma menina e um casal hétero se beijando no sentido de que toda forma de amor vale a pena e tal e eu acabei me envolvendo com essa intervenção. No retorno eu comecei a ficar mais

próximo do MPA, nós ocupamos a Universidade naquela questão do Projeto de Emenda à Constituição 55 (PEC/55). Eu comecei a militar com mais frequência, participar das formações e tal e em 2017, eu fui participar de uma Escola Camponesa da Memória que aconteceu em Salvador. Lá eu fiquei sabendo que ia ter uma caravana, que ia fazer várias visitas do pelo interior do Nordeste, começando no Sergipe e ia passar em Alagoas, Pernambuco, Piauí e eu entrei. Isso foi em abril, que a Escola da Memória geralmente acontece em março/abril. Em outubro desse ano ia ter um encontro do Movimento dos Atingidos por Barragens no Rio de Janeiro e eles estavam construindo uma Brigada de Preparação, para o encontro. Aí eu fui participar enquanto MPA dessa Brigada e lá, durante o encontro, o pessoal do Coletivo LGBT do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) falou que ia acontecer uma formação para LGBTs Sem Terra organizada pelo MST na Florestan e que seria muito legal alguém do MPA participar. Eu conversei com a minha dirigente e a gente conseguiu organizar a minha participação. Eu fui e foi a primeira vez, inclusive que eu tive contato mais direto com o próprio MST foi a partir do Coletivo LGBT. E aí o mundo se abriu... Muito interessante, muito importante, todos os temas que foram trabalhados lá, a própria questão do patriarcado, eu acho que é bem demarcado no sentido do sistema patriarcal, como ele oprime os homens. Principalmente as mulheres, mas os homens também são oprimidos por esse sistema. Principalmente os homens da base trabalhadora. Eu vi, a possibilidade de construir também um Coletivo LGBT dentro do MPA. Foi a partir de segunda formação que teve, se eu não me engano foi em 2018 ou 2019, que teve mais uma formação que participei... eles organizaram uma mesa da Via Campesina e eu fui falar pelo MPA e coloquei toda essa construção. Depois a gente acabou organizando o próprio Coletivo da Via Campesina, a gente já fez agora o Segundo Seminário Internacional, presencial já que o primeiro foi virtual, da Via Campesina LGBT. Inclusive, agora durante a Conferência que está acontecendo da Via Campesina Internacional na Colômbia teve a primeira mesa falando sobre a questão da diversidade sexual e gênero... inclusive é uma questão bem importante porque, em alguns países a própria questão da participação das mulheres é vedada nesses espaços de articulação mais políticos e tal. Então, ter um espaço como esse na Via Campesina que é um organismo... que é movimento social internacional, um dos maiores que tem... que é camponês, da agricultura familiar camponesa e indígena é muito importante. E esses passos que a gente deu aqui no Brasil também foram importantes, principalmente os passos que o MST deu.

JCS: Que maravilha e foi o teu primeiro contato com um movimento social que teve essa questão da sexualidade pautada com mais afinco? No sentido de que, as questões de gênero já permeavam essas discussões, mas elas não entravam com tanta facilidade. Porque é uma articulação um pouco difícil você tratar sobre temas de gênero permeando rural a partir de homens gays no campo, de homens de modo geral. Como é que se observa essa perspectiva?

MMQ: Então, assim... enquanto o sujeito LGBT a gente tinha uma construção do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade... e é importante ressaltar que a universidade que eu estudei é um *campus* interiorizado, então é um *campus* que vem com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Então a gente tinha ali um processo coletivo, que eu era de setor de combate das opressões chamado Coletivo de Transformação em que a gente fazia alguns debates, principalmente nessa visão mais voltada para o campo. Na verdade, não só para o campo, mas o interior como um todo assim, tanto áreas rurais e áreas urbanas. Só que, a presença de movimentos sociais era muito ingênua nesse espaço, durante o encontro do MAB, por exemplo, a gente teve um espaço para LGBTs que foi autogestionado e a gente também organizou o momento em Sergipe do Movimento que falou sobre esse tema, isso em 2018. Essa roda de conversa que a gente teve durante a Escola da Memória em 2018 que aconteceu em São Paulo foi depois, já como um resultado desse processo

de participação; mas assim, de forma organizada, estruturada... com começo, meio e fim a gente tinha um processo de preparação maior e um nível de articulação maior também nesse espaço de formação do MST.

JCS: E nesses processos preparatórios de formação, quais eram os maiores desafios e as maiores potencialidades de pautar esses temas?

MMQ: Olha, o que eu coloco sempre é que eu acho que a gente tem uma questão de gênero, porque o machismo ele ainda ele é muito forte no campo... então a gente tem essa questão de gênero e a gente tem uma questão de raça... que é aquela coisa da interseccionalidade do debate, mas a gente tem também uma questão que tem a ver com uma questão geracional, que é um grande desafio por que a nova geração chega com muitas informações... e a juventude também tem esse caráter de tensionar o que já está colocado e transformá-lo. Então eu acho que essa questão geracional pega muito, mas uma outra coisa que eu acho que é fundamental a gente pensar é que, por exemplo: no MST eles conseguiram levantar essa pauta porque eles tinham uma força social dentro do Movimento, o que que isso significa? Existiam muitos sujeitos e eles estavam organizados e se articulando para colocar essa pauta e eu acho que isso faz todo sentido no sentido de que você consegue garantir que essa pauta apareça. Tem uma questão também que eu acho que é importante a gente colocar, que muita gente coloca também, que tem a ver com o identitarismo no sentido de que é necessário a gente organizar esses processos trabalhando a questão do indivíduo, mas entendendo também que a gente está circunscrito em um processo mais amplo coletivo de formação social. Acho que esse tema é um tema que avançou muito que inclusive eles tinham muito dessas identidades culturais da pós-modernidade e tentam colocar a gente, quando a gente pauta essa questão, como pós-modernos. Então eu acho que o combate ao patriarcado tem nos ajudado a ter uma unidade maior enquanto movimento social, enquanto força social das LGBTs. Tanto que, por exemplo a gente nem utiliza a questão do *queer* a gente usa “LGBTI+”, inclusive intersexo não é nem identidade pautada. Mas são questões que a gente vai estudando, debatendo, entendendo e compreendendo com o tempo e a gente acaba tendo que militar. “Eu não queria militar pela causa LGBT, mas eu não tenho muito para onde fugir, né?” A não ser que eu queira construir um movimento camponês LGBT só para LGBTs por exemplo, mas aí a gente também vai ter outras questões. Esse é uma questão, por exemplo: como as mulheres camponesas que montaram, que estruturaram e que construíram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), elas colocam muito “a gente já estava cansada de gritar dentro do próprio Movimento”. Eu acho que tem essas questões também... enquanto potencialidades, eu acho que a grande potencialidade que já aparece aí e que eu acho que tem que ser colocado, inclusive nas pautas políticas dos movimentos sociais, que tem a ver com a aliança entre o campo e a cidade. No sentido de fortalecer esses vínculos entre as organizações que são mais urbanas com organizações que são mais rurais. Acho que todos os projetos, pelo menos que a gente tem trabalhado em cima leva, muito afundo com essa questão de fortalecer essa aliança porque, por exemplo: os LGBTs e as LGBTs que são da cidade elas já estão num processo de organização, de confluência e de incidência muito grande também. Então é uma das potencialidades no sentido, inclusive, de construção do que a gente chama de soberania alimentar. Eu acho que as LGBTs têm um papel fundamental nisso, principalmente permanecendo no campo, só que a permanência no campo é uma questão muito... como eu posso dizer... interessante do ponto de vista antropológico. Esse lugar mais machista, mais ríspido... eu acho que também tem a ver com essa questão da gente construir um campo, um território que seja adequado para as LGBTs permanecerem produzindo alimentos, porque eu acho que o nosso inimigo que é o patriarcado, o capitalismo, o sistema financeiro e as grandes corporações que tenta invadir os nossos territórios e se beneficiam muito com esses esvaziamento. Principalmente dando outra cara para o espaço, elas dão vida, elas dão

diversão aquela coisa toda, enfim... eu acho que quando tem uma LGBT não tem paz, mas também não tem tristeza, não tem fome principalmente; que eu acho que é um processo bem complicado. Por exemplo, na Paraíba tem um estudo agora do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que eu quero entender melhor é uma das questões que aparecem que as LGBTs são umas das identidades que mais sofrem com a fome, principalmente as que estão no campo que são mais empobrecidas e é muito porque as travestis por exemplo, acabam reproduzindo... na verdade a sociedade reproduz com elas e há essa troca simbiótica... reproduzindo o machismo no sentido de que elas são as esposas que apanhando do marido que bebe, que cuidam da mãe, que tem que cuidar da família, que ficam em casa... Enfim, então acho que várias questões a gente precisa compreender e estudar melhor.

JCS: É interessante tu trazer isso de como as identidades LGBTs assumem esse lugar de cuidado e às vezes o lugar do cuidado é o lugar do feminino... para a gente pensar um pouco também nesse espaço das masculinidades ou da masculinidade construída nesse processo. Você já ouviu falar do tema das masculinidades nos Coletivos que você faz parte? Como é que essa questão sobre a masculinidade camponesa ou do campo chega para esse primeiro contato nessa discussão?

MMQ: Olha, assim... a gente tem organizado alguns espaços dentro do Movimento dos Pequenos Agricultores e eu acho que enquanto Coletivo da Via que é o lugar de onde eu posso realmente falar com maior propriedade... o que a gente chama de novas masculinidades, mas na verdade eu acho que a grande questão é a gente conseguir compreender como o Brasil, por exemplo, é um país misógino. E você começa a desconstruir as raízes desta misoginia... E aí a gente vai ver que tem patriarcado, que tem o próprio capitalismo, o próprio racismo e o colonialismo... E na verdade a gente sempre coloca assim: que a gente constrói um novo homem e uma nova mulher, mas ele/ela não pode esperar as mudanças mais profundas acontecerem a gente é que tem que causar elas. A gente vai conseguir causar elas a partir do momento que a gente ressignifica nossa própria vida. Por exemplo, têm algumas questões que são mais materiais, por exemplo, nós tivemos, enquanto MPA, a construção de um movimento que tenha, pelo menos, a metade da participação na direção, por exemplo, seja de mulheres, pelo menos 50%. Então, essa é uma questão de uma construção real no caso. É uma questão material que aparenta ser feliz no dia a dia. Enfim, ela não é um tema, assim, que a gente consegue colocar com tanta potencialidade, por exemplo, porque é um tema importante, mas às vezes ele não é emergente. O que a gente tem tentado organizar e eu acho que é muito importante é fortalecer o feminismo camponeses popular, porque a questão da diversidade sexual e de gênero também está implicada dentro do feminismo popular, essa construção de novas relações de gênero. Eu acho que também aparece por aí quando as mulheres conseguem participar com maior protagonismo dos espaços, acabam abrindo espaço para que debates como esses apareçam; se não fosse a participação das mulheres, por exemplo, esse tema das novas masculinidades não apareceria com tanta questão. Então acho que é mais ou menos esse sentido sim. A gente chegou a fazer algumas oficinas sobre novas masculinidades junto com a formação para LGBTs.

JCS: E essas novas masculinidades, como é que como é que você observa essa pluralidade? Esse existir de novas formas, a partir da sua experiência enquanto um homem gay que atravessa esse lugar das novas masculinidades ou de uma masculinidade que não é aquele padrão ideal ou estabelecido. Como é que você pensa a partir disso, pensando sobre o seu território, o seu corpo, os lugares que você ocupa.

MMQ: Então, eu acho que a gente precisa compreender que a masculinidade é muito tóxica para a luta de classes e a gente sabe que, por exemplo: Eu tenho uma visão de que o fascismo

mesmo ele tem uma raiz ali na humilhação masculina quando o homem não consegue sobrepor as suas vontades ele acaba utilizando a violência. Então a gente também tem visto isso no sentido de que a gente precisa superar essa questão, que é uma questão está para nossa geração organizar e eu acho que, inclusive... a gente precisa compreender como é que a gente pode fazer isso. E eu acho que estabelecer acordos coletivos, pelo menos nos movimentos sociais, isso é muito importante e a luta das mulheres pode nos ajudar a garantir isso. Então, quanto mais a gente conseguir que as mulheres participem, se organizem, sejam elas heterossexuais, lésbicas ou trans... mais a gente vai ter uma pluralidade nesse sentido da tomada de decisão, porque a gente sabe, por exemplo, que existe esse pacto da masculinidade que às vezes, inclusive, as próprias LGBTs também são convidadas a participar, se você tem um “passabilidade”. Então eu acho que a gente tem dois caminhos: um caminho que é de ajudar os nossos companheiros a entender que eles são tão explorados quanto as mulheres e que na verdade essa ideia de ter poder sobre o corpo das mulheres não passa de uma falácia, para exatamente conseguir oprimir eles... porque no capitalismo, a luta de classe nos diz assim: “você precisa trabalhar, mas você precisa trabalhar porque a sua mulher precisa ser cuidada e você precisa garantir que a sua família...”, porque isso também acaba tendo mais responsabilidade nesse patriarcado. Então, a gente ajuda os nossos companheiros nesse sentido... e dizer que eles não têm poder realmente nenhum, se a gente for parar para pensar na luta de classes ampla e acho que a gente precisa possibilitar a construção e autonomia das mulheres tanto em espaços que elas estejam auto-organizadas, em espaços autogestionados pelas mulheres... que eu acho que é muito importante as organizações terem os seus coletivos... coletivos de gênero e garantir a construção, a participação, protagonismo e empoderamento delas. Acho que essa questão também é muito pertinente, porque às vezes a gente acha que a luta feminista ela está no alto grau, mas é a mesma coisa que a possibilidade de soberania alimentar. São nichos. Enfim, acho que é uma luta feminista é uma luta de toda a sociedade que quer se libertar e libertar as mulheres..., a gente tem a construção do feminismo camponês popular que é muito importante para a gente fortalecer as mulheres, ao mesmo tempo em que a gente vai combatendo os machistas, os “micromachismos” e não é uma tarefa fácil, a gente acha que é assim... muito fácil muito tranquilo, mas é na hora do “*fight*” que a gente vê realmente quem é que tem o poder de decisão, quem é que domina a questão financeira nas organizações... acho que a gente tem muito caminho pela frente, mas eu acredito muito sério que os movimentos populares são sempre uma vanguarda: eles estão sempre na fronteira do que a civilização, a humanidade tem de melhor nesse sentido humanístico. Então, acho que o que os movimentos sociais estão fazendo é muito importante nesse sentido. Acho, também, que é fortalecer o 8 de Março, por exemplo, que é a luta da jornada das mulheres. Tem que ver que, por exemplo, a Marcha das Margaridas tem um papel fundamental e elas têm colocado esse tema da diversidade sexual e do gênero também e é o maior movimento que a gente tem no Brasil hoje é a Marcha das Margaridas... no sentido de gente na rua, pautando... então, eu acho que é muito importante a gente fortalecer cada vez mais a organização das mulheres, ao mesmo tempo que a gente vai ajudando nossos companheiros a se libertarem do machismo também.

JCS: Até para pensar sobre como as mulheres assumem esses lugares da masculinidade, né assim mulheres lidas em lugares de poder ou performando uma identidade não necessariamente feminina e como é que isso atravessa também essas formas de masculinidade. E você já mencionou um pouco, mas queria que você pudesse explorar um pouco mais sobre como esses papéis atribuídos aos homens e as mulheres são pensados a partir dessa experiência das mulheres masculinizadas ou dos homens afeminados e como é que isso tem sido pensado a partir dos movimentos de luta pela soberania alimentar e pela reforma agrária... como é que esses espaços incorporam essas performances masculinas de homens e de mulheres, cis e trans,

a partir desses processos pensado a partir do patriarcado, do machismo e dessas reverberações todas que compõem essa construção social a partir dessa luta.

MMQ: Olha, assim... a gente tem muito esta questão das mulheres que são dirigentes há muito tempo que a gente fala que elas foram se embrutecendo, nesse sentido da brutalidade ser uma característica masculina, para poderem se impor e poderem ser ouvidas e eu acho que também tem essa questão. Têm duas questões quando a gente fala da diversidade sexual porque às vezes é: “tudo bem se você é gay, desde que você seja masculinizado”, “tudo bem você ser lésbica, desde que você seja feminina”, eu acho que é muito importante a gente demarcar também a construção da diversidade de gênero dentro das organizações. Isso não é uma coisa fácil de se fazer, não é uma tarefa que está dada e eu acho que a gente precisa de mais travestis, por exemplo, como “dirigentes” dos movimentos sociais e hoje a gente têm poucas. Eu conheço até que é uma do MST, mas teve um momento que ela teve que ser afastar do Movimento e aí passou a ser mais da Via Campesina agora ela está mais nas instâncias do MST no setor de Educação, no MPA eu não conheço nenhuma travesti que seja “dirigente” no seu Estado. Eu acho que isso é muito ruim... no MAB já conseguiu enxergar também que estão nas instâncias que são trans. Acho que a gente precisa organizar um espaço para que essas sujeitas e esses sujeitos apareçam e organizar para que o movimento seja um espaço em que elas têm essa possibilidade porque eu não consigo assim... fugir muito disso assim. Por exemplo no MPA, a gente tem pessoas que estão na nossa coordenação e que são LGBTs num número bastante significativo, mas ainda assim elas são muito heteronormativas... então acho que ainda falta para o MPA, nesse sentido, essa construção de possibilitar essas questões, porque eu tenho percebido muito que, geralmente essas pessoas que são trans ou travestis nesse caso... estou colocando assim no sentido de que realmente essa nova masculinidade, esse corpo de homem, mas que é feminino, esse corpo de mulher, mas que é masculino aparecem com maior frequência... eu acho que também tem várias questões que estão colocadas ali que é um suporte que a gente precisa às vezes, muitas vezes dá, no sentido de que são pessoas que sofreram muito traumas, que às vezes são mais voláteis... isso tudo das que já apareceram no MPA. Então a gente precisa ajudar para que elas consigam ter uma estrutura que as ajude a quando tiverem espaços de decisão elas estarem segura, a gente precisa possibilitar isso. Isso é construir essa nova ideia de masculino e feminino, senão não vamos conseguir.

JCS: É um debate interessante porque ele vai ter sempre algo novo para a gente pensar sobre estratégias a partir dessa masculinidade que é construída, mas também é desconstruída. Como é que você entende e lida com essas perspectivas desse lugar do homem de verdade e da mulher de verdade e essas desconstruções do masculino, do feminino ou das masculinidades, de um modo geral.

MMQ: Por exemplo, eu acho que enquanto MPA a gente não vai conseguir dar nenhum passo sem conseguir ter uma formação para as LGBTs e para os dirigentes sobre a questão LGBT, a gente avançar nisso e sem avançar nisso, politicamente, a gente não consegue construir porque sempre vai ter aquele medo... eu acho que as pessoas precisam entender que os corpos são diversos, nós somos quase oito bilhões de pessoas no planeta e são só dois gêneros mesmo? Está certa essa conta? São coisas que a gente precisa ir entendendo... a gente tem, por exemplo, as companheiras do Peru que são trans e tem nos ensinando tanto sobre essa questão da transexualidade, de ser transgênero e existe um estigma tão grande sobre isso. Essa questão do próprio do agricultor ou da agricultora, são pessoas que estão muito brutalizadas já na sua visão, como a pessoa que é atrasada... mas a gente tem visto muito as pessoas se colocarem. Então, parece que essa questão da transexualidade, por exemplo, não pode aparecer nesse lugar do campo, quando na verdade pode e deve e é uma coisa que já estava lá. A gente precisa realmente

abrir a mente para conseguir compreender por que, por exemplo, sem construir uma nova territorialidade a gente não vai conseguir ter uma reforma agrária, a gente não vai conseguir ter a soberania alimentar que a gente tanto luta e eu acho que não é uma coisa que espera a outra... a gente vai construindo os caminhos enquanto o caminho também é feito e a gente vai entendendo quando surgir. Então acho que o nosso maior desafio nesse momento agora, enquanto organização, é realmente garantir maior espaço de decisão, de participação efetiva desses sujeitos, porque senão a gente não vai conseguir avançar. Porque a gente pode ter um discurso muito legal, muito bonito, mas lá na ponta o movimento não consegue absorver.

JCS: É um processo de construção coletiva e gradual. É pensar sobre como é que esses espaços de ressignificação têm nos afetado de alguma maneira. E você, enquanto indivíduo que está inserido nesses processos camponeses, da identidade camponesa... já precisou performar masculinidades mais acentuadas para poder ser ouvido ou reconhecido. Se existiu, de algum modo, ou como é que você lida com esse lugar de ser um homem assumidamente gay que está em espaços que são construções coletivas, a partir dos movimentos sociais, e que não necessariamente performa essa masculinidade ideal ou imaginada socialmente.

MMQ: Sempre que a gente precisa, por exemplo, entrar em algum território que eu não conheço a primeira visão que a gente quer que as pessoas tenham é de que a gente representa o Movimento e para representar o Movimento parece que às vezes você precisa realmente performar essa coisa mais masculina. Só que eu já entrei num estágio que eu estou mais preocupado no sentido das pessoas verem a diversidade do Movimento do que parecer qualquer outra coisa. Então eu tenho isso também de forma disciplinada porque às vezes até o próprio “instinto de sobrevivência” em alguns tipos de territórios levam a gente a performar uma certa masculinidade. Então eu também tenho tentado me policiar, nesse sentido, para que realmente eu consiga passar... porque o que eu já percebi é que as LGBTs... estão em todas as partes, em todos os lugares, então, às vezes é importante que eu seja eu mesmo para que realmente outras LGBTs que estão escondidinhas se revelem. Eu acho que também tem essa questão pedagógica de se colocar, acho que o movimento empodera muito a gente, no sentido de ser a gente mesmo, porque quanto mais eu sou eu mais eu consigo ajudar os outros, de se somar com outras pessoas. Então as organizações da esquerda, pelo menos a gente tem que sempre buscar essa questão da... não é uma individualidade ou uma identidade, mas eu acho que é uma coisa da essência, quanto mais mostrar nossa essência mais eu consigo me somar com a essência dos outros. A gente não pode ser uma massa amorfa que... claro que se a gente se comparar com oito bilhões de pessoas nós não somos ninguém, mas eu acho que a vida humana precisa dessa subjetividade que nós somos e eu acho que a gente precisa despertar essa vontade também nas pessoas, porque se a pessoa é machista ou violeta comigo o problema não é meu, o problema é dela. Ela que está perdendo uma oportunidade de me conhecer ou então de entrar no Movimento, porque a gente tem acordos coletivos sobre essa questão. Então acho que é mais ou menos nesse sentido, por exemplo: o meu pai, que é hétero e super machista, eu não vou conseguir convencer ele, mas eu posso conviver com ele e mostrar que na verdade, no fundo, ele está errado, mas não vou ficar “batendo de frente” o tempo inteiro porque não é uma luta que eu quero travar... eu acho que a gente tem coisas mais importantes para lutar e que oprimem os dois de formas muito parecidas.

JCS: Você já visualizava essas novas masculinidades ou é algo que você tem entendido agora, mais recentemente, de como lidar com isso, de pensar sobre outros aspectos, de reconhecer também o seu espaço, de se entender nessa masculinidade que é fora desse padrão e como é que você consegue articular isso? De entender as masculinidades enquanto essas construções, mas

deixar livre para que elas também sejam colocadas a vista, sem que a gente precise estar as anunciando, deixando que isso seja um tema mais amplo e discutido livremente.

MMQ: Eu vou fazer uma analogia agora que eu acho que é importante, porque eu acho que a nossa sociedade ela é muito mais do que só machista, misóginia e patriarcal... o mais violento possível. Eu acho que tem sim um país que é muito misógino e eu acho também, inclusive, que por exemplo: eu tenho muito cuidado com a questão das crianças, porque como eu sou gay as pessoas falam: “tal criança é gay, ele é gay, né?” Ah, ele pode ser que ele quiser, se ele for gay não sei o quê, não sei o quê...”. Então, quando você fala que a pessoa é gay é porque ela transa com outros homens, com pessoas do mesmo sexo... tem atração física e emocional por outras pessoas no mesmo sexo, só que são crianças. “Como que aquela criança ali é gay se ela não transou ainda?”. “Ah, mas então ela está performando uma feminilidade que não é aderência ao corpo de homem... que é um corpo de criança que tem um órgão masculino e tal...”. Existem uma sexualização muito grande das relações humanas e eu acho que a questão sexual e o sexo são produtos que o capitalismo tem utilizado muito para vender essa questão do fetiche que está muito presente. E eu acho que a gente precisa tomar muito cuidado, nesse sentido, e a questão geracional vai nos ajudar muito a compreender essas coisas, já que existe muito esse debate de que “é ou não é”, por exemplo: eu quando era criança, eu não sabia se eu era gay, mas as pessoas falavam: “você é viado!”. E aí tipo, quer saber: “foda-se eu sou viado e daí? qual que é o problema?”. Enfim... acho que também tem essa questão, que precisa tomar muito cuidado, nesse sentido, para a gente não colocar as pessoas em caixinhas. A mesma coisa que eu falo, às vezes, sobre sair do armário: “ah, fulano de tal precisa sair do armário”, mas a pessoa quer sair do armário mesmo? Para ela está bom viver aquilo ali no escondido? Porque às vezes vai ser mais prejudicial para ela se assumir, do que ela permanecendo no armário com saídas esporádicas. Existem essas questões das relações humanas que a gente precisa tratar com mais cuidado, entendendo que cada pessoa é diferente uma da outra, mas que existem questões que estão no nosso tempo e que são do espírito do nosso tempo a gente precisa saber. Eu queria responder a tua pergunta desta forma, no sentido de não fechar com uma resposta, mas no sentido de colocar alguns elementos para debater.

JCS: E esse armário é um regulador, é um processo de regulação da identidade.

MMQ: É, essa coisa de: “você precisa se assumir! Eu tenho que ir ao Jornal Nacional falar isso? O que que está acontecendo? Como é que é isso?”

JCS: É como essa regulação, a partir dos corpos alheios, vai ser pensada a partir das nossas experiências e a partir disso você começa a questionar várias coisas: porque você não performa um homem, porque você não é homem... então tem que se pensar sobre essas estratégias até de sobrevivência. E você acaba reproduzindo esse lugar do machismo e do patriarcado porque é um “lugar de segurança”. “Ah, estão me lendo como viado, mas eu vou dar uma segurada aqui e vou reproduzir o que eles reproduzem para eles acharam que eu sou igual a eles. Acho que toda criança viada, viveu um pouco disso, de ser colocada fora do armário.

MMQ: Exatamente e é muito complicado.

JCS: Pois é, e para a gente se caminhando já para o final... eu queria que tu falasse um pouco sobre como é que essas masculinidades são camponesas precisam ou devem ser debatidas Você acha que existe um debate sobre masculinidades camponesas que precisa ser melhor explorado? E como é que a ampliação desse debate vai contribuir, também, nessa na luta pela reforma agrária, contra as formas de opressão e violência, pelos processos de pensar sobre essas

articulações múltiplas de espaços de construção coletiva de fato. Existe um processo de reconhecimento dessas masculinidades camponesas que são plurais e diversas... queria ouvir um pouquinho de tu nesse sentido.

MMQ: Eu acho que a gente chama dos novos rurais e a gente tem um debate, enquanto Juventude da Via Campesina da América, que se chama “Voltar ao Campo”. Nos últimos 10 anos aqui no Brasil mais um milhão de jovens saiu do campo. Geralmente, quem saí primeiro são as mulheres, que vão trabalhar na cidade e tudo mais. O que a gente precisa realmente é “construir uma nova forma de construir o campo”. Eu acho que assim, a reforma agrária é fundamental, acho que o MST, é um exemplo dos movimentos sociais do Brasil que, nesse sentido, eu acho que “a gente precisa realmente pensar um novo território, novas territorialidades e obviamente que esses espaços criam novos sujeitos e esses novos sujeitos criam esses novos espaços, então acho é que esse exercício de reconstrução”. A agroecologia trabalha a diversidade e a natureza, então a diversidade está em tudo. Tudo que é mono, é ruim, é chato, é violento, é positivo, é fascista também, por exemplo: tudo que é muito bipolar... a gente está vendo o momento da política que as coisas são muito extremas também e tudo leva à guerra, um contra o outro... lá dentro, lá embaixo e faz com que a questão hoje no Brasil, por exemplo, não é a questão da participação das mulheres ou das LGBTs na política... a questão é a estrutura política que não permite a participação ampla, por exemplo. Quando a gente luta, por exemplo, por reforma agrária a gente está querendo coletivizar essas terras e são debates muito amplos e que eu acho que às vezes se perde um pouco no sentido de construção. Porque, quando a gente quer que os LGBTs que participam do MPA não é para que a gente “tome o MPA para si”, porque às vezes parece que é isso para alguns companheiros; mas a gente quer construir um território diferente... o território em que a juventude não saia do campo, e a gente sabe que uma boa parte do campo que sai é exatamente por causa dessas relações estão ali colocadas.

JCS: É interessante você trazer algumas questões de como essas lutas se encaminham e caminham juntas. Para fechar, eu queria que você falasse sobre você, a partir desse lugar. Como foi esse “armário” para você? E como foi se entender a partir de um homem gay pensando nesses espaços das masculinidades diversas no campo?

MMQ: Olha, para mim o que faltou muito... que eu não tive, foram informações. Eu acho que essa coisa de você ter dúvidas e você não tem com quem poder contar e confiar é muito ruim, porque você acaba suscetível a situação que às vezes você não precisaria passar, se sujeitando a opressões, a violências que você poderia nem ter entrado. Então acho que, a gente precisa conversar, falar que existe, que tem, se colocar, se mostrar... realmente a questão da visibilidade, da diversidade é muito importante. A gente acha que são palavras colocadas ao léu, mas eu lembro muito quando a gente fez a primeira formação LGBT mesmo, que eu ajudei a organizar e tem uma muito interessante que eu queria citar para você colocar aí, que é a história daquela ossada que foi encontrada, que ela estava fraturada e a historiadora que encontrou esse osso coloca que foi ali que a gente se dividiu entre o que é a humanidade, porque aquele osso ali demonstra que alguém se machucou e não foi abandonado, que foi cuidado e foi carregado. Então assim aproximado, eu acho que essa questão do cuidado é muito importante e a gente não cuida sem dar informações, sem nutritir, sem dar esperança, sem se organizar. Essa questão toda foi a que mais me ajudou em todos os momentos que eu me vi sozinho e como um problema e não na verdade como um todo coletivo que passa por várias questões e que sabe que existe e tem. Acho que tem essas questões todas... a gente não é errado. Eu acho que a maior questão é que não existem um inferno que vai estar lá só para a gente ser colocado... acho que também tem essas coisas da igreja, que são “uó”.

JCS: São muitas questões aí que nos atravessam. A gente não está sozinho, na verdade a gente já não estava sozinho, mas nos deixaram achar que estávamos sozinhos. É conseguir dar continuidade e se juntar para se fortalecer nesses processos. Queria te agradecer por essa conversa.

MMQ: Obrigado pelo convite e oportunidade de poder falar.

JCS: Muito obrigado.

#### **ANEXO IV – Transcrição da Entrevista com Regivaldo Silva.**

- Entrevista realizada no dia 06 de dezembro de 2023

JCS: Essa é uma conversa para fins acadêmicos mesmo, então se você não quiser ser identificado, por algum motivo, é só sinalizar. Queria saber se a gente pode gravar essa conversa e ela está dividida em 3 partes: uma apresentação mais geral e a gente vai entrando no tema para ir finalizando como é que isso tem sido pensado a partir das suas vivências e experiências. Num primeiro momento, eu queria que você se apresentasse.

RS: Sim, pode gravar. Eu sou Regivaldo Silva, mas todo mundo me conhece por Regis Silva, sou um homem gay, cis, tenho 40 anos, solteiro, pardo e tenho ensino superior completo.

JCS: Qual teu local de residência hoje? Você precisou se mudar por causa da sua identidade de gênero e orientação sexual?

RS: Hoje eu moro numa cidade no interior de Pernambuco, chamada Palmares que a fica 110km da capital Recife. Nasci aqui, mas já rodei o Brasil e sempre volto para cá. Uma parte dessas mudanças é sobrevivência e outras foi atrás de trabalho mesmo e a segunda parte foi a militância, de ser militante do MST e a gente viver dentro dessa movimentação de onde precisar a gente estar. Hoje eu sou Dirigente Estadual do Coletivo LGBT Sem Terra em PE, continuo no Coletivo Estadual de Educação, onde eu começo minha trajetória dentro do Movimento.

JCS: E sobre o Coletivo LGBT, como é que você chega nele? A partir de que olhares você acessa esse lugar das questões de gênero nos movimentos sociais? Foi o primeiro contato com um movimento social que pensava sobre questões de gênero ou você já tinha alguma aproximação? Queria que você falasse um pouquinho sobre isso a partir dessas perspectivas.

RS: Então, eu entro no Movimento pelo Setor de Educação, porque até então eu só conhecia o MST pelas redes e quando eu entrei no MST fazia só um ano da existência do Coletivo e eu também começo a fazer parte desse Coletivo. Não era o primeiro movimento porque quando eu saio do Seminário eu começo a me assumir enquanto homem gay e procurar esses movimentos LGBTs e encontro a Associação LGBT da Mata Sul de Pernambuco (AMAS), que eu fazia parte indiretamente por conta do trabalho e não tinha muito tempo de participar das reuniões, mas com o MST eu começo a me envolver. E com o Coletivo LGBT o meu primeiro contato foi com a história, porque temos o sujeito desde gênese do Movimento em 84, mas a gente só se apresenta enquanto Coletivo LGBT em 2015. Enquanto esse movimento diz assim: “não, a gente precisa colocar esse pessoal dentro de uma visibilidade, igual a gente colocou a educação, igual a gente colocou o gênero ou o debate sobre a existência da mulher, igual a gente colocou a produção, a parte da comercialização, igual a gente colocou a questão da cultura, da juventude... então só em 2015 e a gente perpassa esse debate. Então a gente tem 8 desses 8 anos eu tenho 7 anos nessa discussão e faz cinco anos que sou Dirigente com atuação sempre em PE e todos os dirigentes fazem parte da Executiva Nacional. Até hoje, nossa primeira bandeira de luta é combater o preconceito interno, como é bem sabido temos um movimento machista e que não poderia ser diferente porque é um movimento em sua grande maioria de homem... só que não dá mais para a gente permanecer com essa imagem. O MST se recusa, a Direção Nacional desse Movimento se recusa a permanecer com essa imagem. Então o nosso trabalho é esse.

JCS: Quais são os maiores desafios e as maiores potencialidades de pautar questões de gênero e sexualidade no MST e no Coletivo? Pensando sobre essas estratégias de outras identidades, a reforma agrária, a pluralidade de pessoas a partir desse lugar. Como observa essas questões?

RS: O mais interessante é a gente partir de que: somos um Coletivo, mas somos um Movimento. Então somos MST, não somos um movimento a parte, é o ponto que a gente se coloca enquanto MST. É o ponto que quando a gente cria o Coletivo LGBT Sem Terra a gente deixa bem claro que somos MST e a gente não vai ter outra Bandeira. E aí, é dentro dessa questão que a gente deve iniciar essa conversa. Então, a nossa maior luta é o reconhecimento pleno, da nossa existência dentro da diversidade desses Movimentos e com esse querer da nossa existência plena é onde a gente já provoca outros debates dentro do Movimento. Como agora que já se tem um grupo de estudo de raça e classe, porque a gente percebe que o movimento é composto por pessoas negras, pretas pardas de terreiro... e tem gerado um grande debate que a gente não pode deixar passar. Já percebemos que as igrejas neopentecostais vêm avançando dentro das nossas áreas de reforma agrária querendo tirar esse povo, apagar essa história desse povo de luta que faz parte da gênese também do MST. Então, é lutar pelo todo. Somos um movimento que luta por reformar agrária popular e esse “popular” é incluído a pouco tempo dentro do MST justamente a partir da reflexão do debate da existência da diversidade, do debate de gênero. Se a gente só pedir pela reforma agrária e a gente conseguir a reforma agrária onde vai ficar a saúde, onde vai ficar educação, onde vai ficar a valorização dos direitos, do ser humano na sua totalidade. A tarefa do Coletivo é da lutar pela existência dessa diversidade.

JCS: Queria saber se você já ouviu falar sobre os temas das masculinidades dentro do Coletivo e no MST e como é que esse tema entrou, se ele entrou, nessa discussão.

RS: Então, a gente tem dois livros lançados, no primeiro livro a gente tenta trazer uma literatura sobre o que é diversidade para esse movimento a partir das literaturas do Leste Europeu, a partir da base de Max e veio outra necessidade que é construir a história desse movimento desses oito anos: como foi que foi aceito pela Direção? Qual são os princípios? Qual é a nossa maior bandeira de luta, que é o que eu falei sobre combater o preconceito interno. E aí esse ano a gente abraça os debates universais dentro do mundo LGBTQIAPN+, porque até então para o MST era LGBT a gente muda o nome do Coletivo e vai para LGBTI+ e isso gerou um uma polêmica. Porque os “baluartes” não gostaram e foi uma confusão, porque as pessoas não entendem essas letras todas ou não querem entender, só usar a ferramenta Google e você entende tudo que precisa. A gente já vem mudando as letras, vem estudando os sujeitos a partir das suas existências. A gente começa a perceber a complexidade da existência do ser perpassando por essas masculinidades e perpassando por essa questão da não-binariiedade. E aí, para nós é o grande dilema dentro do nosso centro de formações, dentro dos nossos espaços de formação porque, veja bem: uma coisa é um movimento social LGBT e coisa é o movimento social chamado MST onde existem esses espaços de formações. Exemplo muitas pessoas espaços de formações diz o seguinte: eu não sei como é que o MST ainda tem dormitório masculino e feminino e aí a gente tem que parar, respirar e dizer: meu bem, você não está fazendo a revolução só e aqui não é um movimento só LGBT. É só uma questão de convivência dentro dos espaços de formação. Então a gente começa a perceber que existem outras performances de masculinidade e é a partir do nosso povo, a partir dos nossos corpos que a gente precisa discutir. Quando a gente começa a discutir a masculinidade a partir desse padrão hétero, por esses sujeitos que fogem desses padrões a gente tem que puxar o debate para o nosso lado..., mas também tem a questão da masculinidade dentro do nosso grupo, dentro da nossa bandeira que são altamente agressivas com as nossas falas.

JCS: Você já vem trazendo que existe essa multiplicidade de masculinidades. Como é que essas masculinidades são afetadas por essa perspectiva dos papéis de gênero atribuídos aos homens e as mulheres? Como é que você observa isso dentro do Movimento?

RS: Olha, é muito nítido, porque a bicha do campo, trazendo uma linguagem mais assim expressiva para a gente entender esse processo de masculinidade, de performance... a gente precisa também trazer alguns termos próprios. Enquanto Pedagogo e Professor eu sempre combati essas linguagens que trazem palavras para higienizar processos. Eu dizia aos meus alunos: você não sofreu bullying, você sofreu LGBTfobia, gordofobia, racismo... Vamos dar nome aos bois! Então, quando a gente fala de performance para entender a gente tem que trazer alguns nomes próprios: ser bicha no campo, ser sapatão no campo, ser travesti no campo é performar outro sujeito que a classe branca, burguesa, que não se considera classe trabalhadora, performa, é totalmente diferente. A masculinidade de uma sapatão do campo ela é muito agressiva porque perpassa ainda dentro de um existência de ser homem e é nitidamente e psicologicamente de “coçar o saco”, de cuspir no chão... uma força muito forte, muita carregada e isso vem de uma agressividade de uma sociedade cruel que diz que para esse corpo que se ela não performar desse jeito ela não é homem. Enquanto a bichinha afeminada que tenta fugir da feminilidade ela tem os trejeitos que ela não esconde, mas elas são agressivas com elas e com os outros. Trazendo essa agressividade para elas/eles e para os outros que convivem com elas/eles porque tem vergonha. É um debate de existência, porque a mulher lésbica ao mesmo tempo que é ameaçada e desejada... é mais aceita dentro do campo, sofre menos preconceito, entre aspas, que fique bem entendido que a gente não pode medir preconceito, mas é “menos” porque a performance se aproxima mais do masculino, da masculinidade. Existe uma energia falocêntrica que perpassa esse corpo, já o menino que nega isso é mais complicado. Assim como o corpo trans que sofre uma higienização muito mais agressiva porque o que tem hoje no campo e tem travesti que diz que não é travesti, diz que é gay para ser mais aceita. Nos nossos processos formativos a gente vem trazendo esses sujeitos para o rol do debate para que eles percebam essa existência e ele se passem a entender a sua existência e levar essa existência para dentro dos seus convívios e que isso não se tornem mais tão agressivo. É uma dialética muito notável.

JCS: Como você, enquanto o formador dentro do Coletivo pensa sobre essas construções dessas masculinidades? A partir dessa construção dos homens de verdade, mulheres de verdade esse entendimento e esse lidar com o próprio corpo. Como é que vocês articulam sobre isso.

RS: Por mais que ainda não seja é um debate então aprofundado, há uma discussão muito grande e há uma cobrança da nossa parte enquanto Coletivo, enquanto processo formativo. O que é uma masculinidade de verdade? O que é um homem de verdade? O MST vai fazer 40 anos agora e só a oito anos tem a formação do Coletivo. Durante 32 anos a gente não pensava sobre isso? E antes a gente era até punido e hoje a gente tem um poder na fala de dizer: ei, companheiro que fala é essa? Que procedimento é esse? A gente já encaminha para a Direção. Hoje não é mais os nossos corpos que são punidos, que sofrem disciplina, mas é esta masculinidade que não sabe que limite é esse. Sendo uma tarefa nossa também mostrar esse processo agressivo, uma linha tênue entre o agir, o falar, o viver e o estar bem dentro desse Movimento, dentro desses sujeitos da diversidade. A gente tem a questão de que: onde tem um homem deve ter uma mulher, porque muitas vezes a mulher está do lado e não tem fala. Então a gente traz essa reflexão de que os gêneros têm que ter falas iguais, de não reprimir, mas construir um processo de reflexão e as pessoas que a gente achava que poderiam ter mais dificuldade de entender esse processo reflexivo são as que mais param para refletir e pensam antes de falar, do que os próprios jovens. Uma rebeldia, nesse ocupar, resistir e produzir que a nossa última palavra de ordem que saiu no nosso último Congresso. Querer ocupar, resistir e

produzir e muitas vezes querem abafar nossa existência. A gente não pode ocupar, resistir e produzir sem estar todo mundo.

JCS: Então essa questão geracional é um debate que tem sido pautado nessa construção?

RS: Quem puxa hoje a pauta são os mais antigos, um ou outro que foge, mas na sua totalidade são eles que puxam o debate, são eles que alertam que não dá mais para ter certas piadas, certas brincadeiras, certas falas porque provoca uma agressividade a partir dessa masculinidade e até mesmo para debater essa mulher que se torna machista.

JCS: Como é para vocês, enquanto Coletivo, estar dentro do MST trazendo essa discussão e construção sobre identidades dissidentes?

RS: A gente parte de uma reflexão: que fique claro que essas barreiras que a gente encontra são coisas específicas, de áreas, de sujeitos específicos que fogem da totalidade desse Movimento, da direção desse Movimento porque se você pega os Documentos da nossa Direção Nacional que dizem que somos sujeitos dotados de direitos, com direito a fala e a voto. Só que, essa fala sobre diversidade em todos os nossos documentos estão sendo mudadas, reformuladas..., mas essa fala vem e vai se perdendo e que muitas direções escutam e aplaudem nas reuniões nacionais e quando chegar lá no acampamento lá no Rio de Janeiro, lá em São Paulo, lá em Pernambuco, lá em Minas Gerais, lá em Goiás... esquece isso, não vão viver isso. É mais uma tarefa nosso combater isso. Por exemplo, hoje o MST, no Brasil, está nos 26 estados e no Distrito Federal, dos 27 estados nós estamos em 24 organizados, mas nós só temos 14 dirigentes do Coletivo LGBT com cadeira na Direção e olha que “a regra é clara”, como se diz no futebol: todos os estados têm que ter um dirigente do Coletivo LGBT na Direção com cadeira e direito a fala e voto. Mas porque só 14? E aí, quando a gente vai na totalidade puxando... puxando... puxando... a gente chega em 18 porque quatro estão representando o setor de Formação, o Coletivo de Cultura, representando o Coletivo de Juventude, mas não estão na cadeira do Coletivo LGBT. Então, dentro do movimento somos horizontais, não existe qualidade quem manda mais e quem manda menos... há instâncias e muitas vezes os processos se perdem nessas instâncias. A nossa maior briga é essa de trazer essa consciência dentro da totalidade dessa Direção. Quando a gente não está por dentro do processo formativo, a gente acha que é a totalidade desse Coletivo que não respeita a sua totalidade e não é isso. Muitas vezes os sujeitos fogem dessa da coletividade e tem umas vivências e certas rebeldias que se faz desnecessárias. E a nossa luta é essa, a gente vai até agora os encontros estaduais, em dezembro e janeiro, e o que é que o Coletivo faz? A gente traz os sujeitos LGBTs para ficarem à vontade. O corpo trans e travesti de vestido, outras de vestido e barba... o povo fica louco, as afeminadas batendo palma e gritando a gente puxa as palavras de ordem “o sangue LBGT também é sangue Sem Terra... as gay, as bi, as trans, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução”. Para nós isso é educativo e pedagógico, porque se bate na cartilha lendo, como a gente tem várias cartilhas de luta... a gente vai na ação, nas trincheiras de luta. “Ai meu Deus, eu não sabia que tinha tanto viado”, porque generaliza tudo. “Não sabia que tinha tantos viado de Pernambuco no MST. Meu Deus, parece que agora só tem viado no MST”. E esses processos pedagógicos e educativos nesses espaços que a gente vai aproveitando, porque quando esses sujeitos tentam distorcer a orientação horizontal a gente se torna Rebelde dentro do processo formativo. É uma “Pedagogia Viada”. É um debate também nosso, do Coletivo Nacional, a luta pela nossa existência. A gente também está correndo risco de passar por alguns espaços e em alguns lugares que podem ferir também o nosso corpo. A gente briga muito por liberdade, mas a forma que a gente está brigando e essa liberdade que a gente nem sabe qual é muitas vezes, a gente pode se ferir, sair muito machucado. É um debate que a gente também está começando a construir,

porque a gente vive muito em cima da heteronormatividade e a gente sabe que a heteronormatividade tem muita coisa escondida... os héteros muito medo de ser que eles são e então eles fazem muita coisa escondida. Eles têm outras mulheres, eles têm casos com viados, eles têm filho fora do casamento, eles gostam de sentir prazer anal e não dizem, eles usam aliança, eles se casam na igreja, eles têm cachorro e gato e muitas vezes e gente só quer fazer tudo isso, só que a gente não quer fazer isso escondido a gente quer fazer tudo aberto e isso machuca.

JCS: Queria saber a partir desse seu lugar de vivência, de experiência se você já precisou performar essa masculinidade tida como o ideal? Você já passou por algum episódio desse ou já presenciou alguma coisa nesse sentido?

RS: Vamos lá, tem uma coisa comigo: eu com a boca fechada, o povo acha que eu sou hétero. Aí quando eu abro a boca... “iiih é viado”, aí já foi, não tem mais como tirar o microfone. Então, quando eu comecei a trabalhar eu fui dos padrões... eu sou um viado pedagogo que não sabe cortar um papel. Quando eu fui à primeira escola a diretora: “Ah, que bom o pedagogo”, ela só não quis quer dizer “um viado”. Ela: “vai deixar essa escola linda, vai fazer as decorações”. Aí eu disse logo: “pegou em pomba, querida”. Aí eu rasguei logo: eu sou viado, mas não sei fazer unha, arrumar cabelo... e nem sei cortar papel e fazer decoração, sei dar palpite. aí ela botou a mão na cabeça quando eu disse “viado”. Eu coloquei esse limite e ela percebeu que comigo a conversa era outra. Sempre em espaços de trabalho e discussão quando vinham com algumas “brincadeiras” que vinham menosprezar os meus trejeitos e minha capacidade intelectual eu entendia que tinha alguma coisa errada. No Coletivo eu já entro com isso, eu entro com essa mesma metodologia. E no Coletivo, no Movimento eu descobri o Erivan Hilário (a Ruth Venceremos) que nunca deixou de ser viado, que é de Pernambuco e que brigou para ser viado e foi dentro do Estado de Pernambuco que trouxe a discussão nacional. E quando eu descobri que dentro desse Estado, desse Movimento tinha essa figura... então para eu cobrar os meus direitos é “em dois tempos” e aí o mais interessante: Eu nunca precisei. Nunca precisei performar uma masculinidade, porque os meus debates dentro da educação e a educação do campo, no campo e para o campo nunca fui questionado sobre os meus trejeitos, a minha feminilidade, as minhas performances e dentro da Direção quando eu entro, há cinco anos, eu também eu nunca deixei isso ser questionado e nunca perdi também meu espaço de fala. Tem até um broche que eu gosto de usar quando eu estou nesse espaço “100% gay”, porque quem tiver em dúvida só olha e já sabe. “Será que precisa? Isso é um problema sexual seu, o meu está resolvido. Se você acha que não precisa você não usa está no meu peito” e aí a pessoa morre. Esse ano é que eu estou mais livre ainda, tanto que já mandei algumas pessoas procurarem outro universo, outra galáxia, saírem de perto de mim porque certas energias eu não quero conviver, então eu não preciso performar para existir não, mas eu já presenciei vários relatos de mulheres que precisaram, na sua entrada no Movimento, performar uma masculinidade para existir, porque até certo tempo uma mulher para estar na direção, para ir falar sobre o MST, sobre qualquer tema da reforma agrária, ela tinha que ir sapato, calça e camisa de botão... ela não poderia ir de vestido, ela não poderia ir de saia como elas não usam hoje. Então isso eu escuto muito, como elas são felizes para uma reunião da Direção de vestido, de estar em uma plenária de vestido, porque por muitos anos elas precisavam estar de calça e escuto o que muitas não conseguem vestir um vestido porque por muitos e muitos anos usou calça e agora só consegue estar de calça, mas a minha existência dentro desse Movimento não.

JCS: Você acha que é um debate das masculinidades precisa ser mais bem explorado? E como é que você observa essa perspectiva nessa construção dessas masculinidades camponesas?

RS: 100%. A gente precisa se debruçar e o que eu estou te passando aqui é uma reflexão minha e de um grupo pequeno desse Movimento. A gente está começando a estudar esse tema e tudo que foi falado aqui são reflexões a partir de convivências diárias, de eventos e de espaços de formação e de centro de formação. A gente começa 2024 com o Primeiro Encontro Nacional Trans/Travesti do MST, que vai acontecer em Fortaleza e um dos temas vai ser esse, a partir das violências. Em 2024 a gente vai se debruçar sobre isso, sobre esse tema da masculinidade que é um tema que a gente precisa, com urgência, estudar e trazer para o debate da Direção Nacional. Porque os debates estão de forma indireta e a gente precisa disso academicamente, isso precisa vir a partir de uma reflexão do estudo desse Coletivo da Executiva, já que a Executiva Nacional do Coletivo, além dos Direitos Nacionais participam também sujeitos LGBT de outros setores... de Formação, de Educação, de Gênero, de Produção, de Comunicação, de Comercialização, Frente de Massa... então têm esses outros sujeitos LGBTs que estão dentro desses setores que vem para a Executiva e a gente precisa criar um documento, criar um livro, uma cartilha... seja o que for, que sirva como base de orientação. É um debate muito fragilizado, mas que a gente precisa amadurecer e a gente vai precisar de ajuda de alguns parceiros que a gente vai trazer e provocar nesses momentos de debate.

JCS: Foi muito bom te ouvir, uma visão mais de dentro também, mais institucional e é importante a gente pensar sobre esses aspectos a partir dessa construção do MST pensando o Coletivo. Eu queria muito agradecer por essa conversa.

RS: Eu agradeço também a busca, a insistência... a vida não está fácil para as gays, nós estamos aí.

JCS: Muito obrigado.